



INSTITUTO DE HUMANIDADE
PROGRAMA DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM HUMANIDADES

SANDRA DAM ADELINO BAPTISTA BIIFA

**PROCESSO DA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES ATRAVÉS DOS
ESTUDOS DE GÊNERO NA UNILAB-CE**

ACARAPE, FEVEREIRO DE 2025

SANDRA DAM ADELINO BAPTISTA BIIFA

Dissertação de Mestrado apresentada como requisito para obtenção da aprovação na qualificação do Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH), sob orientação do professor Dr. Ricardo Ossagô de Carvalho.

ACARAPE, FEVEREIRO/2025

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Biifa, Sandra Dam Adelino Baptista.

B492p

Processo da emancipação das mulheres guineenses através dos estudos de gênero na Unilab-Ce / Sandra Dam Adelino Baptista Biifa.
- Redenção, 2025.
144f: il.

Dissertação - Curso de Mestrado Interdisciplinar em Humanidades, Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2025.

Orientador: Prof. dr. Ricardo Ossagô de Carvalho.

1. Mulheres guineenses. 2. Identidade de gênero. 3. Unilab.
I. Título

CE/UF/BSP

CDD 305.3096657

SANDRA DAM ADELINO BAPTISTA BIIFA

PROCESSO DA EMANCIPAÇÃO DAS MULHERES GUINEENSES ATRAVÉS
DOS ESTUDOS DE GÊNERO NA UNILAB-CE

Texto de Defesa apresentada no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades (MIH) na
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB),
como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Aprovado em: 26 de fevereiro de 2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **RICARDO OSSAGÔ DE CARVALHO**
Data: 16/06/2025 11:28:30-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. DR. RICARDO OSSAGÔ DE CARVALHO (ORIENTADOR)

(UNILAB, POSIH)

Documento assinado digitalmente
 **MARA RITA DUARTE DE OLIVEIRA BERRAOUI**
Data: 16/06/2025 15:28:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PRO. (a) Dr^a. MARA RITA DUARTE DE OLIVEIRA BERRAOUI

(EXAMINADOR INTERNO, UNILAB, POSIH)

Documento assinado digitalmente
 **ARTEMISA ODILA CANDE MONTEIRO**
Data: 16/06/2025 14:42:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. (a) Dr^a. ARTEMISA ODILA CANDE MONTEIRO

(EXAMINADOR EXTERNO, UNILAB)

Documento assinado digitalmente
 **JANAINA CAMPOS LOBO**
Data: 16/06/2025 15:47:04-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

PROF. (a) Dr^a. JANAINA CAMPOS LOBO

(EXAMINADOR EXTERNO, UNILAB)

AGRADECIMENTOS

De maneira especial direciona este agradecimento a todos envolvidos na materialização deste trabalho, dissertação de mestrado Interdisciplinar em Humanidades. Destaco meu bondoso Deus pela benção e a vida de poder alcançar este título. O presente trabalho constitui mais que uma dissertação, mas uma realização onde traz relações, histórias, convivência, companhia, solidariedade de mulheres estudantes guineenses, além de toda a estrutura movimentadora da Unilab.

Meu muito obrigado a minha família e amigos, aqueles que acreditam na importância da educação, em especial a meu pai Adelino Biifa, minha fonte de apoio e motivador principal a cada dia, que deseja tudo que não teve para seus filhos. A minha mãe, minha inspiração, quem demonstra força de uma mulher ainda mais com estudos mesmo não conseguindo a ter. A meus irmãos, sinto todo dia que sou uma referência para eles em seus percursos nos estudos.

Em especial, dedico este trabalho e agradecendo as pessoas que me concederem a entrevista, pessoas incríveis que admiro muito e tenho-lhes no meu coração uma imensa gratidão pelo tempo e oportunidade dispensada em aceitar me dar entrevista, meu muito obrigada, da vida para o trabalho demonstraram o significado de compartilhamento de preocupação com questões da nossa realidade contemplaram muito nesta dissertação.

Agradeço meu querido orientador, que foi um amigo e irmão, com paciência é meu grande apoiador Ricardo Ossagô de Carvalho, pela confiança depositada em mim, pela orientação e todas as aulas e estágios que tive com ele, as quais foram importantes na minha formação de graduação à mestrado, pelos materiais fornecidos de uma carga forte e crítico a qual me proporcionou hoje ser uma pessoa capaz de produzir nas ciências sociais um pensamento crítico e necessário.

Agradeço de modo especial a UNILAB, uma instituição que dou oportunidade de apresentar e aprender um potencial conhecimento, a quem devo muito e muito de graduação e mestrado, na certeza de que essa gratidão impagável será exercida como comprometimento das minhas promessas dadas no juramento da minha formatura, trabalhar pelo bem-estar e social de todos/as em nome da humanidade. Agradeço a Capes pelo financiamento da pesquisa, possibilitou-me na realização deste trabalho.

Agradeço meus colegas de turma em especial a minhas amigas, Edina Marques, Jarcela, e Aminata Nádia Gomes pessoas que foram importantes nos corres dos semestres ajudando um a outro em todo processo que aparece, meu muito obrigada também vai para todo corpo docente do Mih e para a secretaria na pessoa da Livia.

RESUMO

Os estudos de gênero têm tido contribuições importantes no processo da emancipação das mulheres, no que se refere às temáticas ligadas à desigualdade de gênero e à participação das mulheres nos espaços públicos. Diante disto, o presente trabalho tem como objetivo, compreender a influência dos estudos de gênero nas mulheres guineenses estudantes da Unilab-CE com interesses na produção de trabalhos acadêmicos cujas temáticas problematizam as situações das mulheres guineenses. Tendo em vista a representação da política feminista com reconhecimento tanto social quanto político no que refere suas contribuições socialmente referente aos problemas das mulheres, exigindo a participação do sujeito feminino como ser social o qual participa e se envolve na sociedade. Mediante essas questões, a situação das mulheres vem sendo debatida nas academias, em diferentes perspectivas e dimensões e contexto, instituindo organização e mobilização no mundo inteiro com sensibilização à não violência ou discriminação feminina. Nesse sentido, é preciso desconstruir as narrativas e tratar o gênero como uma construção cultural e histórica. Diante disso, este estudo se enquadra à realidade da Unilab enquanto uma instituição de educação, espaço da promoção das mudanças, com sua especificidade e diversidade cultural, promovendo relações que atravessam o Atlântico, com temas referentes às realidades dos países africanos, permitindo, portanto, aprofundar o debate sobre a identidade, diferença, raça, gênero em uma dimensão contextual. Para Guiné-Bissau, a discussão se constitui como uma necessidade muito grande no tocante à situação social das mulheres guineenses, razão pela qual, com o debate de gênero aqui na Unilab, muitas mulheres se interessaram em produzir seus TCCs ou trabalhos acadêmicos problematizando a questão de gênero na sociedade guineense. Esse processo parece, de alguma forma, uma denúncia da realidade problemática cotidiana, que recorre a esse meio para posicionar os fenômenos menosprezados pelo Estado, pensando medidas de combate a partir de políticas públicas e incentivos para as mulheres, constituindo, assim, uma situação social. No entanto, com base nessas considerações, a referida dissertação foi construída com base na metodologia de pesquisa qualitativa e de caráter interdisciplinar, destacando as subjetividades através das técnicas de entrevista, e da pesquisa bibliográfica levando em consideração todo o parâmetro teórico e metodológico de uma pesquisa social, com respeito as interlocutoras seguindo o processo e recomendação da comissão de ética, a qual permitiu esta realização.

Palavras-chave: Unilab; mulheres guineenses; estudos de gênero.

ABSTRACT

Gender studies have played a crucial role in advancing women's emancipation, particularly in addressing gender inequality and increasing women's participation in public spaces. This study aims to examine the influence of gender studies on Guinean female students at Unilab-CE who engage in academic research that critically analyzes the social conditions of Guinean women. Given the growing political and social recognition of feminist movements and their contributions to addressing women's issues, there is an increasing call for female agency and participation in social transformation. The discussion on women's issues has gained prominence in academia, where it is explored from diverse perspectives, contexts, and dimensions. These debates contribute to global efforts to raise awareness about gender-based violence and discrimination. Consequently, it is essential to deconstruct prevailing narratives and understand gender as a cultural and historical construct. Within this framework, Unilab emerges as an educational institution that fosters critical engagement, embraces cultural diversity, and facilitates transnational dialogues on African realities. It provides a platform for deepening discussions on identity, difference, race, and gender in a broader socio-political context. In Guinea-Bissau, gender inequality remains a pressing social issue, making the gender debate an urgent necessity. At Unilab, this discourse has motivated many Guinean female students to develop academic research that interrogates gender disparities in Guinean society. Their engagement in these discussions serves as a form of resistance and advocacy, shedding light on social injustices often overlooked by the state and proposing policy interventions to address them. This dissertation employs a qualitative and interdisciplinary research methodology, incorporating interviews and bibliographic analysis to capture diverse perspectives. The study adheres to established theoretical and methodological frameworks in social research, ensuring ethical integrity and compliance with the guidelines of the ethics committee, which facilitated its development.

Keywords: Unilab; Guinean women; gender studies.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	6
1.1	CONTEXTO METODOLÓGICO, PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR COMO NECESSIDADE METODOLÓGICA.....	11
1.2	INTERDISCIPLINARIDADE COMO MÉTODO DE ESTUDO FEMINISTA.....	16
1.3	PROCEDIMENTO DA REALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO.....	22
2	EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DA EMANCIPAÇÃO, PERSPECTIVAS E LUTAS: CONTEXTO DA UNILAB NA FORMAÇÃO SOCIAL.....	25
3	BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS DE GÊNERO.....	36
3.1	MOVIMENTO FEMINISTA: TEORIA SOCIAL CRÍTICA E TEORIA FEMINISTA.....	44
3.2	CRÍTICAS E RECONSTRUÇÕES: UMA RUPTURA NO FEMINISMO.....	50
4	FEMINISMO EM CONTEXTOS: GÊNERO EM DIVERSOS DIMENSÕES, CONSTRUÇÕES E DETERMINAÇÕES DE ANÁLISE INTERSECCIONAL.....	58
4.1	MULHERISMO COMO PERSPECTIVA AFROCÊNTRICA DO ESTUDO: COSMOLOGIA AFRICANA E RELAÇÃO DE GÊNERO.....	84
5	GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU: CONSIDERAÇÕES DAS MULHERES GUINEENSES NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO, CULTURAL E ECONÔMICO.....	95
5.1	O OLHAR POLÍTICO E CRÍTICO DO ESTUDO FEMINISTA: INFLUÊNCIA DESTE DEBATE NA SOCIEDADE GUINEENSE.....	109
5.2	MULHERES GUINEENSES NO CAMPO DA PESQUISA: ESTUDO DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA DA DESCONSTRUÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO.....	118
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	130
	REFERÊNCIAS.....	133
	APÊNDICE A – PARTICIPANTES DA PESQUISA COM SUAS PERMISSÕES PARA IDENTIFICAÇÃO, ENTREVISTADAS NOS HORÁRIOS DIFERENTES E EM FORMATOS ONLINE E PRESENCIAL.....	141

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as produções sobre os estudos de gênero têm aumentado. Em diferentes contextos, discute-se gênero e os estudos repercutem de maneira diferente em cada sociedade, apesar de tudo, almeja-se, a partir destes, uma transformação social. Diante desse propósito, este debate intenciona reflexões sobre situações e condições em que as mulheres se encontram, com uma consciência política em pontuar as questões precisas a serem melhoradas.

O tenso debate se situa nas problemáticas, como as desigualdades sociais, política de gênero, as violências sexuais, física e psicológica, assédio, situações socioeconômicas das mulheres, inferiorização da capacidade das mulheres como impedimento de ocuparem os espaços públicos, direitos e liberdades de escolher, decidir e agir enquanto cidadãs dentro das suas relações. Além das referidas questões, encontra-se uma atribuição bastante difícil que a sociedade cobra das mulheres, a responsabilidade pelos filhos, papel que a própria sociedade naturaliza e faz esforço para a sua manutenção cotidianamente (Saffiote, 1987).

Posto isso, com base nas reflexões sobre os discursos produzidos socialmente a partir de uma construção cujas interações e a base se instalam na construção social, observa-se sua manutenção socializada na educação e entre outras maneiras que são relegadas a essa propagação. Tais discursos posicionam essas relações de poder e controle que se compreendem nas sociedades modernas como resultado do projeto constituído do sujeito moderno, em que o sujeito feminino se instala dentro da “sociedade dos homens”, por longo tempo desempenhando papel já estabelecido. Em outros termos, “a mulher, ausente do pólo dirigente, participa do sujeito tanto quanto o homem, mas em situação de dominação sofrida” (Touraine, 2007, p. 122). Nessas intenções que a tomada de consciência determinou por meio dos estudos de gênero e do movimento feminista, permitiu-se que as mulheres tomassem rédeas na luta com efeito de ruptura e levassem à problematização a relação de gênero, intuindo uma necessária mudança social.

Assim sendo, enquanto necessidade desse posicionamento político, as situações, dados os fatores da sua dominação, colocam o modo de afirmar a luta e a defesa de seus direitos como partes do processo da realização consciente ou descoberta, sendo necessário buscar formas para essa movimentação por meio das suas socializações. Assim, foram efetivadas ações, organizaram pautas e tornaram pública as questões por trás, o que possibilitou a existência desses modos de relações de gênero. Posto isso, as mobilizações feitas, na maior parte, a partir das comunidades e nos meios acadêmicos com pequenos grupos de estudos, fizeram com que as influências de estudos de gênero, nesse meio, provocassem interesse. A partir disso, hoje

observa-se que esse debate continua a existir, permitindo os resultados, a repercussão e os interesses de muitas pessoas em estudar mulheres em diferentes realidades sociais, realizando discussões e produções valiosas de intencionalidades políticas no campo das ciências sociais e humanas.

Foi com essas considerações que, ao longo dos tempos, um conjunto de transformações locais, regionais e internacionais provocaram mudanças de *status quo*, e a mulher passou a conquistar cada vez mais seus direitos e espaços públicos e políticos. Desde a segunda metade do século XX, as organizações das mulheres ganharam uma notoriedade não apenas nacional, mas também internacional, despertando a atenção da sociedade e de algumas organizações mundiais que incluíram, nas suas agendas, políticas de apoio às organizações das mulheres e suas lutas a fim de conquistarem de direitos políticos, econômicos e socioculturais.

Diante disso, situamos nosso objetivo em procurar compreender o processo da emancipação das mulheres guineenses por meio dos estudos de gênero na UNILAB-CE¹. Quando se fala de gênero no contexto guineense, aparecem algumas reflexões no pensar da situação das mulheres guineenses. Como uma necessidade em diferentes áreas sociais, as mulheres participam diariamente nas atividades que visam a formar e a transformar a sociedade. Ademais, suas funções, de maneira específica, realçam as especificidades de várias etnias constitutivas do país, porém, como fator social, as mulheres enfrentam muitos desafios, isto é, historicamente e socialmente. Como dizia Goia Alfredo Biague,

o histórico limitador das mulheres nos espaços públicos está atrelado e, sobretudo ancorado, na cultura hegemônica e na desigualdade de gênero, que tem restringido as mulheres sempre aos espaços privados como sendo o único espaço que ela deve ocupar na sociedade. Já há alguns anos as mulheres guineenses decidiram-se unir e lutar pelos seus lugares nos espaços públicos e mostrar que são capazes de discutir e decidir não só no espaço privado, mas também nos espaços públicos estatais e não estatais (Biague, 2019, s/p).

Os desafios mencionados na referência acima demonstram as partes constituintes da nossa problemática de como têm sido pensados esses debates no país, pois as inquietações iniciais são, como podemos entender, o processo da emancipação das mulheres guineenses e suas experiências na Unilab. Buscou-se também verificar: Em que medida se pode analisar e compreender as perspectivas de uma educação emancipatória com sua aproximação com estudos de gênero? Por outro lado, como se dá o processo da mobilização para emancipação das mulheres na sociedade guineense e o que isso tem influenciado no pensar social guineense?

¹ Universidade da Integração Internacional Afro-Brasileira Ceará.

Entende-se que a emancipação é algo político, e sua característica leva a uma autonomia plena, isso porque alarga para uma luta de conquista de espaço e de representação. Para além disso, assemelha-se com a liberdade de poder decidir ou julgar fazer o que quiser, contudo, ao seu efeito, exige caminhos a serem traçados de conscientização e de uma formação com longa duração.

Dentro desse processo, aparecem escolhas, decisões e posicionamentos, os quais, durante o tempo, amadurecem a pessoa. Nesse sentido, problematizar ou apresentar os meios para esses cruzamentos, a fim de buscar a emancipação das mulheres guineenses por meio de estudos de gênero, significa definir e observar as perspectivas que elas adotam perante esse grande percurso, a partir de um ramo de estudo dentro das ciências sociais, o qual não se define com base em uma linearidade conceitual, metodológica ou mesmo da disciplina para o caso dos estudantes de outros cursos da Unilab.

Nas reflexões tidas ao longo do processo da construção do projeto, encontramos-nos com algumas hipóteses a respeito do trabalho em questão, e uma delas se fundamenta como base da minha experiência enquanto menina guineense, que cursou bacharelado em humanidades e está cursando licenciatura em sociologia desde a minha estadia aqui na Unilab. Apesar de ter tido contato com a discussão de gênero, limitadamente, no primeiro ano da Universidade na Guiné-Bissau, somente ao chegar à Unilab pude me identificar totalmente com o conteúdo abordado em algumas disciplinas, bem como com as mobilizações da comunidade estudantil, com os coletivos das mulheres que objetivavam esse debate. Falo em referência a alguns grupos, como RIMA (Rede Internacional das Mulheres Africanas na Unilab), grupo coordenado pela professora Artemisa Odila Candé Monteiro, do Instituto da Humanidade (IH) e do projeto as Pretas na Unilab da professora Luana Antunes do Instituto de Letra – Língua Portuguesa (ILL).

Falando sobre esses grupos, destaco a Rima do qual tive mais aproximação e passei mais tempo acompanhando de perto, participando das suas atividades que eram realizadas por meio dos grupos de estudos, roda de conversas e palestras, bem como comemorações das datas especiais dos dias das mulheres dos países parceiros da Unilab – os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Além de ter sido marcado pelo especial dia da mulher africana, o grupo teve sua origem durante um desconforto desses grupos de mulheres em 2015 com um acontecimento de acusação de estupro de um discente africano contra uma menina brasileira. Devido a isso, segundo relatos de duas interlocutoras egressas desta pesquisa, elas foram estereotipadas com preconceitos em associar o estupro com a cultura africana.

*Falavam que estupro era prática de cultura africana e nós acostumamos com isto porque era nossa cultura” (Nem Biaí – egressa de curso de biologia). Meninos brasileiros criaram grupo que iam estuprar também meninas africanas, foi um terror na Universidade e ainda colocaram que todas as africanas são submissas, e foi lá que surgiu a famosa frase de uma das meninas, a Suzi, filha de pai guineense e mãe cabo-verdiana. Atualmente, ela mora nos Estados Unidos, ela disse assim: “**Não, a submissa não atravessa oceano para vir estudar**”. “Essa movimentação mobilizou toda a comunidade africana e ficamos de preto manifestando nosso descontentamento com o preconceito, racismo e xenofobia que estava a acontecer, tivemos apoio de nossos professores africanos que estavam na época, que nos fortaleceram” (Windjaba Djop – egressa do curso das humanas).*

Foi um momento que me marcou muito e me fez interessar nos debates de gênero, lembro que estava na aula naquele dia, uma menina brasileira da minha turma levantou e diz que o estupro faz parte da nossa cultura, meu fiquei com raiva que quase sairemos na briga a professora conseguiu nos acalmar e rapidamente repreendeu” (Nem Biaí, egressa do curso da biologia).

Foram esses acontecimentos marcantes que levaram à criação do primeiro grupo de mulheres africanas nesta instituição, nomeado de RIMA, um grupo importante para trazer nas mulheres africanas e toda a comunidade um lugar de para se encontrar e pensar o contexto onde estão inseridas, com referências a autoras africanas das quais se aproximavam suas realidades sociais e sociocultural. Trata-se de um grupo fundamental, pois revela a importância de saber identificar suas representações dentro da discussão do feminismo, problematizando suas realidades. Encontrei-me com esse grupo após 5 (cinco) da sua criação, vendo grupos de mulheres com um aparato teórico forte, mostrando-me questões que eu já começava a questionar na época que ainda me encontrava em Bissau, a saber: discussão de gênero na realidade guineense com trabalhos de conclusão de curso cujas temáticas eram interessantes e diversas, chamando minha atenção e o meu entusiasmo para aprofundar os conhecimentos não só para questões referentes ao grupo, como também para a minha vida pessoal, diante de todos os desafios enfrentados – o mesmo também se via nos relatos das interlocutoras na realização da entrevista.

Apesar de ser um processo longo, foram essas as bases motivadas na construção desta reflexão, por isso, constituem subjetivamente como hipótese, considerando a observação tida sobre o debate do gênero na Unilab, o qual tem proporcionado uma produção reflexiva de estudantes guineenses ao pensarem sobre gênero a partir da realidade social do país.

Sobre isso, as mulheres estudantes guineenses da Unilab têm tido uma contribuição fundamental no que diz respeito às perspectivas da formação emancipatória, de transformações socioculturais e políticas voltadas ao campo de estudo da identidade e, de modo particular, ao

campo de estudo do gênero. Nesse sentido, observa-se essa realidade a partir das dinâmicas de seus egressos no país, fato que se constata na criação do Movimento *Mindjer ika tambur* (MIKAK²), criado pela egressa guineense da Unilab. É um movimento que visa a sensibilizar a sociedade e a contribuir para a redução da violência contra a mulher.

Também o mesmo esforço de combate contra violência baseada no gênero é visto na criação do Coletivo para Emancipação das Mulheres Guineenses – As *Okincas* (CEMGUI³). Esse movimento é um grupo que consiste em pensar as desigualdades de gênero no país, o qual organiza estudos e debates para esse fim; é um coletivo criado pelas mulheres guineenses egressas da Unilab, nos meados de 2020, quando a maioria já se encontrava em outras instituições, cursando seus mestrados, de acordo com o relato de uma das participantes dessa criação, a qual também é nossa interlocutora – a Windjaba Djop. Ela mostra que o grupo tem como objetivo discutir questões de gênero e sororidade entre as mulheres, pegando como continuidade a experiência de quando estavam na Rima, com a intenção de fortalecer laços e as formas como problematizar situações de gênero na realidade guineense. Diante disso, elas promovem rodas de leituras, cursos e entre outros.

A razão de ter como hipóteses essas informações se dá porque, para a sociedade guineense, o debate de gênero ainda é um campo verde a ser explorado, digamos isso no sentido de ver correlação a produção científica diante da realidade em questão. Na verdade, essa é uma das realidades presentes em quase todo continente africana, refere-se à questão da produção de pesquisa acadêmica. Isso ocorre não só nas áreas dos estudos de gênero, mas em todas as outras como expõe Mama (2010, p. 531): “existe em África muita massa cinzenta por explorar, desenvolver e difundir, existe também uma clara tradução de questionamento não só da definição de ‘ciência’ como também do controlo do acesso exercício pela indústria global da edição”. Diante disso, deparamo-nos com muitos pensamentos interessantes que poderiam expressar-se por meio da produção acadêmica expondo discussões de diferentes realidades. É justamente isso que vemos no contexto guineense, pois o processo de consolidação necessita das instituições, principalmente as do Estado, as quais estão em fase de conscientização, seguindo assim o que dizem as produções acadêmicas. É preciso que o Estado apresente mecanismos para melhorar a organização social ou crie leis na possibilidade de proteger e

² Sua página de facebook: <https://www.facebook.com/mindjerikatambur/followers>. Um movimento que tem como objetivo a luta contra a violência das mulheres na sociedade guineense. Para mais informações, acesse o link.

³ CEMGUI-AS OKINKAS - é um coletivo para emancipação das mulheres guineenses. Ele objetiva debater as diferentes temáticas ligadas às mulheres, no contexto social do país. Disponível em: <https://www.facebook.com/cemgui.okinkas>.

garantir direitos humanos, como o das mulheres, possibilitando, assim, a formação de uma cidadania ativa.

Por outro lado, vemos que é necessário considerar a compreensão da formação social, a interpretação e a função dadas aos sujeitos/as. É importante ainda entender a dimensão da formação dos sujeitos na realidade guineense, atrelada a todas as configurações cujas relações, de algum modo, problematizam os elementos específicos de ser mulher, contextualizada aqui nesta discussão, a qual se dirige ao propósito de uma abordagem compreensiva com intenção de evitar comparar o problema da categoria mulher da realidade guineense com outras.

Diante desta proposta, sabe-se que a problematização de gênero na realidade guineense está centrada na sua preocupação e no debate, por meio das ONGs, sobre as organizações da sociedade civil de maneiras diferentes, sendo constituídas em fases. Ademais, essa organização é subdividida na área da educação, na agricultura e no ativismo comunitário, não constituindo parte do interesse das estruturas institucionais do Estado, fato esse que nos levou ao seu desenvolvimento neste trabalho. Isso se deu por servir de meio para a sensibilização da sociedade, podendo contribuir por meio do reforço da sua importância, servindo de exemplo para as outras instituições sociais, engajando e mobilizando mecanismos viáveis para a construção de uma emancipação política, incidindo tanto em núcleos familiares quanto nos órgãos governamentais e não governamentais.

Posto isto, seguem-se as discussões fundamentais do trabalho, organizadas como apontado no sumário, ou seja, por meio de seções e subseções. Ademais, as abordagens foram constituídas de modo que são informadas nas escolhas metodológicas.

1.1 CONTEXTO METODOLÓGICO, PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR COMO NECESSIDADE METODOLÓGICA

Esta seção busca destacar o espelho preliminar do trajeto desta dissertação, traçando as formas metodológicas da abordagem, a qual se pauta, de modo prático e teórico, na análise qualitativa interdisciplinar. Sendo de natureza interdisciplinar, antes de mais nada, responde como pesquisa qualitativa, pois busca explicar a forma como os estudos de gênero influencia as mulheres guineenses, tal como propõe emancipá-las. Nessa esteira, compreender nosso objetivo em questão permitirá observar as subjetividades e diferentes formas que estudos de gênero são entendidos e atravessados como experiência em relações de gênero.

As experiências são construções pessoais alicerçadas em uma análise qualitativa sobre a questão particular vivida com significados e sentidos (experiência). Sendo assim, não podem

ser quantificadas, uma vez que são efeitos de uma relação social, proveniente da complexidade de uma trajetória de vida numa determinada sociedade (Minayo, 1993). Sobre isso, Roberto Sidnei Macedo *et al* (2009, p. 14) aponta que,

Tudo isso reúne a possibilidade de uma epistemologia da pesquisa qualitativa configurada a partir das experiências humanas de *auto-socio-eco-organização-desorganização-re-organização*, experiências refletidas e apropriadas no labor da compreensão articuladora que conjuga as possibilidades e efetividades disponíveis na consecução de um conhecimento a serviço do ser humano e suas relações de pertença e comum responsabilidade com a totalidade vivente. Tudo isso requisita um aprendizado novo assentado e consolidado na *totalidade vivente*, que constitui o conjunto universo de tudo o que é e de nada que não é, na perspectiva humana, reunindo em si formas de espacialidade e temporalidade funcional do cérebro humano e sua co-relação com o corpo e a mente, o interior e o exterior, o subjetivo e o objetivo, o imanente e o transcendente.

Por sua vez, a aproximação da escolha do método com a abordagem interdisciplinar se dá por estar num programa de mestrado cujo objetivo é compreender cientificamente os estudos a partir de um olhar não linear, e o estudo de gênero, mais que tudo, centra nessa compreensão desfragmentada, porque não se limita a uma área social, podendo, por exemplo, ser visto na literatura, na sociologia, na política ou na história em formas de áreas disciplinares etc.

Posto isso, para o nosso trabalho, o problema em realce instala-se numa realidade social constituída por uma pluralidade étnica, de várias línguas costumes, fazendo-se mais complexo para uma análise de caráter interdisciplinar. Com essa exposição, vemos, como afirma Ivo Tonet (2013), que esse modelo metodológico é indispensável já que vem sendo um mecanismo para ampliação dos conhecimentos, pois se apresenta de forma positiva, uma vez que não se limita às Ciências Sociais, não estabelecendo barreiras hierárquicas, mas sim tratando essas áreas como elementos que se auxiliam, sobretudo, na tentativa de desvendar um dado objeto de estudo de forma não isolada (Tonet, 2013).

Da mesma forma, Elisio Macamo (2012) salienta sobre a necessidade de pensar as Ciências Sociais na África a partir de uma perspectiva cujo método centra na interdisciplinaridade, destacando que o meio onde é representada a realidade de estudos africanos, sobretudo em relação a seus conhecimentos na sua forma mais excêntrica, é dentro da interdisciplinaridade. Isso se dá porque, para situar as formas dos saberes africanos, não se pode posicioná-las em linearidade nem hierarquizá-las por critérios disciplinares na diferenciação das áreas. Assim, dizer que o conhecimento sociológico africano é intrinsecamente compartilhado se distancia das questões filosóficas as quais demonstram a cosmogonia das interpretações, ou conhecida dentro de filosofia da sagacidade, e entre outras formas dos conhecimentos existentes. Por isso, para as dimensões dos estudos de gênero da

realidade do continente, pontuamos uma especificidade complexa, ainda mais falando das mulheres, de maneira que precisamos desse método para analisá-las, e ver todas as possibilidades diversas que interpretem o estudo em questão. Para Macamo (2011),

[...] o desafio interdisciplinar vem justamente da necessidade que muitos de nós – que nos identificamos como acadêmicos africanos – temos de questionar o sentido da própria noção de conhecimento, questionamento esse que, ao mesmo tempo, exprime aquilo que, e como, se deve questionar [...] interdisciplinar em África recebe impulsos da constatação de que a abordagem fragmentada não tem realmente produzido conhecimento, mas sim ignorância, em vários sentidos (Macamo, 2011, p. 70).

Doutro lado, utilizando a metodologia interdisciplinar, constituímos a consciência que exige de nós tomar atenção com as precauções no seu uso enquanto método de interpretação dos estudos, como dizia nosso professor Carlos Henrique da disciplina de Metodologia de Pesquisa Interdisciplinar, no mestrado: *“interdisciplinaridade é muita coisa, mas não é qualquer coisa”*. Isso nos provoca a cautelar, sobretudo, a referida questão dada por Japissau (1976), que realça sobre o sintoma patológico da interdisciplinaridade, uma vez que se chegou ao ponto do que era razão parecer ter perdido a razão.

A constatação dessa situação, a qual ele menciona como alienação científica, se dá da seguinte forma: “o interdisciplinar se apresenta como o remédio mais adequado à cancerização ou à patologia geral do saber. No entanto, na medida em que a maioria das análises permanece superficial, os remédios propostos também não atingem o futuro das coisas. Alguns chegam mesmo a agravar a situação” (Japissau, 1976, p. 31).

O entendimento de que as desfragmentações das disciplinas formam a interdisciplinaridade vai além das questões discursivas, porém numa ação unida, construindo abordagens sob qual “busca-se encontrar uma solução que restitua ao conhecimento aquele caráter de totalidade que permita, tanto na realização de pesquisas teóricas, como na formação profissional e no tratamento dos problemas sociais, superar aquela visão atomizada dos objetos” (Tonet, 2013, p. 727).

Dentro desta análise, mais afundo, os autores que defendem a interdisciplinaridade como solução viável nas ciências sociais e humanas, no caso do Japissau (1976), consideram que, como as disciplinas precisam encontrar soluções dialogando entre si, assim também os fenômenos de certa maneira constituem relações, sendo assim, precisam ser observadas sobre partículas que explicam, de alguma forma, as respostas a elas. Isso ocorre como nos estudos de gênero, problematizando a desigualdade de gênero, pois as discussões que serão formadas em torno dela colocarão os contextos sociais sobre dimensões cultural, histórica, política, psicológico, econômicas etc., com dados estatísticos destacando o quanto as causas e as

consequências da desigualdade de gênero afetam a sociedade e os modos de vida, e isso precisa de uma interpretação a partir de várias áreas.

Essa forma de compreender essas relações demonstra o conhecimento estruturado de maneira horizontal (Japissau, 1976). Mediante essa concepção, a epistemologia dos estudos feministas cria uma pretensão de questionar as estruturas, tanto que sua proposta à transformação está configurada na relação da igualdade de gênero, liberdade das mulheres nas suas escolhas e decisão, portanto, compreende-se numa construção que “não são poucas as diversidades teórico-epistemológicas, nem são poucas as diversidades das perspectivas disciplinares que diferenciam as (os) pesquisadoras (es) de gênero” (Machado, 1998, s. p.).

Diante disso, entendemos as complexidades em torno do próprio conceito e do que se propôs como caminho teórico. Assim, Gaudêncio Frigotto (2008, p. 42) vai dizer que,

a questão da interdisciplinaridade, ao contrário do que se tem enfatizado, especialmente no campo educacional, não é sobretudo uma questão de método de investigação e nem de técnica didática, ainda que se manifeste enfaticamente neste plano”. Porém, “impõe como necessidade e como problema fundamentalmente no plano material histórico-cultural e no plano epistemológico.

Da mesma forma, explica Ivo Tonet (2013, p. 727), a interdisciplinaridade constitui “o cerne da questão. A abordagem de um mesmo objeto sob vários aspectos - no caso das ciências humanas - filosóficos, econômicos, sociológicos, históricos etc., seria o caminho para a superação dessa fragmentação do saber”. O autor, no seu terceiro ponto, problematizando o mal-entendido da interdisciplinaridade sobre ser vista enquanto solução dos problemas, pressupõe que “a autonomia do saber não toma como ponto de partida uma crítica do próprio processo material de fragmentação. Sua teorização se limita a buscar superar a fragmentação pelas vias epistêmica, pedagógica ou comportamental” (Tonet, 2013, p. 729). Em todos os pontos, é traçada uma observação do pensar equivocado das Ciências Sociais e Humanas com as maneiras como são vistos os saberes e suas construções, metaforicamente, dentro do discurso. Sobre isso, Tonet parafraseou Marx em sua referência à religião; “poderíamos afirmar que a crítica da interdisciplinaridade não é a crítica da interdisciplinaridade, mas a crítica do mundo que produz e necessita dessa forma de produção do saber” (Toner, 2013, p. 730).

O campo das interdisciplinaridades pressupõe um modo totalizado de conhecimento, concentrando-o ao ser social que não pode ser dissociado do processo social. Portanto, por meio da junção desses dois fatores encontra-se a complexidade do ser, por isso, sob a dimensão totalizada, as formas das relações dos/as sujeitos/as posicionam essa representação moderna

que também a produção científica ignora (Tonet, 2013). Diante disso, Frigotto (2008, p. 44) realça para a crítica o modo totalizado com cuidado.

A compreensão da categoria totalidade concreta em contraposição à *totalidade caótica, vazia*, é imprescindível para entendermos a interdisciplinaridade como necessidade imperativa na construção do conhecimento social. A totalidade concreta[...], não é tudo e nem é a busca do princípio fundador de tudo. Investigar dentro da concepção da totalidade concreta significa buscar explicitar, de um objeto de pesquisa delimitado, as múltiplas determinações e mediações históricas que o constitui.

De fato, é necessário evitar generalizações equivocadas sobre o fator interdisciplinar, sendo assim uma exigência transcendente a produção do conhecimento. Ademais, é observada a “intersubjetividade, sua apreensão de caráter uno e diversos da realidade social nos impõe distinguir os limites reais dos sujeitos que investigam os limites do objeto investigado” (Frigotto, 2008, p. 43). As reflexões metodológicas para as interpretações de abordagens interdisciplinares não são só inerentes à criação de diálogos das disciplinas, mas sim em relação à postura e ao posicionamento de fazer abortar certos conceitos e termos configurados em dados fenômenos sociais (Barros, 2011, p. 33).

O conceito de “centralização política” articula-se a uma certa maneira de ver o processo mediante o qual determinados poderes e atribuições de controlar e organizar a sociedade passam a se concentrar em torno de um núcleo estatal. O conceito de “imaginário” procura dar conta de uma dimensão da vida humana associada à produção de imagens visuais, mentais e verbais, na qual são elaborados ‘sistemas simbólicos’ diversificados e na qual se constroem ‘representações’

Pois nisto,

o importante é compreender que o conceito é uma abstração elaborada a partir da generalização de observações particulares. Sobretudo, é preciso ter em mente que o conceito é uma construção lógica que tem o objetivo de organizar a realidade para o sujeito que busca conhecê-la, mas não se devendo confundir a abstração conceitual com esta mesma realidade (Barros, 2011, p.33)

Como vimos, o debate referente à produção do conhecimento parte do ponto de construirmos conhecimentos que explicam as nossas realidades, contudo, certamente, a interdisciplinaridade,

se apresenta como uma necessidade imperativa pela simples razão de que a parte que *isolamos* ou arrancamos, “*do contexto originário do real*” para poder ser explicada efetivamente, isto é, revelar no plano do pensamento e do conhecimento as determinações que assim a constituem, enquanto parte tem que ser explicitada na integridade das características e *qualidades da totalidade*. É justamente no exercício de responder a esta necessidade que o trabalho interdisciplinar se apresenta como um problema crucial, tanto na produção do conhecimento quanto nos processos educativos e de ensino (Frigotto, 2008, p.48).

Portanto, mesmo continuando a ser questionada por seus críticos, visto sua problemática na totalidade, a interdisciplinaridade é uma escolha política em que se abordam saberes sob diálogos e as relações existentes que aproximam disciplinas. Ademais, muitas das discussões levantadas por ela destacam-se como fenômenos representativos em relação às questões histórico-sociais das realidades das classes dos proletários, da constituição do materialismo histórico de Marx (Frigotto, 2008). Isso pode ser visto também nos modos da produção e nas relações de desigualdades da discriminação social e de gênero, os quais são problemas presentes no colonialismo e na ocidentalização modernizada. Assim, naturalizar a forma de pensar, escolher, produzir no prisma metodológico interdisciplinar é uma escolha política de representação de renúncia a um tipo de produção científica fragmentada e globalizada.

Os estudos das mulheres, enquanto uma teoria crítica e social, tendem a oferecer, dentro de um parâmetro da discussão, uma epistemologia crítica e política. Sua metodologia situa-se numa compreensão interdisciplinar como interseccional, distinguindo não só o processo linear, mas, também, sua finalidade da resposta ao fenômeno da mudança social. A seção seguinte discute essa relação do estudo de gênero dentro da metodologia interdisciplinar, trazendo reflexões referentes à necessidade política de uma escolha metodológica com realce para o modo como se dão as construções do conhecimento centrado nas experiências como fundamentos empíricos.

1.2 INTERDISCIPLINARIDADE COMO MÉTODO DE ESTUDO FEMINISTA

As escolhas metodológicas posicionam os/as pesquisadores/as numa linha teórica e política (Narvaz; Koller, 2006). Estudos feministas, antes de tudo, são interdisciplinares assim como também estão alicerçados na multidisciplinaridade, que, segundo Japiassu (1976, p. 32), isso “consiste no fato de que ela incorpora os resultados de várias disciplinas, tomando-lhes de empréstimo esquemas conceitos de análise a fim de fazê-lo integrar, depois de havê-los comparado e julgado”.

Assim, na ideia da Dell’Aglia (2016), as pesquisas também cobram posicionamentos. Há um conjunto de pesquisas que se prestam a contextualizar, apresentar e denunciar diferentes questões sociais nas Ciências Sociais, elas são necessárias para se fazer pesquisa. Ademais, dependendo do/a investigador/a as pesquisas com relação à militância se inserem num entendimento de que algumas temáticas, assim como ocorre com o gênero, apresentam relação direta com suas questões metodológicas.

As pesquisas que buscam quebrar essa dualidade entre a política e a pesquisa, acabam sendo uma resistência dentro de um padrão científico que defende uma neutralidade e uma ausência de implicação, mesmo que inalcançável. Por tratar-se de um estudo no campo do gênero e dos feminismos, torna-se ainda mais difícil não fazer uma análise a partir de um conhecimento situado, tomado pela participação e, até mesmo, pela emoção (Dell’Aglia, 2016, p. 37).

Outrossim, a crítica de uma construção ética tão controladora da ciência, principalmente nas ciências sociais, posiciona os sujeitos/as pesquisadores/as numa total universalização que distancia da representação e especificidade dada nas ciências. Sobre isso, Mudimbe (2019) afirma, na sua obra *A invenção da África: gnose, filosófica e a ordem do conhecimento*, que,

a antropologia e a filosofia e todas as ciências sociais só podem ser realmente entendidas no contexto de sua região epistemológica de possibilidade. Tanto as histórias quanto as tendências dessas ciências, suas verdades e suas experiências, por serem derivadas de um espaço dado falam a partir dele e primeiramente sobre ele (Mubinde, 2019, p. 44).

De fato, situar uma produção a partir do seu contexto demonstra, de certa forma, a realidade carregada de significado. Dessa maneira, as construções só são explicadas falando das suas realidades, como se, por meio delas, fosse possível compreender os diferentes tipos de conhecimento. Na verdade, uma pesquisa traz diferentes caminhos, não só em seu procedimento, mas nos sentidos que ela vai criar ao longo do seu percurso. Assim, “as formas pelas quais problematizamos uma questão afetam o modo como a investigamos, tanto quanto diferentes métodos de investigação destacam diferentes evidências” (Narvaz; Koller, 2006).

Para as autoras, entende-se que, como não é possível dissociar a teoria e o método, assim também não se pode negligenciar os aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos envolvidos na escolha de um paradigma de pesquisa. Nessa esteira, quanto mais escolhas assumidas, mais se destaca o ato político e diferencial que se quer observar no meio científico. Por isso, a dinâmica das práxis metodológicas fundamenta, justamente, a relação social da teoria e do campo, os contornos de busca para problematizar a questão da pesquisa, sugerir de forma prática as experiências que vivenciamos, tanto para o/a pesquisador/a quanto para os/as sujeitos/as participantes da sua pesquisa.

Essa forma de investigação não constitui nada que se expresse enquanto neutralidade. Há, inicialmente, a falsa ideia de os pesquisadores se afastarem dos seus objetos de estudo como forma de evitar implicações na compreensão do fenômeno a ser estudado para as ciências sociais. Tais ideias advêm do Positivismo, o qual presume que, para ser objetivo, deve haver um distanciamento e uma separação entre razão e emoção (Narvaz; Koller, 2006), contradizendo a representação dos métodos qualitativos, os quais dimensionam esse processo nas ciências sociais ou humanas, tal como apontam Minayo *et al* (1994). Nesse modo de

investigação que trata de questões ligadas às emoções, significados do mundo, inspirações, crenças, valores, atitudes e etc., fatores que envolvem nossas relações e observações, é necessário que seja desmistificada a ideia de pesquisadores serem neutros, na mesma linha de intenção que o feminismo vem rompendo, desafiando e questionando como pode ser exigido um posicionamento de objetividade se seu real paradigma tem relação com a compreensão e a interpretação das experiências e vivências .

Sendo essa a questão, as/os estudiosas/os do feminismo centram na sua construção uma epistemologia crítica, pois, negar relatos das experiências de cotidianos, formadas em contextos histórico, político, cultural e social, é negar a existência do lugar desse/a sujeito/a, assim como desse (a) pesquisador/a que escolhe posicionar nessa linha o pertencer dentro da pesquisa. A coerção mais forte numa investigação, que nos deixa presos sobre uma cobrança, destaca uma dissociação de sentidos, pois as normas científicas não respondem a todas as realidades, elas produzem ordens contextuais. Elas também centram, de acordo com Mudimbe (2019), no construto do poder discursivo, na ideia de organizar conhecimento científico. Ademais, a ciência contextualiza na representação do Ocidente todas as formas da produção do conhecimento. Nessa lógica, produzem representações dos/das sujeitos/as constituindo o eu e o outro. Com base nisso, uma dimensão topográfica “que explica como e por que os discursos sobre o Mesmo e o Outro são expostos, e uma ordem cultural que, na desordem daquilo que hoje parece ser uma humanidade em comum indicam divisões claras, fronteiras sutis e às vezes as supostas aberturas à unicidade” (Mudimbe, 2019, p. 49).

Trata-se de se procurar elucidar a natureza rigorosa da pesquisa qualitativa, a partir da atitude existencial e epistemológica do pesquisador em seu contexto de vida, segundo seus diversos níveis de constituição e de realidade, percebidos e elucidados na autocompreensão e na compreensão compartilhada de sua condição histórica – sua gênese como indivíduo, sociedade e espécie – seu ser-aí como dado e seu ser-outro como acontecimento volátil aberto no tempo instante (Macedo, *et al*, 2009, p. 15).

Por um longo tempo, o processo de produção científica foi posicionado em uma direção que enquadra aqueles/as que se dizem sujeito/a do conhecimento em detrimento dos outros, muitas das vezes, tratados como objetos. Esses sujeitos estão inseridos nas categorias que demarcam, dentro dos fatores de gênero, raça, classe, etnia e etc, as intersecções com a modernidade, lançando significados com a organização social. Ademais, marcam o meio acadêmico e destacam nos aspectos excludentes, insuficiente em demonstrar a realidade concreta, estando a responder mais no que produz a desigualdade.

O movimento feminista, nos estudos de gênero, construiu uma base que se distingue muito de outras epistemologias, tanto que visa a transformar a situação das mulheres,

embasando-se nas problemáticas que as mulheres lidam cotidianamente. A priori, está inserida numa abordagem complexa, ou seja, a relação da discriminação e de outras violências que são cometidas contra as mulheres constituem questões que geram outra dimensão, ganhando status de movimento social. Foi por meio disso que o movimento feminista constituiu espaço e traz transformações significativas no que se refere às formas de abordagens e à criação das políticas pública. Sobre isso,

as feministas denunciam que a experiência masculina tem sido privilegiada ao longo da história, enquanto a feminina, negligenciada e desvalorizada. Elas demonstraram, ainda, que o poder foi - e ainda é - predominantemente masculino, e seu objetivo original foi a dominação das mulheres, especialmente de seus corpos (Narvaz; Koller, 2006, p. 648).

O ativismo feminista, como ato político, figura como formas de construções do conhecimento. Não podemos negar que, por meio do movimento social, hoje o feminismo (re) significou espaços conquistados. Essa sua dinâmica, como dissemos anteriormente, realça sua relação de práxis, e “se expressa muito mais por meio da ideia de integração que de interação” (Ramos; Ferreira, 2020, p. 206). O mesmo se dá com a interdisciplinaridade, por isso não se pode separar os estudos de gênero da metodologia interdisciplinar. Estudos de gênero ou sobre o feminismo se enquadram numa complexidade, por se tratar das questões que ilustram comportamentos humanas (cultural) nos contextos cotidianos e a ressignificação do paradigma de gênero, passando, assim, a serem vistos enquanto construções culturais, permitindo observar diferentes questões que constituem sentidos dependentes de cada lugar onde essa relação é efetuada.

Portanto, ao tornar-se parte das grandes lutas sociais e com sua inserção na universidade, o movimento feminista problematiza o dia a dia a partir dos resultados nas experiências vivenciadas, passando “a enfatizar a questão da diferença, da subjetividade e da singularidade das experiências, concebendo que as subjetividades são construídas pelos discursos, em um campo que é sempre dialógico e intersubjetivo” (Narvaz; Koller, 2006, p.651).

Por outro lado, quando tomamos a experiência como um método, podemos produzir conhecimentos situados na epistemologia do lugar, ou de pertença atender quem está a falar, dimensionar na questão de tornar-se visível. A autora Joan W. Scott (1999) demonstra que os processos históricos constituíram formas de serem situados em fatores categóricos mencionados anteriormente, e que dão experiências diferentes, possibilitando obtenção de relatos em representação a um grupo social, do qual a relação identitária as assemelha constituindo um senso de participação em movimento. Para a autora,

números - corpos em massa-constituem um movimento e isso, mesmo que de forma subterrânea, revela um silêncio forçado a respeito da extensão e diversidade das práticas sexuais humanas. Tornar o movimento visível rompe o silêncio acerca do mesmo, desafia noções dominantes, e abre novas possibilidades para todos (Scott, 1999, p. 2).

Partindo da perspectiva da experiência enquanto método, Kal Popper (2007) vai nos dizer que,

um cientista, seja teórico ou experimental, formula enunciados ou sistemas de enunciados e verifica-os um a um. No campo das ciências empíricas, para particularizar, ele formula hipóteses ou sistemas de teorias, e submete-os a teste, confrontando-os com a experiência, através de recursos de observação e experimentação (Popper, 2007, p. 27).

A forma como se problematiza aquela experiência, disposta antes do campo, é justificada para a escolha de uma temática do estudo. Assim, a proximidade do pesquisador com sua temática figura como seu conhecimento empírico vivenciado em determinado momento, exemplo que contextualiza este trabalho. Quando comecei a pensar numa temática que pretendia desenvolver e possivelmente entrar no mestrado, iniciei a observar aquilo que constituía minha experiência dentro da universidade sobre como interessava cada vez mais debater temas de gênero ou feminismo. Essa relação formada ao longo do percurso, envolvendo os eventos e mais outras discussões acadêmicas paralelas, estava na base de conhecimentos empíricos, tanto que, sobre essa intenção, formulei as hipóteses do trabalho a partir desse olhar.

Na verdade, como adverte Bachelard (1996, p.18), “o espírito científico proíbe que tenhamos uma opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular com clareza”, contudo, também, nos permite formular nossas vivências que atravessam nossa relação enquanto problemas. Na base desse entendimento, o espírito científico considera que todo conhecimento é a resposta de cada pergunta, pois para ele, se não perguntar, não haverá problema, e sem isso não pode haver conhecimento científico. Portanto, nada é evitado, nada é gratuito, mas tudo é constituído.

Ainda para Bachelard (1996, p. 22), “é no eixo experiência-razão e no sentido da racionalidade que se encontram ao mesmo tempo o risco e o eixo”. Dinamiza-se, assim, a pesquisa, porque é a única que sugere, para além da experiência comum (imediata e sedutora), a experiência científica (indireta e fecunda).

Muitas pessoas acreditam, com efeito, que a verdade desses enunciados universais é “conhecida através da experiência”; contudo, está claro que a descrição de uma experiência de uma observação ou do resultado de um experimento só pode ser enunciado singular e não um enunciado universal. Nesses termos, as pessoas que dizem que é com base na experiência que conhecemos a verdade desse enunciado universal singulares querem normalmente dizer que a verdade desse enunciado pode

de uma forma de outra, reduzir-se à verdade de enunciados singulares e que, por experiência, sabe-se serem estes verdadeiros (Popper, 2007, p. 28).

Outrossim, presume-se que, conforme foi traçado neste estudo, na menção da Anima Mama (2010), a questão da ética nas pesquisas acadêmicas precisa ser tomada como uma ética de libertação. Para a autora, nesse prisma, pesquisas acadêmicas e liberdade são indissociáveis diante de uma busca de ruptura hegemônica ou da, então, globalização. Por isso, analisando ética, ela pontua que,

aprofundar questões de ética é analisar os efeitos bons e maus do modo como vivemos e daquilo que fazemos, é questionarmo-nos a nós próprios e ao nosso trabalho. É, enfim, perguntar se é moral aquilo que fazemos e o modo como fazemos, em vez de presumirmos, complacentes, a bondade intrínseca da nossa vocação e da nossa abordagem. A ética não existe num vácuo, antes é profundamente afetada pelos fatores identidade e contexto, que informam as nossas epistemologias e as diversas aplicações do método que utilizamos. Suscitar questões de ética a propósito da pesquisa acadêmica é, por conseguinte, pôr em causa os valores morais mais uma vez, o bom e o mau de quem se dedica ao estudo e produz pesquisas acadêmicas. Em última análise, estamos perante questões de identidade, de epistemologia e de método (Mama, 2010, p. 533).

Nesse entendimento, assim como falamos antes e é reforçado por Mama, no campo dos estudos feministas, nesses modos de pensar metodologia e a forma de problematizar a situação das mulheres, tem havido esforços concentrados no sentido de responder aos desafios metodológicos resultantes das características sociais e contextuais. Sob essa lógica, fundamenta-se essa busca em três alicerces. De acordo com a autora, os pontos referentes orientam pesquisadores e pesquisadoras da seguinte forma.

O primeiro destes é o lugar que ocupam no seio de uma comunidade intelectual progressista e empenhada na prossecução de uma pesquisa acadêmica libertadora. O segundo é sua filiação no campo internacional dos estudos feministas, hoje já razoavelmente firmado, e dentro do qual existe presentemente uma preocupação com as implicações metodológicas da epistemologia feminista e com as dificuldades inerentes à necessidades de se fazer a ligação entre o trabalho académico e o ativismo. Por último, os pesquisadores e pesquisadoras feministas baseiam-se nos exemplos disponíveis de pesquisa socialmente empenhada levada a cabo no interior dos movimentos de libertação, dos movimentos de democratização e dos movimentos de mulheres, bem como em exemplo retirados das disciplinas aplicadas- a educação, os estudos sobre desenvolvimentos, serviço social, trabalho comunitário, e a antropologia do desenvolvimento (Mama, 2010, p. 552).

Com essa interpretação, compreende-se a relação do/a pesquisador/a, e seu estudo toma formas que, ao longo do seu percurso, demonstram as complexidades e nuances da realidade social. O que queremos dizer como isso consiste no que Biroli (2013) traz como reflexão sobre o impacto das nossas escolhas. Elas sendo necessariamente preferências aprendidas também se enquadram dentro de uma noção, portanto, “quando entendemos que as identidades dos

indivíduos são socialmente aprendidas [...], considerar suas escolhas – e o grau de autonomia nelas envolvido – é considerá-las a partir dessa base, isto é, de sua inserção no contexto de relações sociais concretas” (Biroli, 2013, p. 82). Assim, o que fica explícito é que os motivos estão nos significados dessas noções, no entanto, “a relação entre as mulheres e a vida doméstica, tal como produzida pela divisão convencional dos papéis sexuais, não se constituiria, assim, como um obstáculo à definição autônoma de seus interesses, de sua “voz” e de sua participação política” (Biloli, 2013, p. 83).

Enfim, a partir dessa observação, tendemos a ver os estudos feministas dentro de um quadro metodológico interdisciplinar no qual estão situadas as ciências sociais e humanas, problematizando, a partir do diálogo, questões concretas da realidade social, a qual não é fragmentada na sua prática. Essa observação só é possível quando tomamos certos procedimentos, constituindo os/as sujeitos/as participantes com as partes mais importantes da pesquisa, bem como quando se respeitam todas as partículas dos dados fornecidos, a observação do campo, seja participando ou não experimentando e corporificando o campo, antropológicamente pensando valores e destaque que este possa proporcionar. Nesse sentido, na seção a seguir pontuamos o processo e o procedimento de materialização desta investigação.

1.3 PROCEDIMENTO DA REALIZAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO

O procedimento da realização desta pesquisa ocorreu em quatro (4) etapas, estruturadas assim: levantamento dos dados bibliográficos, entrevistas, análise dos dados e descrição. Na abordagem bibliográfica, usamos as fontes teóricas com as discussões aproximadas da nossa temática centrada nos diferentes tópicos e seções; ademais, fundamentamos as discussões de gênero nas epistemologias feministas, tendo base nas produções, como dissertação, tese, artigos, livros e mais.

A utilização da técnica da entrevista funciona em resposta ao caráter do nosso trabalho. Como sinalizado, trata-se de uma pesquisa qualitativa/interdisciplinar, o que suscita a necessidade de trazer coletas de dados para apresentar. Assim, de acordo com Gerhardt, Selveira (2009, p. 74), “a entrevista é uma técnica de interação social, uma forma de diálogo assimétrico, em que uma das partes busca obter dados, e a outra se apresenta como fonte de informação”. Dessa forma, foi utilizada a entrevista semiestruturada, uma das técnicas dentro da entrevista, para a obtenção das informações, a qual permite a “combinação de perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto [...], permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos [...], além disso, a interação entre o

entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas” (Boni; Quaresma, 2005, p.75). Porém, é importante destacar que uma entrevista estruturada separadamente da “semi” coloca em explicação a organização do trabalho. Ela é estruturada a partir do roteiro de perguntas pré-estabelecidas e predestinadas, ademais, com ela, objetiva-se obter diferentes respostas que possibilitem a comparação. Diante disso, teremos essa junção de formato de técnica (Gerhardt; Selveira, 2009).

Na realização das entrevistas, fizemos levantamento de dados dos participantes. Todos da nacionalidade guineense, antes da ida ao campo foram divididas em três (3) grupos de quatro (4) pessoas, estruturados da seguinte forma: grupos de egressas, tendo três (3) mulheres e um menino; grupo dos que estão no meio e final dos seus cursos no mesmo formato da estruturação; e dos novos ingressos que estão nos seus primeiro e segundo semestre na Unilab-CE. O uso desse critério foi com intenção de capturar dados em que podemos observar as percepções em diferentes níveis da qual se enquadra a nossa questão, isto porque, ao queríamos recolher informações sobre como a influência de estudo de gênero de alguma forma integra nos olhares e permita relacionar o percurso com então debate. Contudo, devido ao imprevisto de não encontro com alguns participantes e de querer variar interlocutoras de acordo com cursos, acabamos não contemplar todas como tínhamos previsto. Por outro lado, escolhemos incluir homens como interlocutores da nossa pesquisa pelo simples fato de que a questão de gênero não é problema apenas das mulheres, isto é, consideramos trazer o olhar dos estudantes homens, os quais apresentaram como entendem e quais são as suas percepções sobre essa discussão. No entanto, após o contato com esses participantes, conseguimos entrevistar apenas a subdivisão composta por egressos, e com referentes àqueles que estão no meio e nos últimos semestres, totalizando, assim, oito (8) participantes, sendo seis mulheres (6) e dois (2) rapazes.

Seguindo uma orientação sequencial, realizamos as entrevistas sendo esperado um total de doze (12) participantes, mas nos deparamos com uma dificuldade em selecionar o grupo o qual deveria ser composto por novos ingressos, isso, porque, queríamos ter uma variação dos cursos das interlocutoras. Nesse sentido, acabamos ficando sem tempo, pois, por conseguinte, tivemos muitas férias. Assim, muitos que combinaram realizar as entrevistas conosco foram passar férias em outros lugares, o que tornou impossível a inclusão destes na pesquisa. Por outro lado, essas questões não afetaram nenhum dos objetivos propostos, pois os dados obtidos com os grupos entrevistados nos deram a visão geral que constitui esta dissertação.

A seleção dos interlocutores não foi construída por categorias ou com um planejamento premeditado e intencionado, mas sim, todos os interlocutores participaram da pesquisa por serem próximo a mim enquanto pesquisadora, sendo eles todos guineenses são pessoas que

encontro nos arredores dos campos na maioria amigos e amigas, com suas autorizações tudo exposto aqui das suas identificações parte das suas autorizações. Cumpre destacar que, antes da sessão das entrevistas com os participantes, estes receberam os Termos de Consentimento Livre (TCL), consistindo no aceite para a participação. Além disso, foi feita a leitura no dia do encontro, ademais, com as participantes realizamos a combinação e a marcação das datas e horários. Muitas entrevistas foram presenciais, na biblioteca da Unidade Acadêmica dos Palmares, numa das salas de estudos; outras foram online, por meio do *Google Meet*, tendo como instrumento de gravação um celular e um computador para coleta de dados, além do bloco de anotações.

Antes, todo o processo foi sucedido com a orientação da comissão de ética. Assim, o projeto submetido apresentou todas as propostas metodológicas, possibilitando a sua realização. Nessa esteira, foi realizada esta dissertação com a permissão das/os interlocutores/as, concordando com as suas identificações constantes neste trabalho. O projeto foi submetido em outubro de 2023, mas, devido à greve, o processo atrasou e foi aprovado em novembro de 2024, o que pode ser comprovado no apêndice e neste número de CAAE: 77284523.8.0000.5576. Seguindo esses procedimentos, a pesquisa foi materializada. Ademais, além dos dados das entrevistas, tivemos uma profunda pesquisa com dados bibliográficos, por meio dos quais dialogamos com o tema proposto. Tal diálogo está representado, sequencialmente, nas abordagens das seções e subseções. Ao todo, foram quatro (4) seções principais e cinco (5) subseções além da introdução, apresentando os contextos metodológicos, que foram desenvolvidos para explicar a característica do método utilizado na produção desta dissertação. Além disso, pode ser compreendida a discussão exposta aqui enquanto trabalho acadêmico contextual e crítico, pois esta dissertação traz um aporte teórico de destaque aos estudos de gênero e revela a importância da construção dos trabalhos com aspecto político diante da problemática social vivenciada em nossas realidades.

2 EDUCAÇÃO COMO PROCESSO DA EMANCIPAÇÃO, PERSPECTIVAS E LUTAS: CONTEXTO DA UNILAB NA FORMAÇÃO SOCIAL

A emancipação como conceito abstrato de ação representativa e relacional é determinada a partir da constituição da identidade, mas resulta da dimensão dicotômica para Ernesto Laclau (2011). Para o autor, “é possível ver a ‘emancipação’ – uma noção que é parte de nosso imaginário político há séculos e a cuja desintegração hoje assistimos – organizada em torno de seis dimensões distintas” (Laclau, 2011, p. 23). A relação compreensiva das noções que a emancipação propõe constitui significados aos sentidos que a própria palavra direciona. Entre as dimensões mencionadas pelo autor, deparamo-nos com a dimensão dicotômica, a qual traz a diferença entre dois elementos que, por alguma razão, demonstram ser termos conflitantes, cuja explicação se dá por características antagônicas. Para Laclau (2011, p. 25), “se estamos falando de emancipação real, o “outro” que se opõe à identidade emancipada não pode ser um outro puramente positivo ou neutro, mas um “outro” que impeça a inteira constituição da identidade do primeiro elemento”. Postas essas intenções, a emancipação, para ser requerida, precisa que uma “outra” consciência seja questionada, esta é alienada e submete a seu opressor, quando entra em conflito ao seu novo que por vezes destaca radical e progressista nega continuar daquela forma, este ato produz um conflito de autocontrole de se informar contrário do antes, por isso,

ora, uma conclusão inevitável segue daí: uma verdadeira emancipação requer um “outro” real – isto é, um “outro” que não possa ser reduzido a qualquer das figuras do “mesmo”. Mas, nesse caso, entre a identidade a ser emancipada e o “outro” que se lhe opõe, não pode haver qualquer objetividade positiva subjacente e que constitua a identidade de ambos os polos da dicotomia (Laclau, 2011, p. 25).

A experiência do processo da emancipação alargou-se na contemporaneidade dadas as fronteiras constituídas pela divisão social. Em meio a isso, elevou as lutas sociais alavancadas por movimentos sociais, tendo como base de partida a identidade. Com essas movimentações, as demandas trazem um experimento social nas políticas sociais sobre o pensar das políticas públicas possibilitando relações sociais e a própria criação dos Estados contemporâneos.

Assim, os processos da emancipação, a partir do contexto educacional, se constituem nas perspectivas de políticas educacionais e nas construções formais deliberadas nas estruturas dos cursos vigentes nas Universidades. A perspectiva de uma educação progressista aborda as necessidades contextuais, tanto no que se refere à participação das demandas populares quanto nas questões ligadas aos fatores sociais, culturais, políticos e econômicos na formação de seus cidadãos. Muitas destas perspectivas são cunhadas por meio da luta dos movimentos sociais,

respondendo com críticas às questões factuais sobre os problemas que são atravessados por tais sociedades.

A nossa ideia aqui não é trazer ou construir uma romantização sobre a educação da Unilab em uma perspectiva emancipatória, pois levamos em consideração todas as barreiras e fatores históricos ligados à história da educação no Brasil como um todo. Nossa busca é por expor, nesta seção, a partir dos relatos dados por participantes desta pesquisa, o olhar que eles têm sobre o tipo da educação e de todos os seus processos formativos nessa instituição, sem deixar de mencionar os desafios e as necessidades que ainda precisam melhorar em nossa Universidade.

A política educacional brasileira constitui-se por fases, assim como qualquer outro país. Conforme Kátia Silva Santos (2018) contextualiza, o percurso histórico com a regulamentação e as reformas no ensino constituíram diferentes períodos que demarcaram a construção da lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) desde 1940 com reformas e atualizações, ainda dando orientações em relação ao que se requisita na organização das políticas educacionais brasileira. Entende-se que a discussão das políticas educacionais sempre foi ativa na sociedade brasileira, pois se discute a necessidade de uma educação para todos. Em busca disso, destaca-se uma figura importante para levar a educação a classes populares do país, nas quais se encontram a maioria das pessoas em condição de analfabetismo. Paulo Freire constituiu uma diferencial teoria pedagógica de educação, a qual hoje é referência em muitas instituições de formação dos professores. Seu legado carrega uma perspectiva progressista: “suas ideias nascem como uma das expressões da emergência política das classes populares e, ao mesmo tempo, conduzem a uma reflexão e a uma prática dirigidas sobre movimento popular” (Weffort, 2011, p.9).

O resultado de sua teoria, posso destacar, recai na formação de sujeitos críticos. Na minha observação enquanto uma pessoa que passou no curso da licenciatura em sociologia pela Unilab, muitas das disciplinas obrigatórias da nossa grade curricular centram na formação de futuros professores de sociologia. Assim, com o objetivo de formar educadores, atravessamos com modelos pedagógicos do Paulo Freire, isto é, um modelo crítico de conscientização social, apontado como libertador por Weffort.

A visão da liberdade tem nesta pedagogia uma posição de relevo. É a matriz que atribui sentido a uma prática educativa que só pode alcançar efetividade e eficácia na medida da participação livre e crítica dos educandos. É um dos princípios essenciais para a estruturação do *círculo de cultura*, unidade de ensino que substitui a “escola”, autoritária por estrutura e tradição (Weffort, 2011, p. 9-10).

O entendimento de que a Unilab apresenta essa característica de modelo não só se expressa por ser uma Universidade Federal, na qual alguns professores se inspiram a partir

dessas perspectivas ou porque está na LDB. Compreende-se que o diferencial da Unilab também está na própria Unilab. De acordo com relatos das interlocutoras participantes da pesquisa, elas conseguem ter as seguintes sensações sobre a Universidade.

Sadia Carine Cardoso, egressa de curso de enfermagem:

Eu analiso a educação da Unilab positiva, sendo uma egressa e hoje estar em outra instituição consigo ver a particularidade dela, é boa favoreceu em alguns assuntos que não teria se tivesse em outra instituição, no que diz respeito sobre o próprio debate de gênero, da integração e diferentes saberes. Não teria isto só com meu curso de enfermagem, mas aqui compartilhamos momentos como semana de cada curso, além das atividades de extensão e semana universitária onde consigo acompanhar de perto trabalhos de colegas que discute a realidade do nosso país.

No mesmo sentido assinala Jeraldino Sambé, egresso do curso de sociologia e do mestrado interdisciplinar em humanidades:

Acho a perspectiva educacional da Unilab boa, pois propôs uma discussão crítica, dando uma visão de uma perspectiva diferenciada, da qual coloca viés que dá oportunidade de refletir desde nosso contexto até nos dos outros, permitindo uma reflexão crítica o que dá potencial entendimento do espaço de onde viemos e de onde estamos.

Compreender que uma perspectiva de educação libertadora necessariamente produz um processo de conscientização, como propõe Freire (2011), também é indissociável a um ato político, quando muitos dos relatos, como os referidos acima, demonstram uma questão que valoriza diversidade e contextualiza de onde viemos. Isso nos coloca a pensar sobre as características de uma educação como prática libertadora, pois o processo de aprendizagem tem de se relacionar com o lugar em que estamos a aprender. Esse é um dos mantras orientadores da pedagogia freireano, pois as pessoas aprendem dentro de suas práticas culturais, ou seja, não estamos a pontuar uma associação de aprender sob o processo de alfabetização, mas da relação com a criação de consciência política que valoriza nossas culturas.

Referimos aqui o meio coletivo e sobre como essa particularidade da Unilab permite que vivenciamos uma construção muito forte e potente no pensar na busca da conscientização. Para alcançarmos esse entendimento, é necessário, portanto, contextualizar a Unilab.

Contexto da Unilab: É uma Universidade Federal da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira criada em 20 de julho de 2010 pela Lei n.º 12.289⁴, com sede na cidade de Redenção, no Maciço do Baturité, no estado do Ceará, e na Bahia, no município de

⁴ Conforme informa o Estatuto 4ª versão atualizada em 12/2020. Disponível em: <https://unilab.edu.br/estatuto-da-unilab/>. Acesso em: 7 jan. 2025.

São Francisco do Conde - Campos dos Malês. A exposição do motivo EM Interministerial n.º 00165/2008/MP/MEC⁵ de 22 de julho de 2008, resultado de algumas medidas implantadas nas políticas públicas da reforma da educação. Tais medidas tiveram início desde o governo anterior do presidente Luíz Inácio Lula da Silva, o qual, por sua vez, na sua gestão, propôs ações com diferentes programas para toda estrutura educativa do país, conforme assinala Santos (2018, p.10). Uma dessas medidas foi “o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), lançado em 2007, o qual objetiva a ampliação de vagas nas Universidades e a redução das taxas de evasão nos cursos presenciais de graduação”.

Para Bizarria *et al.* (2020, p.863), a Unilab é uma das instituições de reflexo de uma política pública federal que, de 2003 a 2015, criou dezoito instituições federais de ensino superior no Brasil. Ainda para Bizarria *et al.* (2020, p. 863) é a “primeira que reflete a política brasileira no que é pertinente à expansão e democratização do ensino superior”. Sendo constituída para referido fim da sua criação, conforme destacado no segundo ponto de EM Interministerial nº 00165/2008/MP/ME, expõe-se o objetivo desta política.

A expansão da rede de ensino superior e sua interiorização em áreas mais distantes dos centros urbanos desenvolvidos, a ampliação do acesso à educação superior, promovendo a inclusão social, o incremento do investimento em ciência e tecnologia e em formação qualificada de recursos humanos de alto nível como exigência urgente do desenvolvimento nacional, são objetivos centrais do governo federal (EM) (Brasil, 2008, s. p.).

Nessa esteira, o estatuto da Unilab, no seu Art. 2º, exprime os seus objetivos, a saber, destaca os seguintes, entrando o Iº no objetivo principal.

Ministrar ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas de conhecimento e promover a extensão universitária, tendo como missão institucional específica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre o Brasil e os demais países membros da Comunidade de Língua Portuguesa (CPLP), especialmente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (Palop), bem como promover o desenvolvimento regional e intercâmbio cultural, científica e educacional (Unilab, 2020).

Do mesmo modo que no VIº ponto objetiva “propor soluções para problemas comuns ao Brasil e os demais países da CPLP, com ênfase nos países africanos, com base na pluralidade de temáticas e enfoques, por meio da produção do conhecimento e do acesso livre ao conhecimento produzido” (Unilab, 2020). Diante dos pontos destacados, compreende-se que a Unilab constitui objetivos necessárias que caracterizam a sua própria particularidade com prioridades depositadas na inovação da universidade, como salientam Bazirria *et al.*, (2020)

⁵ Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Projetos/EXPMOTIV/EMI/2008/165%20-%20MP%20MEC.htm

No art. 6º, referente às diretrizes da universidade, “é garantida a liberdade de manifestação e de pensamento e a livre produção e transmissão de conhecimento”. Posto isto, a visão inovadora da Unilab está elencada na sua missão e princípio, além da sua missão institucional a qual especifica formar recursos humanos para contribuir com a integração entre Brasil e os demais países membro da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, especialmente os países africanos, bem como promover o desenvolvimento regional, o intercâmbio cultural, científico e educacional” (Unilab, 2020, p. 8). Destarte, os princípios de atuação, tendo destacado alguns como forma de fazer jus a nossa discussão, constituem particularidades sob as seguintes intenções: ponto VIIIº – “respeito à ética e à diversidade, defesa dos direitos humanos, bem como o compromisso com a paz e a preservação do meio ambiente” – esse ponto é fundamental pelo que a realidade social e internacional representam nos debates; ponto XIº – trata-se de um ponto da base principal da origem da Unilab, destacando o princípio da “internacionalização e mobilidade acadêmica e científica, priorizando a cooperação Sul-Sul”; por fim, há o “respeito à diversidade étnico-racial, cultural, religiosa, de gênero e de orientação sexual” (Unilab, 2020, p. 9).

Portanto, olhando para esses destaques referentes aos princípios regentes e que consagram o diferencial da criação da Unilab, vem a reflexão de que essa é uma visão política e social. No trabalho desenvolvido pelas autoras Bazirria *et al.* (2020), sobre a análise de alguns documentos da instituição (Unilab), elas elegeram as seguintes categorias que se registram como caracteres mais importantes e prioritários para a Unilab e para a sua política enquanto uma instituição de educação que é, no entanto, isso se dá identificando uma diferença em relação às outras universidades do país. As autoras fizeram cruzamentos de palavras analisando esses documentos, tais como o Estatuto da Unilab de 2010. Com ferramentas de *software*, elas criaram três categorias e subcategorias, como ponto de análise de conteúdo, isto é, o tipo de metodologia usada, entre elas apresentaram as seguintes classificações de categorias:

1ª categoria – a Missão Institucional: a ideia apresentada nessa categoria, em sua subcategoria, de acordo com as autoras, se traduz em Internacionalização e Interiorização, isto é, faz referência a “dimensões geográficas essenciais à atuação da Unilab, no caso, um tipo de internacionalização (cooperação Sul-Sul), associada à interiorização do ensino superior, como recomenda o ReUni” (Bazarria *et al.*, 2020, p. 868).

Por outro lado, essa categoria apresenta também uma subcategoria relacionada à Equidade e Sustentabilidade, trazendo questões relacionadas à “justiça, políticas públicas de superação a desigualdades, erradicação de pobreza, inclusão social e preservação do meio ambiente” (Bazarria *et al.*, 2020, p. 869). A preocupação referente a essas questões demonstra

que a Unilab não só é resultado de uma construção centrada nas justificativas de um programa, mas de uma intervenção às necessidades que hoje o mundo vem enfrentando e que está identificando em muitas realidades dos países do Terceiro Mundo.

Uma outra subcategoria é a Interculturalidade, Cidadania e Democracia, esta traz uma reflexão que “expressa elementos alusivos às concepções abrangentes, balizadoras da atuação institucional, como a formação da consciência cidadã, o respeito às questões culturais e a atitude crítica e ética, bem como a solidariedade” (Bazirria *et al.*, 2020, p. 868). Na mesma perspectiva, encontra-se, na última subcategoria, identificada como a Cooperação, um destaque e prioridade para uma política que levasse “apoio e participação de universidades públicas; ações de ajuda mútua; redes e alianças entre governos, setor produtivo, organizações da sociedade civil, instituições de educação superior; convênios internacionais; estabelecimento de vínculos” (Bazarria *et al.*, 2020, p.869).

A 2ª categoria corresponde às Concepções de formação, a qual é formada por três subcategorias destacadas: Pertinência Social, Consciência Crítica (ou concepção teleológica) e, por último, Currículo Multidimensional. Todas elas exprimem não só pontos relacionados aos objetivos da Unilab, como carregam os sentidos apresentados enquanto inovadora sobre as políticas que a Unilab traça em sua missão, na busca de formação dos sujeitos críticos e autônomos com vocações voltadas para a participação política na consciência de direitos e deveres por meio do ensino como prática de liberdade. Isso se dá sob a ótica de um currículo transversal a modelo trans e interdisciplinar com uma epistemologia de lugar a qual traz valores sobre os contextos étnicos e tradicionais (Bizarria *et al.*, 2020).

Por fim, a 3ª e última categoria se construiu pela Organização Institucional, sendo formada pelas suas estruturas e normas como subcategorias. Posto isto, essas exposições refletem estudantes com um olhar em relação à Unilab que a representa como um lugar não só universitário, assim como podemos ver o que expressa no documento, mas como um conjunto multicultural político e ideológico contra barreiras constituídas sob os discursos que representam um projeto cuja origem veio do Sul global, definindo uma perspectiva contra a política colonial, capitalista, eurocêntrica, o que pode ser visto nos relatos de algumas interlocutoras.

Para Windjaba Djop, egressa de curso das humanidades relata que:

a Unilab, além de nos formar nos nossos cursos, sua perspectiva educacional é emancipatória que é (de)colonial onde nos permita afastar das construções que nos limita expressar por questões que já foram criadas e tratam nossa realidade com estereótipos e mais, podemos identificar isto discutindo o racismo em suas mais profundas formas de relações em diferentes espaços,

mostra o modelo contra eurocêntrico da Unilab, influenciando-nos a problematizar questões dos nossos países mesmo estando fora dela.

Por outro lado, o estudante de antropologia Joarsem Embalo relata que: *muitas coisas que eu entendo hoje foram graças à Unilab, por meio dessa relação da integração, você consegue ter uma visão diferente das realidades não só do seu país, mas dos outros que são africanos e entre estas diversidades carrega uma rica fonte de informações.*

A realidade cotidiana da Unilab é carregada por uma profunda diversidade que se expressa de diferentes maneiras, por exemplo, em relação às pessoas, à cor, línguas, etnia, classe, gênero, sexualidade, ao pensamento e etc, o que se pode observar dessa diversidade é uma complexidade diversa. Isso porque, por meio dela, consegue-se constituir semelhanças a partir dos contextos históricos e dos diversos fatores referentes aos desenvolvimentos. Consequentemente, outros fatores são formados a partir das construções políticas em contraste aos dois polos do mundo, Norte global em detrimento ao Sul global⁶.

No texto do Estatuto da Unilab, é realçada sua prioridade sobre a Cooperação Sul-Sul. Trata-se de um dos projetos com destaque na área de relação internacional, o qual vem constituindo uma progressão emergente ao Sul desde o final da 2ª guerra mundial e com estruturação dos países africanos, asiáticos e da América Latina após obterem suas independências. Diante disso, a representação da CSS alinha-se ao projeto de desenvolvimento social e econômico do Sul global de acordo com Bruno Ayllón Pino (2014). Diante da situação da maioria desses países, o projeto pressupunha interesses mútuos, constituindo relações solidárias e geopolíticas em resposta a um desenvolvimento das relações econômicas a partir de tais intercâmbios, ocorrendo tanto no âmbito educacional como no econômico e no político. Nessa esteira, vê-se a natureza do projeto de implantação da UNILAB na ação do Brasil, o qual promoveu esse pensamento político e prático em sua execução, pois buscou constituir uma relação com os países africanos no processo de formulação dessa universidade.

Nisto, compreende-se que essa política, nas diretrizes da Unilab, é um projeto inovador e robusto pela sua carga significativa. Assim, para Bazirria *et al.*, (2020, p. 864).

Nas diretrizes gerais da Unilab, constituídas em documento no ano de 2010, é escrito que a atuação da instituição se pauta pela **cooperação do tipo solidária**, ao passo que “ela valorizará e apoiará o potencial de colaboração e aprendizagem entre países” (Unilab, 2010, p. 6), “em um ambiente de **respeito às distintas identidades, ao pluriculturalismo e à cooperação solidária**” (p. 10, grifo nosso). Nesse horizonte, exprime a ideia de “formação de cidadãos com sólido conhecimento técnico, científico

⁶ Resultado da classificação do mundo constituído em quadros do desenvolvimento econômico e da relação internacional, com materialização do controle e dominação do Norte global em relação às constituídas no Sul global, por meio da política capitalista, ideológica etc. Tais questões podem ser vistas na perspectiva da epistemologia do Sul, em Boa Ventura dos Santos (2010).

e cultural e compromissados com a necessidade de **superação das desigualdades sociais e a preservação do meio ambiente**” (p. 12, grifo nosso), “com uma perspectiva **intercultural, interdisciplinar e crítica**” (Diretrizes, 2010, p. 13, grifo nosso), por meio de “uma visão epistemológica coerente com a complexidade dos saberes (formais e informais, científicos e tradicionais)” (p. 13, grifo nosso), adotando “princípios de gestão que assegurem organização e estrutura acadêmica democráticas e integradoras das diversas áreas do conhecimento.

Por um outro lado, encontra-se uma reflexão necessária a partir dos relatos e discursos populares, a qual afirma que a Unilab é fruto de luta dos movimentos sociais com representação do Movimento Negro, sendo este um dos impulsionadores na criação dessa universidade, como uma resposta à dívida histórica referente a como se deu o processo histórico do país no que se refere à escravização africana e, posteriormente, à colonização europeia para esses países. Apesar de tudo, não encontramos documentos ou trabalhos que os relacionem, contudo, mesma ainda estando em discussão, uma das questões que permitem comprovar essa explicação está relacionada à localização da sede universitária. Trata-se da cidade de Redenção, a qual foi escolhida “como sede da instituição por ser a primeira cidade brasileira a abolir a escravidão no ano de 1833” segundo Gomes (2021, p.105).

Nesse sentido, demonstra-se que o projeto da Unilab, além de constituir nessa construção internacional, é resultado de políticas afirmativas conquistadas por movimentos sociais em referência ao Movimento Negro. Na mesma linha de raciocínio, de acordo com o Portal PT13⁷ de notícias, o qual apresenta como relatores, Fausto Antonio e Rosalina Smedo de Andrade Tavares (2024), ambos professores da mesma instituição, “a Unilab é o resultado das lutas empreendidas pelos movimentos sociais negros e reafirmada e, sobretudo e mais ainda, ampliada pelo advento das Leis n.º 10.639/2003, n.º 11.645/2008 e n.º 12.711/2012”. Sobre isso, é importante destacar que as referidas leis aludem sobre a importância da inclusão da cultura e da história dos afro-brasileiros, indígenas e quilombolas na educação, como forma de promoção das ações afirmativas referentes a essas pessoas no que tange às relações étnico-raciais das suas entradas no ensino superior, isto é, por meio da lei de Cota.

Mediante o que foi apresentado aqui sobre a Unilab e suas particularidades, vimos a necessidade de mostrar a relação dessa universidade como projeto que traz perspectiva emancipatória diante do que vem produzindo e se destacando na sua caracterização enquanto uma instituição multicultural vista em meio às propostas fundamentadas em perspectivas contracoloniais embasadas na política de identidade, sendo muitas discussões alinhadas às temáticas que se constituem nos projetos político-pedagógicos de vários cursos. Segundo

⁷ Disponível em: <https://pagina13.org.br/a-unilab-e-as-novas-rotas-do-atlantico-negro/#comments>. Acesso em: 10 dez. 2024.

Gomes (2021), encontram-se algumas discussões, ainda nesse prisma, nos PPC dos cursos do Instituto de Humanidades, a saber: Antropologia, História, Humanidades, Pedagogia, Sociologia e Relações Internacionais, o que promove debates e reflexões conectados às questões étnico-raciais. Sobre isso, para o autor,

expressões como identidade, fenótipo, grupos subalternos, gênero, diáspora, educação antirracista, anticolonial, pós-colonial, epistemologias da África, perspectivas afrocêntricas, cidadania, inclusão social, respeito à diversidade, saberes ancestrais, pluralidade e sociedade democrática – todas evidenciadas nas fontes consultadas – são fundamentais para a promoção da igualdade étnico-racial e constituem um campo semântico importante às transformações de ordem psicológica, sociológica e histórica ocorridas no ensino a partir das demandas provocadas pelos movimentos sociais que serão abordados (Gomes, 2021, p. 107).

Nisto, observamos a presença de um aspecto crítico no que se refere à necessidade de uma educação cujo reflexo da sua prática promova a liberdade, a inclusão e o respeito à diversidade. Em razão disso, essas ações comprometem a Unilab no que tange a uma perspectiva ativa de Freire, a qual busca saber a representação das características e perfis dos seus estudantes, assim, tal comprometimento expressa não a sua representação, mas uma resposta às ações afirmativas diante de um número de excessiva marginalização na sociedade.

O conceito da emancipação no campo da educação está relacionado à ação política e ao compromisso dos agentes com a tomada de consciência social. A partir da ideia de Freire (2011), referimo-nos aqui à educação emancipatória como o que o autor diz em sua famosa frase “educação como prática libertadora”. Contudo, a emancipação, apesar de ser, hoje em dia, uma palavra de expressão popular, usada em todos os sentidos e áreas, ainda exprime vontades e resultados de lutas que só são obtidos com conquistas conscientes ligadas às formas e atitudes em materialização. Ao que se quer dizer com o significado dessa consciência presente em Paulo Freire, na sua obra *Educação e Mudança*, de 1979, ele propôs elementos que apresentam atitudes de educação relacionadas à busca pela emancipação com destaque ao que ele apresenta de partida, a saber: o “Compromisso do Profissional com a Sociedade”. A explicação dessa frase indica uma posição em que as palavras não estão jogadas arbitrariamente, mas constituindo uma intenção que se situa sob a decisão lúcida de se comprometer, havendo a condição de que um ser humano, ao assumir um ato, deve estar comprometido em ser capaz de agir e refletir (Freire, 1979). Para o autor,

é preciso que seja capaz de, estando no mundo, saber-se nele. Saber que, se a forma pela qual está no mundo condiciona a sua consciência deste estar, é capaz, sem dúvida, de ter consciência desta consciência condicionada. Quer dizer, é capaz de intencional sua consciência para a própria forma de estar sendo, que condiciona sua consciência de estar (Freire, 1979, s/p).

Com base nessa reflexão, Freire (1979) chama atenção para ações que buscam a determinação de mudanças, partindo da responsabilidade de cada sujeito representado em seu meio social. Isso se dá somente quando este entende ou tem a consciência do seu próprio existir, caracterizando também o engajamento e o comprometimento com o contexto. Tal aspecto pode ser observado no próprio compromisso da Unilab, isto é, na sua missão e princípio, pois ela apresenta característica específica e diferencial, no caso, a emancipação, a qual está expressa nos compromissos de sua regência, sendo destacada no Estatuto Unilab. No entanto, sua eficácia está nas ações de todos os envolvidos, apresentando, até o preciso momento, bons resultados obtidos na formação dos seus estudantes. Assim, podemos afirmar que essa universidade constitui emancipação. Nessa esteira, há a busca pela transformação, começando com a prática e a postura de um tipo de ensinar em que professor tenciona “ensinar de um jeito que respeite e proteja as almas de nossos alunos, [sendo isso] essencial para criar condições necessárias para que o aprendizado possa começar de modo mais profundo e mais íntimo”, tal como menciona bell hooks (2013, p. 25).

Portanto, uma educação emancipatória carrega consigo o compromisso profissional e social, ocorrendo em meio a afeto, empatia e solidariedade, o que bell hooks caracteriza enquanto aprendizagem progressista com um ambiente acolhedor. No processo da realização das entrevistas, nós nos deparamos com o relato de uma das entrevistadas, a estudante de pedagogia Elizabente Assamae Manga, que expõe uma situação acolhedora com relação a uma professora. Ela afirma que, nos seus primeiros semestres, tinha conflito em aderir ao debate de gênero, visto que muitos de seus colegas rapazes a *xingavam* de debater questão feminista e a chamavam de tal, como se fosse algo negativo de ser. Isso se deu de tal forma a ponto de ela decidir, não se posicionar, às vezes, na sala de aula, quando se discutiam questões sobre o debate de gênero. Além de perseguida com discursos de feminismo não é questão para mulheres africanas ou as cristãs e era contrária ao cristianismo. Sobre esse conflito, a interlocutora relata que a professora dela na época a ajudou a superar esse medo e a criar essa consciência forte de enfrentar barreiras que são colocadas às mulheres para ficarem em silêncio. Tipos de atitudes assim nos demonstram o poder de uma pedagogia engajada com efeito à prioridade das relações pessoas, permitindo que os sujeitos se sintam livres, confortáveis e expressem suas ideias e desconfortos, por esse motivo e mais outros não expressos publicamente, vemos que a universidade apresenta uma construção emancipatória.

Por essas razões, não só acreditamos como destacamos a dimensão epistemológica que a Unilab representa dentro dos projetos progressistas e inovadores que ela tem. Ademais, esse reconhecimento também é dado como resultado desta pesquisa e das outras realizadas pelas

autoras Bazarria *et al.* (2020), sendo inovadoras com as propostas epistemológicas desafiadoras no que diz respeito a seus conjuntos temáticos, bem como “à amplitude da pluralidade de saberes envolvidos, haja vista o escopo da diversidade cultural que se mostra pela integração de variados países, quanto no que tange à própria afirmação dessa epistemologia em contexto de colonialidade do saber” (Bazarria *et al.*, 2020, p. 873). Isso, sim, representa uma educação emancipatória com compromisso social no que se refere à descolonialidade do saber.

Com isso, a seção a seguir apresenta-nos breves históricos da formação dos estudos de gênero. Escolhemos trabalhar esse tema para introduzir o entendimento e o percurso da luta feminista, como forma de reconhecer os processos de transformações ao longo dos tempos nesse campo de estudo. Assim, as abordagens seguem em uma linha de pensamento com sequências de seções e subseções, discutindo a perspectiva de estudos de gênero e trazendo diálogos com participantes da pesquisa, teorias etc.

3 BREVE HISTÓRICO DOS ESTUDOS DE GÊNERO

Desde meados dos séculos XVIII e XIX, a discussão sobre a diferença do gênero vem se aproximando aos poucos como forma de rebelião (reivindicação) social das mulheres perante a conjuntura social. O questionamento a respeito da desigualdade entre homens e mulheres repercutiu e deu hoje novas teorias e abordagens com conhecimentos que provocaram transformações no campo científico, assim como social.

Nesta seção, apresentamos fatores que levaram à existência desse debate, não vem ao caso apresentar o significado do estudo de gênero, nem realçar sobre o que significa gênero, pois fazemos a ideia de que, chegando aqui, no século que nos encontramos, já temos a ideia das razões inerentes ao estudo de gênero ou de feminismo. Porém, deixando apenas um realce, o estudo de gênero, de maneira ampla, aborda a situação das mulheres, e esse termo, segundo Joan Scott (1995), foi usado de maneira literal como forma de se referir à organização social da relação entre os sexos, nas dimensões de compreensão da cultura e biologia, neste caso gênero e sexo.

À luz da realidade social do ocidente, a problemática da desigualdade de gênero respondia e responde à configuração social e à interpretação determinada aos seus sujeitos, formuladas naquilo que o conceito se atribui socialmente, estando na base das funções sociais por meio da distribuição dos papéis, os quais são desiguais perante os sujeitos masculino e feminino de acordo com a Andriana Psicitelli (2009). Sobre isso, salienta Heleieth Saffiot (1987, p. 8) na sua obra *Poder do Macho*, que,

a identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papeis, que a sociedade espera ver cumpridos pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem.

Posto isto, compreende-se que os estudos de gênero não se destacam só para a discussão de situações das mulheres, mas sim consideram fatores deterministas socialmente, valendo apenas questionar por que estão como estão – fatores esses dentro da compreensão de ser mulher e homem nas sociedades capitalistas de influência euroamericana. Losandro Antonio Tedeschi (2015) nos convida a refletir a história dentro do estudo do gênero, pensando, assim, sobre o lugar representado por mulheres e como esse questionamento deu novos rumos e criou outros olhares.

Portanto, o processo de questionamento despertou a observação em relação ao conceito de gênero por meio de sua instrumentalização e a partir de diferentes articuladores,

por exemplo, a linguagem, a identidade, a biologia, a relação social e de poder etc. Esse termo enfatiza a diferenciação sexual. Sobre isso, para Scott (1995, p.72), a palavra gênero,

indicava uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo “gênero” enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres se centrava nas mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico.

Para a abordagem de estudos das mulheres, essa terminologia, nascida com os/as psicanalistas, indica, como forma de desfazer seu conceito na raiz social, que não há argumentos para justificar a desigualdade de gênero só com as funções sociais distribuídas, isto é, a função do gênero passa não só pelo simples fato da identificação de diferença sexual, mas sim da sua instalação como elemento das normatividades (Butler, 2022).

Destarte, o uso da nomenclatura gênero na abordagem deste estudo surge, assim, para ratificar a estrutura social, com ação de denúncias e posicionamento politicamente na intenção de reverter os fenômenos contra a categoria mulher, em destaque para pontuá-la como categoria útil de análise (Scott, 1995). Por outro lado, para este estudo, a palavra gênero estabelece significado, fazendo a história das mulheres no campo científico, afinal as palavras fazem a história. De acordo com Guacira Lopes Louro (2014, 14), as palavras

[...] fazem história, o conceito de gênero que pretendo enfatizar está ligado diretamente à história do movimento feminista contemporâneo. Constituinte desse movimento, ele está implicado linguisticamente e politicamente em suas lutas e, para melhor compreender o momento e o significado de sua incorporação, é preciso que se recupere um pouco de todo o processo.

Para melhor compreensão, é necessário o uso do termo gênero como forma de definir, hoje, a teoria feminista, dentro das problemáticas das mulheres, como além do objeto central, que é a diferença sexual. Segundo Butler, na obra *Desfazendo Gênero* (2022), os fenômenos de efeito contra mulheres, a saber submissão, violência, restrição de direitos e lugares sociais, assédios, estupros, e mais outros fatores, constituem questões centrais na discussão do objeto *gênero* para a luta das mulheres, por isso, esse termo tem como retorno a crítica da estruturação social dentro da diferença sexual.

As primeiras mobilizações das mulheres foram criar movimento, com uma Teoria Social forte e crítica para emancipação social da realidade moderna. Segundo Louro (2014, p.15),

[...] quando se pretende referir ao feminismo como um movimento social organizado, esse é usualmente remetido, no Ocidente, ao século XIX. Na virada do século, as manifestações contra a discriminação feminina adquiriram uma visibilidade e uma

“expressividade maior no chamado “sufragismo”, ou seja, no movimento voltado para estender o direito do voto às mulheres.

A formulação do estudo de gênero, denominada depois de feminismo, se constituiu em fases para chegar hoje no que temos enquanto discussão feminista ou de estudo das mulheres. A gênese do debate tem como questão principal a discriminação de gênero, a desigualdade dos direitos, por meio dos quais os homens detinham oportunidades que as mulheres não têm, pois eles apresentavam uma base forte de poder, que Saffiot (1987) identifica como poder de macho, vindo de uma ideologia que foi sustentada pela justificativa que afirma este poder. Diante disso, é necessário, sob uma política de inclusão social, que todos os direitos sejam reconhecidos enquanto civis perante a lei.

A mobilização ganhou espaço e teve, inclusive, marco de reversão e de reivindicação, que veio com a constituição de primeira fase, a qual foi apelidada de onda do feminismo. De acordo com a Piscitelli (2009), essa primeira fase ocorreu entre o final do século XIX e início de XX, caracterizando uma mobilização importante na Europa e na América do Norte, cujo objetivo centrava na ideia dos “direitos iguais à cidadania”, dentro da estrutura respondente à igualdade dos sexos. O direito ao voto foi uma das primeiras lutas a demonstrar a consciência crítica e política das mulheres em distorcer a ideia da submissão e da inferiorização.

Além disso, também, com o movimento das sufragistas, foram elencadas questões a respeito dos espaços públicos em detrimento dos seus desempenhos socialmente, além do privado. Sobre isso, segundo Louro (2014, p.15), as sufragistas tinham

[...] objetivos mais imediatos (eventualmente acrescidos de reivindicações ligadas à organização da família, oportunidade de estudo ou acesso a determinadas profissões) estavam, sem dúvida, ligados ao interesse das mulheres brancas de classe média, e o alcance dessas metas (embora circunscrito a alguns países) foi seguido de uma certa acomodação no movimento.

Diante disso, com o alcance social, o feminismo começou a gerar discussões e criar a sua própria teoria direcionando para o pensamento social alguns incômodos na esfera pública. Apesar de tudo, os/as estudiosos/as dessa área ainda se encontravam com um grande desafio, que foi apresentar o porquê que o modo cultural separa, exclui e discrimina socialmente outra categoria (Saffiot, 1987).

Uma outra questão, na verdade, desafio, talvez tenha a ver com a complexidade de uma parcela a des acostumar com o que se beneficia, pois, “o poder está concentrado em mãos masculinas há milênios. E os homens temem perder privilégios que asseguram sua supremacia sobre as mulheres” (Saffiot, 1987, p. 16). Isso é, por essa dominação, vejamos a realidade nua e crua da qual, por meio da ideologia masculina, os homens se instituem formadores da

consciência social, estabelecendo, com sua visão, a maneira de ver, agir e interpretar o mundo sendo eles dominantes e detentores do pensamento social.

Nesse âmbito, foram registradas uma das maiores rebeliões na história social. As manifestações das sufragistas deixaram marcos, por meio de marchas e manifestações coletivas de insatisfação e de protestos que já vinham sendo gestados há algum tempo (Louro, 2014). Para além disso, vale ressaltar, politicamente, o contexto social no qual se encontrava esse debate, a situação era da efervescência social e política, de muitas contestações e transformações, fazendo ressurgir o movimento feminista contemporâneo, expressando-se não apenas por meio de grupos de conscientização, marchas e protestos públicos, mas também a partir de livros, jornais e revistas (Louro, 2014, p. 16).

Nessa perspectiva, os parâmetros seguidos deram força e permitiram que as feministas fossem ouvidas. Seguiu-se, assim, numa construção de movimentos sociais, tendo a corrente marxistas junto aos movimentos trabalhistas, pois, em alguns momentos, as ideias eram semelhantes. Segundo historiadores/as, o estudo das mulheres trouxe transformação social, até para compreender o passado. Para Louise Tilly (1994, p. 31), “um aspecto da história das mulheres que as distingue particularmente das outras é o fato de ter sido uma história de um movimento social”.

O mesmo é postulado por Tedeschi (2015, p.333) ao afirmar que “o uso da categoria de análise “gênero” na narrativa histórica passou a permitir que os pesquisadores focalizem as relações entre homens e mulheres, analisando de que maneira, em diferentes momentos do passado, as tensões, os conflitos e os acontecimentos eram construídos, narrados e escritos”. Na verdade, num dado momento, o feminismo colocou a mulher na história oficial (ciência histórica) e na da humanidade, pois, por muito tempo, “a historiografia oficial atuou como uma eficaz ferramenta de dominação e de justificação das estruturas existentes, baseadas em uma ideologia posta a serviço do patriarcado” (Tedeschi, 2015, p. 333).

Para Saffiot (1987), nas categorias de sexo, as mulheres, ainda que façam história, sem querer, têm constituído sua face oculta à maneira como são condicionadas suas representações sociais. Assim, para a autora,

a história oficial pouco ou nada registra da ação feminina no devenir histórico. Isto não se passa apenas com mulheres. Ocorre com outras categorias sociais discriminadas, como negros, índios, homossexuais. Deste fato decorrem movimentos sociais, visando ao resgate da memória, geralmente não registrada, destes contingentes humanos que, atuando cotidianamente, ajudaram e ou ajudam a fazer história. É de extrema importância compreender como a *naturalização* dos processos socioculturais de discriminação contra a mulher e outras categorias sociais constitui caminho mais fácil e curto para legitimar a “superioridade” dos homens, assim como ados brancos, ados heterossexuais, ados ricos (Saffiot, 1987, p.11).

A ausência das mulheres na história também é um dos fatores de motivação aos questionamentos sobre as formações sociais, e da interpretação sobre o gênero. Isso pode ser destacado em Tedeschi (2015, p. 334).

Ao questionar a história pelo viés de gênero, a história das mulheres põe em cena um conjunto de problemas em que se incluem categorias importantes para a historiografia: “o tempo, o trabalho, o valor, o sofrimento, a violência, o amor, a sedução, o poder, as representações, as imagens, o real, o social, o político, a criação e o pensamento simbólico”. Nesse sentido, a história oral é parte do processo histórico. Quando falamos de história das mulheres, referimo-nos a um processo de tomada de consciência de si mesmo. Se um grupo ou um indivíduo pensa historicamente, faz história oral. Ao narrá-la em si mesma, cria um processo de identidade a partir da experiência da própria vida e dos sujeitos que a cercam.

É nesse processo que é dada a criação de consciência, como uma descoberta e reconhecimento do lugar da mulher, diante do desafio imposto por uma supremacia masculina sobre a diferença do gênero. Nessa esteira, “ao passar a historiografia pelo olhar dos estudos de gênero e pela influência de uma epistemologia feminista, há um entrelaçamento de objetividade e subjetividade, explicação e compreensão, confrontando linguagens do presente com situações do passado” (Tedeschi, 2015, p. 333).

De outro prisma, no contexto político proposto no estudo das mulheres, poucas histórias têm ligação tão forte com os programas da mudança quanto os estudos feministas. Tal fato marcou os anos de 1970 e 1980, sendo essa a época em que a Europa se encontrava no processo de reconstrução, a partir de seus movimentos sociais. Assim, o pós-estruturalismo na França e a reivindicação da classe trabalhadora baseada na ideologia marxista fortemente compreendem, socialmente, os fatores relacionados às muitas desigualdades sociais, incluído a de gênero (Tilly, 1994).

Tendo essas contestações, os debates feministas se aproximaram do marxismo (Scott, 1995, p.78-79), na ideia de rejeitar a análise essencialista daquelas/es, os/as quais sustentavam que “as exigências da reprodução biológica” determinam a divisão sexual do trabalho sob o capitalismo. Isso justificava uma ideia trivial com a intenção de inserir “modos de reprodução” nas discussões sobre os modos de produção (e a reprodução permanece a categoria de oposição e não tem um *status* equivalente ao do modo de produção). Essa compreensão demonstra o quanto a natureza é interpretada determinadamente pelo fator social. Com essa interpretação, realizada a partir dessa alocação, podemos observar os tensos questionamentos da ativista e filósofa Simone de Beauvoir (1967), cuja colocação indagava a sociedade, quando perguntava: O que é uma mulher? Qual lugar as mulheres ocupam no mundo? Ou, o que seria dizer que a mulher consistiria em ter útero?

Se, para essa interpretação, as mulheres eram colocadas a serem aquilo que seus sexos condicionam que sejam, socialmente o que se direciona a elas era e é unicamente a sua função de reprodução e cuidados da família, bem como ainda é. Contudo, continua Scott (1987), é por meio desse esclarecimento que somos conduzidas ao reconhecimento de que os sistemas econômicos não determinam de maneira direta as relações de gênero, e, de fato, a subordinação das mulheres é anterior ao capitalismo e continua sob o socialismo. Assim, a busca, apesar de tudo, de uma explicação materialista que exclua as diferenças físicas naturais continua em descobrimento.

À luz de uma ideologia de poder masculino, para Saffiot (1987), as mulheres são inferiorizadas por natureza biológica, pois assim “o argumento biológico só foi utilizado a fim de mostrar a ausência de fundamentação científica da ideologia da “inferioridade” feminina. Por outro lado, “esse argumento serve também para revelar, mais uma vez, a elaboração social de fenômenos orgânicos, portanto, naturais” (Saffiot, 1987, p. 13). Com base nesse entendimento, os autores colocam com razão os elementos suficientes da questão de o feminismo problematizar a desigualdade de gênero sobre uma construção propositada para subordinar as mulheres.

Chegando no momento da segunda fase ou segunda onda do feminismo, o debate aprofunda a apresentação dos fatos da diferenciação do sexo e do gênero, ou seja, a dualidade desses dois termos, tida para a representação social, como: “o princípio regulador essencial da história das mulheres é a ideologia das esferas sociais, com recorte da esfera pública aberta somente aos homens e da esfera privada enquanto espaço das mulheres” (Tilly, 1994, p. 37).

O nível de repercussão intensificou não só pelas manifestações, mas pelos novos temas necessários a serem discutidos, retomando fortemente o fator biológico enquanto caráter insignificante na construção social, que não pode determinar quem o sujeito deve ser. A construção social tida com o gênero é resultado de ações culturais a respeito do que pontuam na concepção social inserida, e ela não é universal, nem será, por isso, “a subordinação feminina é pensada como algo que varia de acordo com a época histórica e o lugar” (Psiciteli, 2009, s/p).

A forte razão da dicotomia entre público e privado deriva da interpretação biológica sobre homem e mulher, por isso se constitui como ideologia a partir da dominação masculina, sustentada com pensamento de que a

[...] “inferioridade” feminina, recorre-se, frequentemente, ao argumento de que as mulheres são menos inteligentes que os homens. Ora, a Ciência já mostrou suficientemente que a inteligência constitui um potencial capaz de se desenvolver com maior ou menor intensidade, dependendo do grau de estimulação que recebe (Saffiot, 1987, p.14).

O constituinte dicotômico do espaço público e privado foi determinado pelo sistema capitalista, e sim sob uma lógica de diferenciação e divisão social de trabalho estabelecida pela categoria sexo, legitimando a ideologia masculina por meio das relações sociais, com posicionamentos que limitavam as mulheres, pois estas, de acordo com Daniele Almeida do Império *et al* (2019, p. 3), “não podiam exercer um papel ativo na sociedade, não podiam trabalhar e, quando buscavam alguma forma de conseguir renda, eram vistas com maus olhos por todos”. Helena Hirata (2008, p. 44) demonstra que,

esta relação social é caracterizada como transversal ao conjunto do sistema social, e por isso historicizável (ela se reproduz mas conhece as mudanças constantes), é uma relação de poder, de dominação; cada categoria não existe a não ser em relação a outra, elas se constroem incessantemente. Essa conceitualização permitia descolar os grupos sociais, homens e mulheres, da bicategorização biologizante machos e fêmeas.

A partir dessa construção, formada justamente por meio da educação restrita das mulheres, deposita-se o espaço doméstico como o lugar por definição delas. Assim, a sociedade, para legitimá-lo, constituiu discursos que intuem, sob poder de persuasão, a aceitação dela como princípio necessário que demonstra a organização social. Nessa esteira,

a sociedade investe muito na naturalização deste processo. Isto é, tenta fazer crer que a atribuição do espaço doméstico a mulher decorre de sua capacidade de ser mãe. De acordo com este pensamento, é natural que a mulher se dedique aos afazeres domésticos, aí compreendida a socialização dos filhos, como é natural sua capacidade de conceber e dar à luz (Saffit, 1987, p. 9).

Isso posto, colocam as mulheres como responsável por responder pelo lar e cuidar de casa e da família, sendo unicamente responsabilizada pela reprodução e cuidados dos filhos. A partir dessa centralização da mulher, ela é destinada ao trabalho doméstico enquanto feminizada, atribuindo essa prática a partir de uma categorização e limitação da capacidade das mulheres no mercado de trabalho. Sobre isso, segundo Mandeliene *apud* Hirata (2008), mesmo após as mulheres conquistarem espaço no mercado de trabalho, as diferenciações dos trabalhos realizados por elas configuram a semelhança das domésticas dentro das fábricas e nas instituições públicas.

A obra clássica de Madeleine Guilbert (1966) consagrada ao trabalho profissional dos operários faz referência ao trabalho doméstico: ela mostrou que os postos de trabalho ocupados pelas mulheres na indústria tinham características próximas daquelas do trabalho doméstico (repetitividade das tarefas, minuciosidade, sequências curtas, tensão nervosa etc). Mas ela não confere centralidade teórica à articulação entre trabalho doméstico e trabalho profissional (Hirata, 2008, p. 42).

No campo das Ciências Sociais, as produções de conhecimento seguem lógicas a base do sustento, tal como enquadra teoricamente como crítica dependendo do seu direcionamento,

para estudos de gênero ou feminismo, se compromete pela mudança, necessitando de engajamento político e da conscientização, afirmando problemáticas que, por vezes, vão contra uma construção feita ao longo do tempo, naturalizada a ser vista da forma como se apresenta. Com pretensão à mudança, tais pesquisadores/as desses estudos ousavam e ainda ousam se posicionar para contar a história das mulheres a partir delas mesmas, pois constituem seus próprios lugares sociais, conceituando gênero, pois falar das mulheres significa falar dos homens também (Louro, 2014).

Contudo, a problemática debatida pelas feministas, pontuando questões que depois se centralizaram como categoria de análise ao patriarcado – isto porque, pela estrutura social do Ocidente, as funções refletem a hierarquização das categorias masculina e feminina –, fez-se logo após a segunda onda do feminismo, a partir de um debate intenso sobre a pressão do patriarcado. A terceira onda do feminismo problematiza os conflitos dentro do feminismo, o modo como são abordadas as questões da mulher, tendo relação também com as de classe alta, com a visão dada ao patriarcado, foi generalidade priorizando a discussão a partir do que colocam como semelhança da categoria, a saber: “todas as mulheres sofriam opressão do patriarcado” e que o homem é dominante global (Piscitelli, 2009).

A terceira onda permitiu uma outra observação do feminismo, o contínuo debate político, mas com inserções dos outros fatores classificados como categorias, como raça e classe associados ao gênero, a fim de problematizar essas questões no estudo do feminismo. Esses fatores foram necessários para compreender o significado do sujeito social na modernidade, com isso, a perspectiva do feminismo tornou-se ainda mais crítica instalando-se na Teoria Social e se constituindo como pensamento pós-colonial.

É importante trazer a discussão sobre o porquê da naturalização da mulher ao espaço doméstico, a dicotomia do espaço público e privado, inferiorização da mulher (poder do Macho – cultura masculina) e desenvolver a discussão da ausência das mulheres na história, diferenciação social na divisão do trabalho, capitalismo funcional, direitos civis em detrimento da forma como as mulheres são colocadas na sociedade, bem como sua defensoria nas instituições públicas do Estado, como pontuar políticas de inclusão e de representação das mulheres. Todos esses entendimentos são vistos enquanto questões indissociáveis com os fatores de raça e classe à medida que esse sujeito relaciona, sendo definido a partir dessas diferenciações, pois a própria modernidade tenciona a partir dessa visão. Assim, em seguida, aprofundamos a perspectiva feminista na Teoria Crítica.

3.1 MOVIMENTO FEMINISTA: TEORIA SOCIAL CRÍTICA E TEORIA FEMINISTA

O feminismo como movimento social criou uma epistemologia que estabeleceu um modo de análise seguida de sua teoria. Ao longo dos tempos, ela vem se configurando numa tendência de debate. De acordo com Sandra Harding (1993), as teorias carregam consigo conceitos necessários para afirmar sua abordagem; no entanto, o paradigma teórico das ciências sociais constituiu, dentro do feminismo, uma Teoria Crítica em relação às formações estruturais das sociedades. Assim, nesta seção, pretendemos apresentar as análises sociais de alguns teóricos críticos que, nas suas discussões, situam a preocupação crítica do feminismo.

No entanto, antes, tomamos a abordagem de Pinho (2021, p. 9) sobre a Teoria Social, a qual, “enquanto um fluxo constante de palavras e práticas, sempre passou por transformações, ganhando novos contornos ao longo do tempo, assim como um rio ajusta seu curso dependendo da geografia do espaço”. Com isso, as interpretações que aproximam a discussão de formações das sociedades com a institucionalidade de algumas relações ordenadas ou com os aspectos organizacionais, deparamos com conceitos que definem na Teoria Social sob as explicações do funcionamento das estruturas de sociedades, trata-se de como todas as sociedades se constituem em termos de relação de poder e em uma ordem social.

Nesta senda, partimos com a discussão a partir da perspectiva conceitual das estruturas, compreendendo como os indivíduos são determinados por elas. Muitos dos autores teóricos da sociologia tratam a constituição da sociedade em meio às estruturas, buscando entender as instituições; no entanto, antes desses teóricos, formulações teóricas foram dadas por Durkheim e Elias, os quais veem as estruturas como fatos externos dos indivíduos de maneira que, por meio, delas são definidos os modos comportamentais ou então as configurações da ordem social. Essas concepções foram desenvolvidas por teóricos estruturalistas e pós-estruturalistas. Nessa esteira, segundo Anthony Giddens, a estrutura “é caracteristicamente conhecida, aí, não como uma padronização de presença, mas como interseção de presença e ausência; os códigos subjacentes têm de ter inferidos de manifestações superficiais” (Giddens, 2009, p. 19).

De fato, as estruturas ou sistemas, como o próprio autor aponta, são a base da formação das relações sociais, permitindo-nos entender como a padronização das práticas sociais se constitui sob uma ordem virtual, que, sobre a sociedade, exige uma reprodução e uma consequente demonstração das manifestações das simbolizações hierárquicas fundadas por meio do poder legitimado, às vezes, em forma abstrata. Em concordância, a mesma racionalidade foi refletida a partir da abordagem de Pierre Bourdieu, em sua obra *Poder*

Simbólico (2012), o qual lembra que as estruturas são vistas como símbolos que expressam, na prática, os indivíduos configurados em formas estruturantes, dados sobre uma ordem simbólica.

Bourdieu (2012) apresenta o poder simbólico como um construto da concepção homogênea, em que seu efeito foi estabelecido de forma cosmológica e naturalizada. Mediante essas observações, os símbolos construtores da sociedade são modos coercivos pelos quais os indivíduos são determinados a pensar, agir e sentir. Tal fato é depositado em problemáticas que foram constituídas em um padrão social que define, impacta ou afeta relações sociais, de gênero entre outros. Entretanto, a essa concepção relacionam-se subconceitos, os quais foram base da discussão de muitos teóricos das ciências sociais.

Por meio dessa concepção, interpretamos a relação de gênero construída na cultura moderna sob a implicação que define os indivíduos em identidades assimétricas com relação às representações e funções que intercedem sendo padronizadas enquanto uma ideal forma de representação dos sujeitos, tudo dentro da dimensão definida do gênero. Diante disso, observa-se que “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica); tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos” (Butler, 2019, p. 27).

Diante da conjuntura estabelecida e dos meios que definem o gênero, simbolizando as relações, as feministas tomam como problemática não o caso da dualidade de gênero (cultura) e sexo (natureza), mas a imperatividade dessa definição sobre ordem compulsória em sua padronização. É nesse aspecto preocupante que são determinadas as mulheres sobre uma estruturação que segue a organização definidora de gênero, em modos hierárquicos subdividindo as representações, as funções e os significados nomeados em cada sujeito/a social.

A configuração de gênero, tal como foi explicado, teoricamente, posiciona-se sobre o padrão de estrutura de poder dominante – esta constituída como cerne da relação moderna no pensamento social, ou, como podemos vê-la, sendo dominação masculina (Bourdieu, 2011). Com essa formalização, há o efeito do poder em seus diferentes significados, ou seja, poder dominante coercivo, em que, na estrutura, há um condicionamento já instalado como forma e modo de estar, de se comportar etc., posicionando todos e todas a um padrão constituído e regulamentado.

A dominação de gênero ou patriarcado, isto é, um sistema de dominação de gênero que hierarquiza o masculino e o feminino em desvantagem para as mulheres, organiza largamente as compreensões da política nas tradições de pensamento que a disciplina herda, mas também atualiza (Biroli, p.185, 2017).

Visto que essa constituída relação de gênero compreende a dinâmica básica do poder, isso nos leva a observar ainda mais a questão política da representação do binarismo sendo um símbolo de poder universal dessa dominação masculina, ou seja, da prática social que se estabelece como um mecanismo definido por meio da linguagem e dos discursos.

Os limites da análise discursiva do gênero pressupõem e definem por antecipação as possibilidades das configurações imagináveis e realizáveis do gênero na cultura. Isso não quer dizer que toda e qualquer possibilidade de gênero seja facultada, mas que as fronteiras analíticas sugerem os limites de uma experiência discursivamente condicionada. Tais limites se estabelecem sempre nos termos de um discurso cultural hegemônico, baseado em estruturas binárias que se apresentam como a linguagem da racionalidade universal (Butler, 2019, p. 30).

Dessa forma, as definições de categorias expressam os resultados de uma vivência sobre uma realidade,

a abstração do caráter concreto dessas experiências, e das relações de poder em que tomam forma, torna-se ainda mais problemática quando se compreende que as relações de gênero são vivenciadas em seu entrecruzamento com as desigualdades de classe, o racismo e o sexismo (Biroli, 2017, p. 189).

Destarte, o caráter abordado por Bourdieu (2012), no conceito de *habitus* explicado por ele como forma que expressa abstratamente as formas determinadora de práticas sociais as quais geram exclusão e definem sobre formas simbólica, contendo estruturas subjetivas e objetos simbólicos em estruturas objetivas sob meios de comunicação discurso cultura. Por último, ideológica em meio ao poder tido na divisão do trabalho subsequentemente em classes sociais, gênero e mais, assim, as relações são resultados das formas estabelecidas reproduzidas simultaneamente na mesma perspectiva.

Com esse entendimento, toma-se no campo político a necessidade de a teorização do feminismo constituir ruptura e transformação em meios que dão legitimidade a este modo de relação. Contudo vem a dominação masculina como um poder de análise, considerando as dimensões simbólicas, neste âmbito, a compreendemos a partir do conceito da Microfísica do Poder de Michel Foucault (2015), na lógica da genealogia do poder. Outra forma de mecanismo que explica a dominação masculina sobre uma constituída representação, quando se exerce os estabelecidos constituídos para função das categorias na forma explícita de que as mulheres, por questão das suas sexualidades, são delimitadas numa estrita função ligada a espaço doméstico, sob esta perspectiva nos dias de hoje estaremos diante de uma construção que explica a concepção microfísica do poder do Foucault (2015).

Para o autor, entender essa dinâmica necessita compreender como e,

o que faz com que o poder se mantenha e que seja aceito é simplesmente que ele não pesa só como uma força que diz não, mas que de fato ele permeia, produz coisas, induz ao prazer, forma saber, produz discurso. Deve-se considerá-lo como uma rede produtiva que atravessa todo corpo social muito mais do que uma instância negativa que tem por função reprimir (Foucault, 2015, p. 45).

De fato, Foucault traz a reflexão sobre o poder, mas sobre uma relação da verdade, que, para ele, é constituída socialmente, da imperatividade. Assim, essa verdade torna-se uma micro-lei estabelecida em funcionalidade ao seu aceite, e isto tem a ver mais com a forma como consumimos fatos sociais em nosso meio determinante na maneira como é tomada, e construída divisão social do trabalho, são dadas em dicotomia do espaço público e privado na representação dos sujeitos/as em categoria sexual.

É no âmbito doméstico e familiar que dinâmicas significativas de opressão têm incidido sobre a vida das mulheres, limitando suas possibilidades em outras esferas da vida, como a da política institucional (definido como público relativamente ao doméstico e ao mercado) e a do trabalho remunerado (no capitalismo, definido como privado relativamente ao Estado e como público relativamente ao universo doméstico), algo que desenvolvo. Por outro lado, a regulação das relações de gênero tem conexão direta com o exercício do poder estatal, configurado em um mundo político predominantemente masculino (Biroli, 2017, p.191).

Os fundamentos teóricos feministas produzem a descontínua constituição, usando dos meios dados discursivamente na luta contra a limitação do espaço e da capacidade de as mulheres estarem politicamente. Essa frente é também um posicionamento contra a determinação biológica na constituição social. A dualidade de corpo-mente foi teorizada no conceito de Biopolítica do poder (Foucault, 2022), o qual problematiza o quanto o sujeito está ausente de si e dependente total da sociedade para afirmar e representar-se enquanto máquina da formação política, sendo aquela que via em performance os preceitos regulamentares.

A lógica crítica da Biopolítica do poder no feminismo é muito explícita até para entender a sexualidade já abordado, e a determinação reguladora do gênero em conformidade com a instituída para representar corpos em uma definição. Na obra *Em defesa da sociedade*, Foucault (2005) vai destacar o impacto da biopolítica e do biopoder sobre os corpos. Entretanto, precisa-se compreender antes,

o retorno à biologia como base de uma sexualidade ou significação específica feminina aparece desbancar a premissa feminista de que a biologia não é o destino. Porém, quer a sexualidade feminina se articule aqui num discurso da biologia por motivos puramente estratégicos, quer seja de fato um retorno feminista ao essencialíssimo biológico, a característica da sexualidade feminina como radicalmente distinta da organização fálica da sexualidade contínua problemática (Butler, 2019, p. 64).

Posto isto, relacionar a discussão do Foucault (2005), como relação a Teoria Crítica Feminista o mesmo tomado pelo movimento social feminista nos anos 1968 com marcante manifestação denominada de Queima dos Sutiãs, tudo sobre contestação a respeito do padrão dos corpos. Por essas, o autor constitui uma análise enquadrado os mecanismos de controles criadas para disciplinar os corpos sendo estas tecnologias de poder, isto é, tecnologias estas estabelecidas desde os séculos XVII, XVIII a XIX, definidas ao longo dos tempos que exerce sobre indivíduos uma repreensão com determinação aos códigos configurados em normas.

Por outro lado, a biopolítica do poder é um conceito em que autor explica em muitos dos ajustes que o feminismo traz nas suas frentes, ligada a este sistema reguladora de sexualidade onde em todo tempo foi problematizada, no que se refere a impacto do biopoder, observa-se as organizações sociais alguns mecanismos de repressão as mulheres em suas representações distinguida em seu sexo a estar no espaço público, esta técnica disciplinar que regula a corpo da mulher sobre a reprodução e fecundação, são constituintes normalizadas do biopoder, que por vezes são indituicionalizados. Na verdade,

uma técnica que é, pois, disciplinar: e centrada no corpo, produz efeitos individualizantes, manipula corpo como foco de forças que é preciso tomar úteis e dóceis ao mesmo tempo. E, de outro lado, temos uma tecnologia que, por sua vez, é centrada não no corpo, mas na vida; uma tecnologia que agrupa os efeitos de massas próprios de uma população, que procura controlar a série de eventos fortuitos que podem ocorrer numa massa viva; uma tecnologia que procura controlar (eventualmente modificar) a probabilidade desses eventos, em todo caso em compensar seus efeitos. É uma tecnologia que visa, portanto, não treinamento individual, mas pelo equilíbrio global, algo como uma homeostase: a segurança do conjunto em relação aos seus perigos internos (Foucault, 2005, p. 297).

Ora, visto isto, compreendem as relações de gênero não uma mera constituição social, entrecruza com definição deste corpo tornando em corpo político, na realidade dos debates hoje leva-se discussão sobre como são tratados certos corpos, e porque são definidos uns como padrões e outros não, a estas formações alinham-se as constituídas relação biológicas, onde padronizam gênero em meio sexual, exercendo a heterossexualidade enquanto relação padrão, e a homossexualidade sendo estes fora da disciplina, e os indivíduos para se disciplinar constituem um tipo performance como exigência desta regulamentação que também passa-se só como disciplina individual, mas um regulamento social inserida para população. Como podemos ver nesta citação,

por outro lado, a sexualidade se insere e adquire efeito, por seus efeitos procriadores, em processos biológicos amplos que concernem não mais ao corpo do indivíduo, mas a esse elemento, a essa unidade múltipla constituída pela população. A sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação (Foucault, 2005, p. 300).

Negar que as mulheres foram impactadas com essas tecnologias – as quais são reforçadas cotidianamente na prática, com discursos reproduzindo não só a opressão às mulheres, mas de tal metáfora de “fazer viver e deixar morrer”, hoje com temáticas como aborto e exploração capitalista dos trabalhos, em tripla-horas feitas por mulheres – torna preocupante a não atenção na política. Isso nos leva a pensar e a associar essa metáfora do autor de que o Estado, este soberano, tal como fazia nos séculos passados, moderou com outras tecnologias, deixando morrer mulheres, todos os dias, por não se responsabilizar pelos direitos reprodutivos como sendo dever dele, propondo o cuidado dessas mulheres a partir de um mecanismo de prevenção.

O debate sobre o aborto coloca em pauta questões fundamentais para a democracia e a cidadania. Ainda que esteja dentro dos limites da tradição liberal, *a propriedade de si mesmo* é a base indispensável para acesso à cidadania e a criminalização do aborto gera grave assimetria, impondo às mulheres limitações no manejo do próprio corpo com as quais os homens não sofrem. A tematização do direito ao corpo envolve a exigência de que a *propriedade de si*, nos termos definidos pelo próprio liberalismo, seja extensiva a todos os indivíduos (Biroli, 2014, p. 127).

Diante disso, observa-se que o feminismo traz problemáticas que colocam a tensão em como estamos inseridos neste sistema onde a maior parte dela não tem controle de si, esta produz e reproduz sobre nós uma relação dicotômica e paradigmático, exercendo sobre indivíduos uma hegemonia com ações explícitas e práticas dadas cotidianamente em forma de relações sociais, isto é, um poder simbólico condicionador de vários fatores desiguais.

A essas considerações destaca-se, mesmo sem mencionar, o capitalismo neoliberalista, resultado de muitos entraves nas construções de meios intervencionais, respondendo tais problemáticas sociais. Fatores como desigualdade de gênero, pobreza, misoginia, racismo, xenofobia, sexismo, homofobia etc. são reforçados pela política capitalista, o que o leva a persistir. Assim, Nancy Fraser (2018) coloca-a como crítica ao bloco populista liberalista de direita dos Estados Unidos, relacionando suas políticas instituídas à tendência global sob a hegemonia intuída na distribuição e no reconhecimento, pois “a hegemonia capitalista foi forjada combinando dois aspectos diferentes de direito e justiça – um focado na distribuição, o outro no reconhecimento” (Fraser, 2018, p. 45).

A dominação capitalista segundo autora, constitui crise por produzir políticas liberais de exploração com projeções na esfera pública a uma narrativa do Estado mínimo certo interesse na privatização sem pressupostos responsabilidades, trazendo demandas, trazendo necessidades nas políticas progressistas das quais centram as preocupação com temáticas como crise climática, o multiculturalismo, questão de desigualdades sócias/classe, de gênero, políticas públicas construção de possibilidade de acesso aos recursos de rendas que serão distribuídas

enquanto partes de resposta intervenção do Estado na problemáticas sociais, desconstruir o mito da meritocracia, direitos trabalhistas e entre outras temáticas (Fraser, 2018).

A redução da igualdade à meritocracia foi especialmente fatídica. O programa neoliberal progressista para atingir uma ordem de status justa não visava a abolir a hierarquia social, mas “diversificá-la”, “empoderando” mulheres “talentosas”, pessoas de cor e minorias sexuais para que chegassem ao topo. E esse ideal era inerentemente específico a cada classe: voltado para garantir que indivíduos “merecedores” de “grupos sub-representados” poderiam atingir posições de prestígio e poder aquisitivo igual aos dos homens brancos heterossexuais de sua própria classe. A variante feminista diz isso; mas, infelizmente, não é a única. Focado em “afirmar-se” e “quebrar o teto de vidro”, seus principais beneficiários só poderiam ser os que já possuíam o necessário capital social, cultural e econômico. Todos os outros seriam mantidos no andar de baixo (Fraser, 2018, p. 47).

Portanto, sobre essa reflexão, a Teoria Social e a Teoria Crítica Feminista buscam explicar as organizações da sociedade pondo sob análise os dilemas dos paradigmas sociais, os quais constituem fortes relações em determinar os indivíduos com enquadramentos assimétricos, excluindo sem distinção as relação sócias, questões estas que, na seção seguinte, trazemos por meio da discussão dos impasses do movimento feminista em concentrar sua análise no gênero, deixando fatores acompanhados que constituem o sujeito social, que a mulher é um sujeito social, contextualizada com uma identidade que destaca raça, sexualidade e classe.

3.2 CRÍTICAS E RECONSTRUÇÕES: UMA RUPTURA NO FEMINISMO

A possibilidade das divergências nos debates das Ciências Sociais permitiu que algumas questões fossem problematizadas, trazendo novas exigências dentro do feminismo, as quais são necessárias para compreender o próprio sujeito feminino, nisto, podemos realçar possíveis razões, isto é, o forte ativismo social com presunção à política feminina, fazendo assim um forte movimento social além do movimento feminista da libertação das mulheres.

Diante dessas possibilidades, isso constitui uma mobilização crítica de ruptura à existência de diversos feminismos, a qual contextualiza as perspectivas das diferentes situações das mulheres, fixando suas realidades socioculturais e sócio-históricas. Essa discussão foi desenvolvida na segunda onda do feminismo, cuja leitura sobre a referida problemática sintetiza, no paradigma ligado ao patriarcado, a centralização do poder no homem, isto é, independentemente das realidades (Piscitelli, 2009).

A lógica fundamentada nessa discussão, ainda para Piscitelli (2009), é de que o feminismo procurou estabelecer um problema geral das mulheres, que é a opressão feminina na

divisão social do trabalho, definida como sendo a luta das mulheres contra o controle do patriarcado. Portanto, afirmavam que todas as mulheres sofriam opressão, justificavam essas afirmações de maneira particular nas experiências contidas nas mulheres brancas, “elas assumem tanto a categoria “mulher” e sua subordinação como universais. No entanto, gênero é, antes de tudo, uma construção sociocultural. Como ponto de partida da investigação, não podemos tomar como dado o que de fato precisamos investigar” (Oyěwùmí, 2004, p. 2).

Por esse prisma, muitos/as dos/as autores/as consideram que o feminismo falhou e fracassou com a redução da compreensão a partir da categorização de gênero como fator principal a designar desigualdade e discriminação contra mulheres, uma das problemáticas levantadas instalam-se nas seguintes questões:

O que significa ser mulher? Será que as mulheres sofrem as mesmas opressões? Como são tomadas as diferentes identidades na construção feministas? Quais eram as pautas do movimento feminista nas questões como raça e classe? O que constituía a base na luta deste movimento cobria todas as mulheres? O patriarcado é um sistema universal? De qual maneira podemos compreender que é universal e de onde partiu?

Nesta subseção, trazemos o debate da densa discussão que culminou na criação de diferentes feminismos, tal como deu sua teorização (no campo racial e classe) a partir de conceitos produzidos (no caso da identidade, e interseccionalidade dos conceitos para compreensão do feminismo negro, africano, transfeminismo e mais), o que justificou o fracasso do feminismo universalizado e branco no contexto africano ou na África. O debate teve origem com intelectuais afro-americanas, posteriormente foi aderido pelas/os africanas/os, sul-americanas/os, no geral, por todo Sul global, levando questionamentos semelhantes aos elencados acima.

Para bell hooks (2019), de alguma forma, num ponto do feminismo, há uma base comum nas lutas das mulheres, mas que, com o caminhar do tempo, isso foi se desintegrando, porque algumas feministas sentiram que era necessário incluir o fator racial e de classe, como parte precisa para a criação da sororidade política que conjugaria as lutas. Entretanto, quando eram iniciados esses debates, para hooks, “a maioria das mulheres, em especial as mulheres brancas privilegiadas, deixou até mesmo de considerar a noção do feminismo revolucionário, quando começou a alcançar poder econômico dentro da estrutura social existente” (hooks, 2019, p. 19).

Da mesma maneira,

os homens brancos reagiam logo nos inícios das lutas dos direitos das mulheres, pois estavam mais dispostos a levar em consideração os direitos das mulheres brancas do que o que incluiria a liberdade das mulheres negras, intuindo, assim, a intenção de continuar a servir para a manutenção da supremacia branca (hooks, 2019, p.21).

No final das contas, o sistema ou a estrutura patriarcal socialmente perpassada era e é extremamente supermachista e racista nesses desencontros de múltiplos fatores: “[...] confortando as maneiras pelas quais mulheres – por meio de sexo, classe e raça – dominam e exploram outras mulheres” (hooks, 2019, p. 20).

Como dito na observação de Harding (1993, p.21),

objetivamente, nenhum indivíduo do sexo masculino consegue renunciar aos privilégios sexistas da mesma forma como nenhum indivíduo de cor branca consegue abster-se dos privilégios racistas – as vantagens de gênero e raça advêm a despeito da vontade dos indivíduos que delas usufruem. O gênero, a exemplo da raça e da classe, não é uma característica individual voluntariamente descartável.

Compreende-se que o sexismo, o racismo e outros fatores não mensurados aqui são partes do sistema, e o maior problema é a dominação da cultura masculina em toda esfera estrutural da sociedade. A maneira de pensar e o comportar partem de um pano de fundo masculino. Nessa esteira, assim como ressalta Biroli (2013), os valores universais são masculinos e constituem significados sociais dados e perpassados por essas instituições criadas por eles, – família – representada no grande preceito estabelecido sobre o modo de proceder das pessoas, ou seja, “a moralidade” é masculina, isto falando da realidade euro-americana que se “globalizou”. Todas essas questões foram determinadas para serem não consensuais com outras realidades, por isso, há mulheres sexistas e racistas já que bebem do poço sistêmico (do mundo masculinizado e moderno). Sobre isso, salienta Oyěwùmí (2021, p. 40),

[...]o valor potencial do construcionismo social feminista ocidental permanece, em grande parte, irrealizado porque, para interpretar o mundo social, o feminismo como a maioria das outras estruturas teóricas ocidentais não pode se afastar do prisma da biologia que necessariamente percebe as hierarquias sociais como naturais. Consequentemente, nos estudos de gênero transculturais, as teorias impõem as categorias ocidentais às culturas não ocidentais e, então, projetam essas categorias como naturais. Os modos como as construções diferentes do mundo social em outras culturas são usados como “evidências” para a construção do gênero e a insistências de que essas construções interculturais são categorias de gênero, na medida em que operam no ocidente anula as alternativas oferecidas pelas culturas não ocidentais e enfraquecem a afirmação de que gênero é uma construção cultural.

O fator principal, ao pensar a ruptura do feminismo que se constituiu sob um determinismo biológico, foi e ainda é sustentado pela lente da cultura ocidental. Em suas funções a definição de gênero ainda se baseia na anatomia dos corpos, como Oyěwùmí (2021) pontua, contudo, sobrepõe-se num discurso hegemônico em referência às outras realidades,

[...]a homogeneidade consensual, do ponto de vista do discurso, que leva a crer que “mulheres” sejam um grupo, é equivocadamente tomada como a realidade material historicamente específica de grupos de mulheres. Isso resulta na assunção de que mulheres são um grupo desde sempre constituído, um grupo rotulado de “impotente”,

“explorado”, “sexualmente assediado”, e assim por diante, por parte de discursos feministas científicos, econômicos, legais e sociológicos (Moanty, 2020, p. 20).

Entrando um pouco nessa discussão, o corpo feminino é percebido como fator condicionador da sua função social, pois, por meio dele, é compreendida sua subordinação, cuja definição não parte dele, mas do oposto dele, a partir de um modo como a sociedade regula suas possibilidades, tudo à base daquilo que a sua natureza biológica determina (Biroli, 2013). Diante disso, centralizou-se sua problemática, a qual se constitui como uma ruptura que traz as formas como esses corpos demarcam diferentes condicionamentos e não se limitam ao fator gênero, dando uma face da realidade concreta da visão do feminismo diferente das antes universalizadas.

Na abordagem da teórica feminista de Angela Davis (2013), no livro *Mulher, Raça e Classe*, a autora identificou o feminismo como algo que, por muito tempo, era parcial, assim, além de ter a gênese com as mulheres brancas, representava os interesses destas. As difíceis condições impostas às mulheres negras diferenciam a prioridade de luta. Nessa esteira, aos olhos de Davis, “durante o período da pós-escravatura, a maior parte das mulheres negras trabalhadoras que não trabalhavam na lida dos campos foram forçadas a tornarem-se criadas domésticas” (Davis, 2013, p. 68). Além do mais, muitos desses trabalhos eram de salários precários. Para a autora,

Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, amas, criadas de quarto e todas as propostas domésticas, as mulheres brancas do Sul rejeitavam esta linha de trabalho. Fora do Sul, as mulheres brancas que trabalhavam como domésticas eram geralmente imigrantes europeias que, como as suas irmãs ex-escravas, eram forçadas a aceitar qualquer trabalho que encontrassem (Davis, 2013, p. 69).

As diferenças sociais representadas na consciência identitária foram o grande percalço menosprezado pelo feminismo. Ademais, a tendência polarizante dos fenômenos também foi um fator vetor que fez com que nem todas as mulheres aceitassem aderir a causa. Isso talvez ocorra pelo modo errado que foi apresentado o feminismo ou talvez, assim como Hooks (2019) pontuava, devido a grande maioria da massa entender a luta feminista como uma luta anti-homem, isso porque a mídia masculina divulgava e ainda divulga que as mulheres estão politizando a igualdade de gênero como forma e ou desculpa para terem direito de ser lésbicas, de fazer aborto, e mais outros fatores.

Ainda assim, se olharmos para a realidade em si evidenciada pela sociedade, segundo Hooks (2019, p.18), vemos “primordialmente uma cultura cristã” em que multidões ainda pensam que a mulher precisa ser subordinada ao homem e ficar no espaço doméstico, pois foi Deus quem a ordenou. Nisto, deixaram abertos leques, necessariamente, preenchidos e

aprimorados com a consciência de que todos podem lutar pela justiça da mulher dentro dos seus limites ou problemáticas, e isso foi graças aos esforços das feministas progressistas da contemporaneidade, ou seja “raça, gênero, classe social e orientação sexual reconfiguram-se mutuamente formando [...] multidimensionalidade, com o ponto de vista feminista, portanto, não existe uma identidade, pois a experiência de ser mulher, de forma social, é historicamente determinadas” (Bairros, 1995, p. 461).

Para Bairros (1995, p. 461),

se for pela experiência da opressão sexista dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam em diferentes pontos, a mulher negra trabalhadora é triplamente oprimida ou ainda mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual racista e sexista.

Contudo, convém considerar que,

[...]os conceitos feministas estão enraizados sobre a família nuclear. Esta instituição social constitui a própria base da teoria feminista e representa o veículo para a articulação de valores feministas. Isto é, apesar da crença generalizada entre as feministas que seu objetivo é subverter esta instituição dominada pelos homens e a crença entre os detratores do feminismo que o feminismo é anti-família. Apesar do fato de que o feminismo se tornou global, é a família nuclear ocidental que fornece o fundamento para grande parte da teoria feminista. Assim, os três conceitos centrais que têm sido os pilares do feminismo, mulher, gênero e sororidade, são apenas inteligíveis com atenção cautelosa à família nuclear da qual emergiram (Oyěwùmí, 2004, p.3).

A outra razão do falhanço generalizado do feminismo tem a ver com o que Hading (1993, p.16) destaca,

as realizações da pesquisa feminista, inclusive sua aparente contradição de ser uma pesquisa científica politizada, são explicadas, ainda que de modo subversivo, pelo empirismo feminista e seus conhecidos pressupostos. Em contraste, as epistemologias da posição alternativa articulam uma outra compreensão da busca do conhecimento científico, que substitui a visão iluminista assimilada pelo empirismo.

Por mesmo, consiste no que a Oyěwùmí (2004, p.1) observou,

um dos efeitos desse eurocentrismo é a racialização do conhecimento: a Europa é representada como fonte de conhecimento, e os europeus, como conhecedores. Na verdade, o privilégio de gênero masculino como uma parte essencial do *ethos* europeu está consagrado na cultura da modernidade. Este contexto global para a produção de conhecimento deve ser levado em conta em nossa busca para compreender as realidades africanas e de fato a condição humana.

Desse modo, a concepção processual da produção do conhecimento acentua, em específico, uma tendência epistemológica, isso porque, como o feminismo é um movimento social ativo, e com as nuances e dinâmicas da sociedade, produz alteridade e forte discurso, seja

ele como for; contudo propôs sempre o cunho crítico, provocando convergências, as quais são normais no campo das ciências humanas, até porque, por essas discordâncias, passaram a existir diferentes perspectivas de estudo das mulheres, tendo sempre o foco principal nas nossas liberdades, criando conhecimentos que, até então, não eram obtidos ou discutidos.

Por outro lado, percebe-se a contemporaneidade como momento de des-hegemonizar o ocidente, a partir de exemplos como as perspectivas das feministas.

Vários grupos sociais lutam, no momento, contra a hegemonia da visão de mundo ocidental, branca, burguesa, homofóbica e androcêntrica e contra a política que essa hegemonia, ao mesmo tempo, engendra e justifica. As lutas internas raciais, sexuais e de classe, bem como as diferenças de nossas histórias culturais que definem quem somos nós como seres sociais, impedem nossa união em torno de objetivos comuns. Somente a história poderá resolver ou dissipar esse problema, não os nossos esforços analíticos. Entretanto, as feministas brancas, ocidentais, deveriam prestar atenção na necessidade de travar uma luta teórica e política mais ativa contra nosso próprio racismo, classismo e centrismo cultural, forças que mantêm a permanente dominação das mulheres no mundo (Hading, 1993, p.23/24).

Com essa intenção, não só intelectuais afro-americanas viam esse questionamento, como foi supracitado, na intenção de reverter o paradigma instalado como geral. Sobre isso, Oyèrónké Oyěwùmí (2004, p.2) afirma que,

as feministas ocidentais, para transformar o que antes eram vistos como os problemas particulares das mulheres em questões públicas. Elas mostraram como problemas pessoais das mulheres na esfera privada são de fato questões públicas constituídas pela desigualdade de gênero da estrutura social.

À luz dessa discordância, autoras do Sul global viam o feminismo muito distante dos seus problemas, são mulheres que viram o processo da colonização fazer perder alguns costumes e formas organizacionais das suas sociedades, estando, portanto, em reconstrução diante de muitos desafios, estes provocados, na sua maioria, pela globalização tendenciada (Oyěwùmí, 2004).

Na sua consideração, Oyěwùmí (2004) chamou atenção para a questão principal no que se refere à construção do gênero nas realizações das pesquisas acadêmicas, com atenção na forma de abordar e relacioná-las a maneira universalizada, pois nem todas as sociedades pensam ou definem o gênero tal como as euro-americanas, numa construção que enraíza as funções sociais com a interpelação ao sexo ou binarismo. Uma interpretação social determinante e coercitiva construindo significação na identidade de cada gênero com sobreposição natural no social.

O problema central da base desta discordância instala também na abordagem da autora Chandra Talpade Mohanty, na sua obra com o título *Sob olhos ocidentais* (2020), o debate a

respeito da ruptura discursiva do feminista ocidental consiste no modo da “[...]produção da “mulher de Terceiro Mundo” como um sujeito monolítico único em alguns textos feministas (ocidentais) recentes [...] o discurso e a prática política feministas ocidentais não são únicos nem homogêneos em seus objetivos, interesses ou análises” (2020, p. 7-8).

Destarte, é um dos objetivos principais, a primeiro passo entender e levar interesse protagonizar a desconstrução dadas a elas, tal como coloca Sunday Adetunji Bamisile (2013, p. 261),

[...]a busca e apresentação de um movimento autônomo das mulheres negras africanas, que seja um contraponto ao feminismo euroamericano e dê corpo à crítica que as africanas pretendem fazer ao feminismo ocidental, exclusivamente dependente da divisão binária de gênero, e suas consequências em termos da memorização da mulher.

Por assim ser, essas análises instalam como denúncias e de uma convicção socio-histórico e cultural a Oyèrónké (2021), observa a cosmovisão Ocidental a base de uma ideologia de determinismo biológico, em que os corpos são definidos na diferença binária consequentemente definidos para diferenciar em sentidos. “O determinismo biológico é um filtro através do qual todo o conhecimento sobre sociedade funciona[...] é uma interpretação do mundo social” (Oyèrónké, 2021, p.32).

Diante deste fator ideológico, isto é, organizou e constituiu na sociedade Ocidental a tal maneira que o feminismo universalizou equivocadamente.

De fato, a categorização das mulheres nos discursos feministas como um grupo homogêneo, bioanatomicamente determinado, sempre constituído como desempoderado e vitimizado, não reflete o fato de que as relações de gênero são relações sociais e, portanto, historicamente fundamentadas e culturalmente vinculadas. Se o gênero é socialmente construído, então não pode se comportar da mesma maneira no tempo e no espaço (Oyèrónké, 2021, p.39).

Da mesma maneira, podemos observar a discussão levantada por Mohanty (2020, p. 9), segundo a qual, “a colonização tem sido usada para caracterizar tudo, das hierarquias políticas e econômicas mais evidentes à produção de um discurso cultural específico sobre o que é chamado de Terceiro Mundo”. De fato, os discursos característicos do tipo “NÓS E MULHERES DOS OUTROS” são comuns para destacar a expressão oculto direcionada ao “Terceiro Mundo” e presente na produção científica. Essa expressão estabelece um olhar de raiz colonial e imperialista, pois a concepção do feminismo sobre a imagem da mulher do Sul é remetente à situação em que elas se encontram. Segundo elas (ocidentais), as mulheres do Sul estão aprisionadas culturalmente sob forte tensão coercitiva sem questionamento algum (Martins, 2016). Sobre isso, concordando com esse raciocínio, Mohanty (2020, p.13) salienta.

E é na produção dessa “diferença de Terceiro Mundo” que feminismos ocidentais se apropriam e colonizam as complexidades constitutivas da vida das mulheres nesses países. É nesse processo de homogeneização e sistematização discursiva da opressão das mulheres no Terceiro Mundo que o poder é exercido em grande parte do recente discurso feminista ocidental, e esse poder precisa ser definido e nomeado.

Esta é a representação do feminismo do Norte, divulgada discursivamente como necessidade de libertar mulheres do Sul, como sendo uma missão de salvação, ou seja, o mesmo discurso utilizado no processo da colonização sobre a missão civilizacional:

[...] no âmbito de um discurso perverso que defende o combate a essa mesma cultura para dela salvar as mulheres, ao mesmo tempo que, na realidade, nega os direitos e as escolhas delas, as torna invisíveis e mudas, apesar de ser o corpo delas o portador ou a superfície em que dolorosamente se inscreve o estereótipo que supostamente as representa (Martins, 2016, p. 254).

Assim, para as intelectuais dessa identificação (terceiro mundo), observa-se nada menos que a reprodução imperialista no feminismo euro-americano, com a tendência da hegemonização na política e na ciência global, e de controle e apropriação, o mesmo que contextualiza como comportamento a dominação dos outros. Entretanto, com base nesses argumentos, Mohanty (2020, 12) destaca.

a relação entre “Mulher” – outro composto cultural e ideologicamente construído por meio de diversos discursos representacionais (científico, literário, jurídico, linguístico, cinemático etc.) – e “mulheres” – sujeitos materiais reais de suas histórias coletivas – é uma das questões centrais que a prática acadêmica feminista busca abordar. Essa conexão entre mulheres como sujeitos históricos e a representação da Mulher produzida por discursos hegemônicos não é uma relação de identidade direta, ou uma relação de correspondência ou de simples implicação. É uma relação arbitrária estabelecida por culturas específicas.

Sobre essas observações, é legítimo reivindicar e afirmar as diferentes formações e organizações sociais, as quais, dentro da academia, são menosprezadas e desclassificadas nas hierarquias constituídas sob julgamentos corretos e incorretos das estruturas e discursos diferenciados. A busca de posições consideráveis sobre as diferentes realidades e experiências sociais, legitimou o discurso de ruptura do feminismo, o que tornou a contextualização como ato político da produção do conhecimento. Entendendo essa questão, consideramos importante olhar para ela, o que leva a contextualizar o feminismo. Sendo assim, em seguida, abordamos os fatores que representam as dimensões e determinações dos diversos feminismos a partir de uma análise interseccional.

4 FEMINISMO EM CONTEXTOS: GÊNERO EM DIVERSAS DIMENSÕES, CONSTRUÇÕES E DETERMINAÇÕES DE ANÁLISE INTERSECCIONAL

Hoje, a discussão do feminismo sobre diversas dimensões incorpora subjetividades instaladas em tempos e locais, pois para cada construção direciona definir sua problemática e perspectiva, em que se objetiva responder, a partir dessa realidade que detêm, seu modo de concepção sobre gênero e sua estruturação social como algo sistematizador da relação social e de poder existente. É importante compreender que essas construções estão configuradas no que podemos direcionar enquanto fatores interseccionais ou interculturais, tendo como categorizações raça, gênero, colonialismo, classe, sexualidade, etnicidade, território-geográfico, nacionalidade, cultura, e mais outras categorizações da definição ou construção de ser um sujeito social numa realidade.

Esta seção objetiva apresentar os contextos que determinam a construção do sujeito feminino, com base nas discussões levantadas e abordadas anteriormente sobre a crítica e a ruptura no feminismo. Enquanto pessoas nesta realidade moderna, partimos de uma construção definidora de quem somos. Para Waldemir Rosa (2017), todos os indivíduos estão inseridos em categorias de gênero que enquadram corpos nas necessidades sociais dos grupos humanos. “O gênero, a raça e a classe são categorias classificatórias que atuam como moderadoras no processo da distribuição e de manutenção de poder na sociedade” (Rosa, 2017, s/p).

Ao mesmo tempo, essas construções permeiam a questão política de quem pode e quem não pode, é uma utilização da diferença e da formação das identidades. Portanto, as questões feitas para esta reflexão são as seguintes: de que forma no feminismo os sujeitos femininos podem ser compreendidos, respeitando a sua formação histórica cultural e social? Sob a lente da cultura, como as especificidades femininas podem criar a sororidade das mulheres? De que maneira as identidades podem ser afirmadas nos movimentos feministas? Por que tomar a identidade de gênero é a direção certa para a construção e a fortificação do feminismo contemporâneo?

As entidades e movimentos sociais de cunho feminista, constituídos em diferentes identidades e organizações de luta em defesa das mulheres, são: feminismo negro, feminismo africana e mulherismo, transfeminismo, feminismo comunitária ou indígena, mulher na situação de imigrante e todas as conceituações que identificam a associação das mulheres. Esses movimentos constituíram um olhar que não atravessa só a identidade feminina, mas traz outros recortes da construção do sujeito como todo, porém, a que se devem esses diversos feminismos?

Em outras palavras, será que foi devido, como sinaliza Stur Hall (1992), à identidade se encontrar em crise? Ou, será porque antes o feminismo universal constituiu uma única identidade fragmentada em categoria mulher (Butler, 2003) e sustentada na biologia? Agora esse discurso se encontra desfragmentado, pois foram tidos outros fatores identitários, trazendo gênero para o âmbito social e o distinguindo das determinações impostas sob dualismo de natureza e social, levando em consideração a desigualdade social com recorte nas categorias de raça, gênero e classe social (Dell’Aglia; Machado, 2019), colocando a cultura enquanto possibilidade de respostas estas questões. É com isso, portanto, que queremos entender como são construídas as identidades dentro dos estudos do feminismo.

No entanto, a partir dessas reflexões o mesmo se dá com o conceito da interseccionalidade, o qual iremos abordar adiante. Foi por meio desse modo que foram justificados esses diferentes feminismos alocados nas encruzilhadas da construção do sujeito. Trazendo para debate dos estudos de gênero a identidade como conceito, há uma complexidade em sua compreensão, porém isso se dá pela interpretação dada sobre a diferença, em contraste, de acordo com Kathryn Woodward (1997, p.1), “as identidades adquirem sentido por meio da linguagem e dos sistemas simbólicos pelos quais elas são representadas”.

Tendo em consideração que “a identidade é, assim, marcada pela diferença. Essa marcação da diferença não deixa de ter seus problemas” (Woodward, 1997, p.1). Problemas que dependem da forma como são interpretados, um deles, na sua maioria, é a constituição das hierarquias sociais, e o negacionismo em afirmar negativamente essas diferenças. Podemos observá-lo na construção discursiva e nas nomeações. Sobre isso, destaco os termos “terceiro mundo” e “imagens de controle”, pontuados por Collins (2019), para referir pessoas culturalmente marginalizadas que passaram pelo processo de exploração e colonização, que hoje são definidas por suas culturas de maneiras estereotipadas e discriminadas.

Na formação do/a sujeito/a, segundo Louro (2014), as diferenças determinam hoje praticamente tudo o que se interpreta socialmente e hierarquiza, ao mesmo tempo, sendo a razão da construção do que é ser homem e mulher, negro ou branco e etc. Dentro de um jogo dinâmico de interesses e regulamentos sociais, evidentes nas práticas sociais ou nas funções produtivas, constroem-se as partes identitárias dos/as sujeitos/as, ao mesmo tempo, alocando outras identidades múltiplas e, muitas vezes, multissituadas numa mesma subjetividade.

Além disso, as diferenças atuam como fator histórico da distinção e das desigualdades, sendo um processo principal na formulação da regulamentação social. Essas diferenças socialmente engendradas e regimentadas limitam e enquadram os/as sujeitos/as em seus lugares, categorizam e favorecem determinados papéis, performances e produções, em

detrimento de outros/as, dependendo do pertencimento, do capital e do engajamento de cada sujeito (Louro, 2014).

Na mesma linha de pensamento, salienta Biroli (2013), que as perspectivas e posições estruturais de categorias não são diretas, considerando as configurações das suas relações, no caso gênero, raça ou classe e etnicidade, e isto porque as categorias “não descrevem parcelas identitárias, pertencimentos ou características que produziriam perspectivas a elas correspondentes” (Biroli, 2013, p.91).

Com isso, vejamos o exemplo da estruturação social de representação de duas mulheres, cujas similaridades consistem por serem mulheres (categoria de gênero), contudo uma é branca e é outra negra (categoria de raça), apesar de todas serem de classe média, passam à reflexão dos desafios que elas têm em comum e diferente. Sobre isso, trago Cida Bento (2022) na sua obra *O Pacto da branquitude*, na qual a autora traz uma história de duas amigas, diante das construções definidas numa sociedade historicamente racista (brasileira), a qual nos permite observar as funções das suas estruturas e compreender o racismo estrutural como determinante das relações, com um olhar que justifica a abordagem do feminismo ter incluído o fator racial. As duas mulheres estudaram juntas do ensino médio à universidade. Após os estudos, elas passaram a buscar emprego, porém se depararam com desafios diferentes. A branca conseguiu ser contratada; e a negra, não, pois a realidade concreta do mercado de trabalho é seletiva, para com tipos de funcionários a estarem em certos tipos de trabalho.

A autora afirma que à mulher negra não foi negada a vaga porque não tinha qualidade, mas porque eram assim estruturadas as discriminações efetivadas como racismo institucional no mercado de trabalho brasileiro. A autora apresenta com essa história as formas como a sociedade estrutura as relações e posições para seus indivíduos, com recorte na origem social como um lugar diferenciado e de usufruto de privilégios para aqueles definidos como merecedores em destaque das definições das categorias sociais.

As “relações de dominação de gênero, raça, classe, origem, entre outras, guardam muita similaridade na forma como são construídas e perpetuadas por meio de pactos, quase sempre não explicitados” (Bento, 2022, p. 14). Entende-se que as categorias são resultados de múltiplas definições estruturadas, as quais foram definidoras de lugares a serem ocupados em vários espaços e instituições, pois é dessa maneira que a relação do poder, em diversas formas, impacta os indivíduos destacando suas origens sociais e mais.

Entretanto, a desigualdade determina a formação das identidades, além disso, ela é a razão das diferenças serem hierarquizadas enquadrando as pessoas sobre padrões definidos. A esse respeito, segundo Biroli, (2013, p. 91),

o fato de que a configuração e os pesos de diferentes fatores estruturais sejam variáveis, no entanto, não impede que as estruturas sociais possam ser definidas como “estruturas de constrangimento” [...] A reprodução das desigualdades e das hierarquias que se cristalizam nas instituições, nos padrões de valoração e de comportamento pode ser tomada como as estruturas em ato, com seus efeitos concretos – e, como se disse antes, diferenciados – sobre os indivíduos.

Sendo assim, cabe compreender as formas que as múltiplas identidades apresentam num sujeito/a, constituindo significados dessas diferenciações, intuindo fronteiras com outro sujeito/a. Na realidade sócio-histórico, segundo exposição do Hall (1992), há três concepções da identidade, contextualizando o sujeito na modernidade, identidades como definidoras de sujeitos/as a partir de recortes das mudanças sociais, dando estes: sujeito iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. No entanto, entre essas concepções no iluminismo, segundo Hall, o indivíduo era um centro unificado dotado de capacidade, de razão e consciência e de ação, fazendo com que “o centro essencial do eu [fosse] a identidade de uma pessoa” (Hall, 1992, p. 11), porém essa concepção para Hall era individualista.

A noção dessa concepção é essencialista, universalizada num tipo de sujeito cuja identidade *é dele*, pois, o iluminismo era usualmente descrito como masculino em todas as formas de relações sociais, tal como a influência do pensamento liberal. Segundo Silvana Aparecida Mariano (2005, p. 483), nessa concepção, “há a noção do sujeito social como universal, livre, autônomo e racional. Conceber a existência do sujeito universal é atribuir-lhe homogeneidade, ou, em outras palavras, unidade”.

Contudo, superando o ser do iluminismo, encontra-se, para o sujeito sociológico, aqui a noção que reflete as construções sociais e dinâmicas da sociedade, em que o “eu” já não é suficiente na definição do sujeito, compreendendo que a sociedade e/ou o exterior interferem no interior, quer dizer a sociologia compreende que a sociedade, por meio da cultura, forma e modifica o indivíduo (Hall, 1992). Em outras palavras, para Hall, a consciência é de que o sujeito não era mais autônomo e autossuficiente, mas formado na relação com outras pessoas, as quais mediam os seus valores, sentidos e símbolos da cultura em que habitava. Entende-se necessária essa noção, tal como coloca Durkheim sobre a compreensão do objeto da sociologia, pois ao modo operante do fato social, os/as sujeitos/as adquirem suas identidades a partir do modo como este reflete. Trata-se de “algo dotado de vida própria, externo aos membros da sociedade e que exerce sobre seus corações e mentes uma autoridade que os leva a agir, a pensar e a sentir de determinadas maneiras” (Quintaneiro *et al*, 2003, s/p).

Na mesma linha de raciocínio, essa identidade fundamentada sociologicamente teorizada por Durkheim está constituída no pensamento coletivo. Segundo Bauman (2001), tal

forma de pensar constitui, sobre os indivíduos, um modo identitário, sustentado por meio da configuração social.

A tarefa dos indivíduos livres era usar sua nova liberdade para encontrar o nicho apropriado e ali se acomodar adaptar: seguindo fielmente as regras e modos de conduta identificados como corretos e apropriados para aquele lugar. São esses os padrões, códigos e regras a que podíamos nos conformar, que podíamos selecionar como pontos estáveis de orientação e pelos quais podíamos nos deixar depois seguir que estão cada vez mais em falta. (Bauman, 2001, p.14).

Nessa concepção de sujeito, de acordo com Hall (1992), a identidade sutura a maneira estrutural da sociedade em uma reciprocidade e solidariedade conscientes, por meio das quais os indivíduos relacionam, por intermédio das interdependências, umas das outras, configurando-se numa relação sob a manipulação capitalista da distinção do/a sujeito/a versus objeto. A noção da identidade nessa concepção, para o autor, é que os sujeitos se projetam nela ao mesmo tempo que internalizam os significados, constituindo uma ambiguidade de identidade. Essa concepção se aproxima da última, assim, por meio dela, sobre as sucessivas mudanças, as identidades continuam a fluir sentidos.

Por outro lado, em contraste aos outros, o pós-moderno busca, de maneira complexa, identificar a identidade. Ele caracteriza o/a sujeito/a a partir de uma sutileza social. Segundo o autor, essa é a era na qual estamos, o/a sujeito/a aqui não tem uma identidade fixa, ele se encontra numa transformação contínua, isto é, considerando a forma que se representa nos sistemas culturais, portanto, “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais poderíamos nos identificar – ao menos temporariamente” (Hall, 1992, p. 13).

Por se situar de maneira complexa, fica cada vez mais difícil situar o/a sujeito/a a partir da identidade, o modo como os indivíduos se projetam nessas identidades tornam elas provisórias e, assim, também muito mais problemáticas e complexas.

A identidade torna-se uma “celebração móvel” formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente, e não biologicamente. O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um “eu” coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas (Hall, 2011, p.13).

No entanto, sobre a discussão referente à pós-modernidade, Bauman (2001) vai dizer que não estamos na pós-modernidade, mas que continuamos na modernidade utilizando da metáfora líquida e sólida, conceituando a nossa era como modernidade líquida, pois as

sucessivas transformações continuam a se proceder dessolidificando as partículas sociais sólidas. Segundo ele, “ a situação presente emergiu do derretimento radical dos grilhões e das algemas que, certo ou errado, eram suspeitos de limitar a liberdade individual de escolher e de agir. A rigidez da ordem é artefato e o sedimento da liberdade” (Bauman, 2001, p. 12).

Compreendendo as considerações apresentadas sobre as identidades, e como existe uma complexidade em situá-las, a partir dessas concepções, por um lado, podemos considerar a pós-moderno, a qual foi refutada por Bauman (2001), como sendo ela uma modernidade líquida, o que se coloca de forma complexa quando a alocamos para os estudos de gênero. Em outros debates, a identidade é vista como possibilidade, pois contextualiza as epistemologias e situa a mulher como categoria cultural dentro da contemporaneidade. Isso se dá tal qual busca, por meio dessa complexidade, problematizar “a desconstrução do sujeito”, sendo, portanto, “ao mesmo tempo uma crítica ao sujeito masculino universal e uma crítica ao sujeito ‘mulher’” (Mariano, 2005, p. 488).

Para isso, debatendo a identidade por meio da construção das experiências e das diferenças na medida das suas especificidades, neste efeito, observa-se o conhecimento situado (Hirata, 2014). Entretanto, com base nessa interpretação e na busca do olhar do feminismo a partir de sujeitos/as contextualizados/as nos debates, são trazidas em recorte as experiências para situar a mulher como fator principal da sua identidade para assim tê-la na abordagem. O feminismo contemporâneo busca ressignificar a experiência das mulheres segundo Biroli (2013), ou seja, busca relacionar a identidade e a experiência com o fator do gênero. Nessa esteira, é importante destacar o entendimento sobre como cada uma desses fatores se definem, no entanto, “partindo do pressuposto de que a identidade está atrelada a noções de experiência, que essas categorias atravessam identidades, podemos entender que elas posicionam sujeitos e produzem suas experiências, mais do que os definem” (Dell’Aglia, Machado, 2019, p. 3).

Destarte, com o objetivo de afirmar os diversos feminismos, a intenção central foi ter uma concepção sinérgica de enfrentar as formas específicas de opressão diante das diferentes categorias de mulheres. O compromisso de forjar diferentes unidades das mulheres, as quais constituem minorias, compreender e trabalhar com o que era comum, mas também com a heterogeneidade de experiências e trajetórias, era um foco forte e político segundo Avtar Brah (2006, p. 347). Os fatores reais a constituíram como uma frente fortemente política de sororidade e reconhecimento de “que a “mulher” é uma categoria histórica e heterogeneamente construída dentro de uma ampla gama de práticas e discursos, e sobre as quais o movimento das mulheres se fundamenta” (Costa, 2002, p.71). Contudo, porém, considera-se que,

a categoria “mulheres” é histórica e discursivamente construída, sempre em relação a outras categorias que também se modificam; “mulheres” é uma coletividade volátil na qual os seres femininos podem estar posicionados de formas bastante diferentes, de modo que não se pode confiar na aparente continuidade do sujeito “mulheres”; “mulheres”, como coletividade, é uma categoria sincrônica e diacronicamente errante, enquanto que, a nível individual, “ser mulher” também é algo inconstante, que não consegue oferecer uma base ontológica. Ainda assim, deve ser destacado que essas instabilidades da categoria são o *sine qua non* do feminismo, que de outra forma se perderia por um objeto, ficando despojado de lutas e, em resumo, sem muita vida (Riley, 1988, *apud* Costa, 2002, p. 71).

Essa perspectiva tem como base a discussão das questões pontuadas como reflexão para esta seção, assim também respondendo o questionamento colocado por Bouvioar (1967): “O que significa ser mulher?” Como a definição de ser mulher não é encontrada só na biologia, mas também na cultura, o que diz respeito ao fator identidade dado pelos contextos culturais e pelas experiências sociais, de fato, “a experiência da mulher envolve, nas condições sociais descritas, uma relação entre a impotência física e a aceitação de seu lugar na sociedade” (Biroli, 2013, p. 86).

Da mesma forma, nessa análise, salienta Scott, (1999, p. 5), “não são os indivíduos que têm experiência, mas os sujeitos é que são constituídos através da experiência”, quer dizer, as experiências que determinam as formas como produzimos as relações, seja como forem, as experiências não são a nossa explicação, só porque são vivenciadas para tornar origem da explicação, mas buscamos explicar como forma de produzir conhecimento, por isso, “as marcas de gênero não podem ser evitadas, mas o modo como o gênero marca uma vida individual é específico e variável” (Biroli, 2013, p. 89).

Desse modo, o processo da resignificação das experiências aproxima a compreensão dos significados dos corpos de acordo com Biroli (2013). Para a autora, “o corpo é o que as relações concretas e o ambiente social permitem que seja, mas ganha existência também à luz dos projetos e das formas de atuação dos indivíduos (em relações de engajamento com outros)” (2013, p. 88). Quer dizer, por meio das categorias envolvidas, o corpo da mulher apresenta não só a fisiologia feminina, mas as outras fenomenologias em seu redor. Nesse caso, podemos observar a interpretação dessa mulher a partir dos fatores interseccionais? Quem é essa mulher? A partir daí, podemos chegar no conceito levantado por Biroli (2013), sobre o corpo vivido. Para ela,

o conceito de “corpo vivido” permitiria pensar a noção de identidade como correspondente a vivências concretas. Seu mérito seria, nessa abordagem, destacar a identidade como um conjunto de variáveis ou parcelas sobrepostas, mas distintas, da experiência. Em outras palavras, o conceito permitirá dar conta da singularidade que constitui as identidades individuais ou subjetivas, sem ignorar que elas se definem apenas em interações sociais concretas e são por elas constituídas (Biroli, 2013, p.88).

A compreensão do significado de um corpo vivido demonstra a importância e os valores com que sua significação perpassa, tida com a experiência que concentra conhecimento e aspecto sócio-histórico. Da mesma forma, salienta Collins (2017, p.11), na verdade, a “experiência e o conhecimento corporificado são valorizados, assim como o tema da responsabilidade que acompanha tal conhecimento”. Podemos relacionar esse conceito com olhar contextualizado das especificidades das formas sociais de mulheres por meio do conhecimento situado. Sobre isso, Hirata (2014) ressalta,

nessa perspectiva, a ideia de um ponto de vista próprio à experiência e ao lugar que as mulheres ocupam cede lugar à ideia de um ponto de vista próprio à experiência da conjunção das relações de poder de sexo, de raça, de classe, o que torna ainda mais complexa a noção mesma de “conhecimento situado”, pois a posição de poder nas relações de classe e de sexo, ou nas relações de raça e de sexo, por exemplo, podem ser dissimétricas (Hirata, 2014, p.61).

Tratar aqui da tendência dos estudos de gênero nesta contemporaneidade, tendo como campo fundamental as experiências visíveis. Segundo Scott (1999), a estrutura de um modo que busca demonstrar o quanto as evidências dos relatos das experiências impactam na possibilidade de examinar aquelas suposições e práticas que excluam considerações acerca da diferença. Portanto,

quando a evidência oferecida é a evidência da “experiência” ganha mais força a noção de referencialidade – o que poderia ser mais verdadeiro. Afinal do que o relato do próprio sujeito sobre o que ele ou ela vivenciou? É precisamente esse tipo de apelo à experiência como evidência incontestável e como um ponto originário de explicação - como um fundamento sobre o qual a análise se baseia - que enfraquece a investida crítica das histórias da diferença (Scott, 1999, p. 4).

O feminismo contemporâneo recorta uma visão da inclusão, tem-se de buscar desconstruir feminismos sobre a unidade de categoria mulher, problematizando a identidade (Narvaz; Koller, 2006). Situar as mulheres com base nas experiências diferenciadas, de alguma maneira, realça e afirma as subjetividades dos indivíduos a partir do efeito dessas experiências. Teresa de Lauretis (1984 *apud* Scott, 1999, p. 8) apresenta que a,

experiência é o processo pelo qual, para todos os seres sociais, a subjetividade é construída. Através desse processo a pessoa se coloca ou é colocada na realidade social e, assim, percebe e compreende como subjetivas (que se originam no indivíduo e se referem a ele próprio) aquelas relações - materiais, econômicas e interpessoais - que são, de fato, sociais, e, numa perspectiva maior, históricas.

Desse modo, desfragmentar os estudos de gênero tornou-se caminho certo para posicionar conhecimentos produzidos a partir da diferença enquadrada nas experiências, o que

responde às questões que contextualizam os tipos de feminismo e suas perspectivas, porém, antes, entende-se que,

o interesse teórico e epistemológico de articular sexo e raça, por exemplo, fica claro nos achados de pesquisas que não olham apenas para as diferenças entre homens e mulheres, mas para as diferenças entre homens brancos e negros e mulheres brancas e negras, como fica claro nos trabalhos realizados no Brasil, mobilizando raça e gênero para explicar desigualdades salariais ou diferenças quanto ao desemprego (Hirata, 2014, s. p.).

A essas construções diferenciadas nas perspectivas feministas compreendem-se, também, as questões fundamentadas que interligam a era moderna, em que as identidades são fluentes e sutilizadas. Ademais, elas representam, nos contextos temporários e localizados, e debatem a importância da representatividade, a qual, por muito tempo, foi tendenciada ao eurocentrismo, de modo que “a tomada de consciência que é a base para a transformação dessa posição subordinada dependeria, assim, da ressignificação das experiências vividas, sobretudo daquelas ocultas atrás das fronteiras estabelecidas pelos valores liberais da privacidade e da liberdade” (Biroli, 2013, p. 96).

Sendo definidor da distinção epistemológica, seja para produções científicas quanto para formação social das relações, com aqueles que historicamente foram e estão sendo subordinados sistemicamente. Portanto, “o ‘conhecimento vivido’ das mulheres é, assim, o reconhecimento de que sua subjetividade lhes vem sendo negada, de que sua identidade vem sendo invalidada de diferentes formas” (Biroli, 2013, p. 97). Do mesmo modo, aborda Costa (2002), no que se refere a esse posicionamento epistêmico ao nos posicionar para o reconhecimento histórico-discursivo, em que a história de uma categoria deve ser compreendida à luz da história de várias outras categorias que se mobilizam para a formação de sujeito/a – no caso, as categorias de classe, raça, etnia, sexualidade, nação, entre outras. Sobre isso, para a autora:

[...] afirmar que identidades são ficções ou efeitos da linguagem (como os desconstrucionistas adoram fazer) não deveria levar ninguém a repudiar reivindicações identitárias, posto que desabilitaram qualquer ação política. Ao contrário, essa afirmação permite uma política mais transformadora, já que conceber identidades como desagregadoras e instáveis seria como “lutar contra a tendência de apagar diferenças e inconsistências para a produção de sujeitos políticos estáveis (Costa, 2002, p.72).

Assim sendo, apresentamos as perspectivas desses feminismos cuja base da sua perspectiva busca uma representação contextual da experiência da mulher com recorte nos fatores interseccionais de gênero, raça, classe, etnia, sexo, território etc., com abordagens referentes não à interpretação fixa da identidade ou numa única categoria mulher, mas em todas

as outras categorizações múltiplas sobre o grupo social e as questões fundamentais a respeito dos fatores históricos, econômicos e culturais.

No entanto, para esta reflexão, antes, trazemos a problematização do recorte sobre o conceito da interseccionalidade, como base epistemológica no engajamento e na legitimação das produções feministas que buscam justiça social, diante das estruturas configuradas pelas desigualdades sociais (Collins, 2017). Assim, o conceito da interseccionalidade, originada na produção da autora estadunidense Kimberle Crenshaw (1989), *Mapeando das margens: Interseccionalidade, identidade política, violência contra mulheres negras*, introduz uma crítica sobre aquilo que ia demonstrar como descoberta menosprezada socialmente, ou seja, sobre os fatos enraizados da desigualdade.

De fato, a crítica desse conceito instala-se na subversão das fronteiras relutantes de separação das identidades, motivo pelo qual salienta Hirata (2014) que a proposta do conceito é “levar em conta as múltiplas fontes da identidade”, embora não tenha a pretensão de “propor uma nova teoria globalizante da identidade”, fundamentada na teoria crítica de ciências sociais. Para Collins (2017, p. 7), “a ideia de interseccionalidade e a solidariedade política que a sustentava tinham o objetivo de tornar a liberdade significativa para pessoas cujas experiências de vida estavam circunscritas pelo racismo, o sexismo, a exploração de classe, o nacionalismo, a religião e a homofobia”, assim como podemos acrescentar também a xenofobia.

A interseccionalidade apresenta uma epistemologia necessariamente necessária nas ciências sociais para a compreensão dos fatos situacionais das mulheres, e não só. Com o atravessamento das suas experiências, quanto a sua problemática, procura responder a questões que abarcam os múltiplos sistemas de opressão (Collins, 2017). Sendo uma iniciativa emergida com engajamento dos movimentos sociais, a ideia da interseccionalidade parte de um lugar que, há muito tempo, chamava atenção. Isso, de acordo com Collins (2017), pode ser observado nas produções de algumas autoras afroestadunidense, desde os anos 1960 e 1970, nos inícios da formação do feminismo negro, nas obras de “Alice Walker, June Jordan, Angela Davis, Niki Giovanni e Barbara Smith” (2017, p. 9) e entre outras.

Como forma da identificação dos tipos da opressão, o fator interseccional contextualiza “algo que poderia ser pensado como a vivência singular dos padrões de opressão – que organizam representações do feminino e potencializam formas de autoidentificação, de identificação dos outros e pelos outros” (Biroli, 2013, p. 93). Partindo-se de uma dimensão diversificada sobrevivida na experiência, pontua também posicionar as escolhas críticas de legitimar hoje esses diversos feminismos, permitindo assim “[...] o modo como as pessoas nomeiam a sua afinidade feminista, atravessada às suas interseccionalidades e trajetórias de

vida, [esse] será o fio condutor para pensar como a experiência complexifica a construção do pertencimento político” de acordo com Dell’Aglío e Machado (2019, p.3).

Em outras dimensões, a perspectiva desse conceito – cujas bases foram aproveitadas nas lutas dos movimentos sociais das mulheres, que viam a opressão além das configurações subjetivas, abarcando também os resultados estruturais e sociais – buscou mostrar que,

[...] a construção de sistemas de poder produz distintos lugares sociais para indivíduos e grupos dentro deles, nesse caso, as identidades desempoderadas que mulheres de cor carregam, as posiciona em inequidades sociais complexas, de forma diferente daquelas vividas por homens ou mulheres brancas (Collins, 2017, p.11).

Para afirmar esse posicionamento, foi necessário o forte ativismo, em que

a multiplicidade de posicionamentos nas estruturas – mesmo tomando-as como “estruturas de constrangimento” – engendraria experiências politicamente válidas, cujo resgate seria necessário para que as formas de deliberação e representação política sejam de fato plurais, mas também para que a compreensão das interações e das relações de poder (Biroli, 2013, p. 91).

Nesse sentido, assim os fatores interseccionais procuram posicionar as categorias mesmo tendo conflitos sobre essa inclusão e negação de abordagens essencialistas, trazendo a política da identidade como forma de pôr a representação de todos enquanto sujeitos/as políticos, mesmo que nem todos/as concordem sobre essa perspectiva feminista da qual são vistas,

[...]como uma estratégia política pessoal e/ou coletiva de sobrevivência, independentemente de quão múltipla, fluída e contraditória a estratégia possa ser. A identidade, assim concebida, passa a ser algo pelo qual se deve lutar constantemente, e não simplesmente algo que nos é concedido na construção de alianças e contiguidades transpessoais (Costa, 2002, p. 78).

Contudo, também, se assim é vista, assim ela é. Defender e organizar conjuntamente os grupos minoritários é buscar enfrentar uma estrutura que, ao longo dos tempos, posiciona especificamente os seus interesses como legítimos dos lugares do poder, e este fato se justifica graças à consciência crítica desses grupos subordinados. Essa perspectiva feminista assemelha-se ao feminismo para os 99% do manifesto construído pela Cinzaia Arruazza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser (2019).

Politicamente visionais, o feminismo para os 99% organiza-se assim para uma profunda transformação, buscando alcançar todos os movimentos sociais de uma luta contra o capitalismo, as desigualdades sociais promovidas pelo modelo neoliberalista, defendendo e reconhecendo a necessidade do “bem-estar da minoria a fim de proteger a liberdade das mulheres e das racializadas, imigrantes, das mulheres *queer*, das *trans* e das mulheres com

deficiência, das mulheres encorajadas a enxergar a si mesmas como integrantes da “classe média” enquanto o capital as explora” (Arruazza *et al.*, 2019, p. 41-42).

Bem, nessa linha de pensamento, que busca multissituar posições além da interseccionalidade, usa-se também o termo multiculturalismo para contextualizar e designar as múltiplas questões sobre a realidade social. Multiculturalismo como concepção de recorte para a identidade e a diferença consiste no mesmo sentido interpretado pela pós-modernidade. Ela também é resultado das diversas transformações sociais e políticas. Na verdade, a razão da formação conceitual dela, segundo Boaventura de Souza Santos e João Arriscado Nunes (2010), configura-se na ideia de um projeto para as políticas das diversidades, com reconhecimento das diferenças tidas nas correntes progressistas e de esquerda política. Assim sendo,

as versões emancipatórias do multiculturalismo baseiam-se no reconhecimento da diferença e do direito à diferença e da coexistência ou construção de uma vida em comum além de diferença de vários tipos. [...] a ideia de movimento, de articulação de diferenças, de emergência de configurações culturais baseadas em contribuição de experiências e de histórias distintas tem levado a explorar as possibilidades emancipatórias do multiculturalismo, alimentando os debates e iniciativas sobre novas definições de direitos, de identidades, de justiça e de cidadania (Souza; Nunes, 2010, p.33).

Tendo observado isso, compreende-se que as dimensões sustentadoras de diversos feminismo são escolhas políticas, sua base agrupa as minorias para uma luta sobre todas as situações de opressões das mulheres, e de todas as situações que também se relacionam à justiça ambiental, educação gratuita e de qualidade, serviços públicos amplos, habitação de baixo custo, direitos trabalhistas, sistema de saúde gratuito e universal etc. (Arruazza *et al.*, 2019). Dito isso, agora buscamos contextualizar os tipos de feminismos existentes e suas perspectivas. As apresentações e discussões serão presumidas ou explícitas na abordagem dos quadros teóricos que cada uma concentra na construção da luta e da defesa das mulheres com recorte a uma especificidade social, histórica e político-discursiva, que motivaram a desconstrução do discurso do feminismo hegemônico branco. Portanto, aprestamos o *Feminismo Negro*, o *Feminismo Indígena* e o *Feminismo do Sul*.

Feminismo Negro: a teoria da interseccionalidade se centraliza como ponto principal nos fundamentos dos trabalhos desenvolvidos pelas intelectuais negras feministas, com foco nas abordagens da opressão de raça, gênero e classe, pontuando como recorte, a crítico social do pensamento feminista hegemônico. As pioneiras que escolheram, na prática e na teoria, construir exaustivamente o pensamento feminista negro são inicialmente intelectuais estadunidenses. Sua origem se deu diante daquilo que se constituía como marco histórico no que diz respeito à reforma política dos Estados Unidos, referente às lutas dos direitos civis e da

formação dos movimentos sociais nos meados do século XX. Nessa esteira, o pensamento feminista negro, para Collins (2019), sugere uma luta contra

A invisibilização das mulheres negras e de nossas ideias – não apenas nos Estados Unidos, mas na África, no Caribe, na América do Sul, na Europa e em outros lugares onde vivem mulheres negras – tem sido decisiva para a manutenção de desigualdades sociais. Mulheres negras que se dedicam a reivindicar e construir conhecimentos sobre mulheres negras costumam chamar a atenção para a política de supressão que seus projetos enfrentam (Collins, 2019, p. 34).

A noção fundamental desenvolvida como perspectiva do feminismo negro, assim para a feminista brasileira Djamila Ribeiro (2018, p. 7), “não é uma luta meramente identitária, até porque branquitude e masculinidade também são identidades”. Portanto, para ela “pensar feminismo negro é pensar projetos democráticos” de reconhecimento das multífaces das diferenças sociais, que reprime a condição social das mulheres negras diante dos fatores constituídas das opressões, termo que Collins (2019, p. 35) descreve como “qualquer situação injusta em que, sistematicamente e por um longo período, um grupo nega a outro grupo o acesso aos recursos da sociedade”. De fato, as configurações das estruturas sociais se dão em situar a tendência da dominação com mecanismos de controle para com pessoas historicamente colocadas às margens do círculo das oportunidades sociais. Com base nisso, o feminismo negro dispõe denunciar todas as formas condicionadas às opressões das mulheres negras e em diferentes realidades sociais.

O feminismo negro, diferentemente das inicialmente predominadas pelas mulheres brancas, posiciona dentro daquilo que era e é a realidade objetiva. Assim, segundo hooks (2019), é preciso compreender que há uma longa distância situacional das mulheres brancas com as negras, demonstrando o real concreto do que era a perspectiva feminista negra no início do debate da inclusão da questão racial no movimento feminista.

Procurávamos estabelecer políticas concretas de solidariedade que possibilitaram uma sororidade genuína. Sabíamos que não poderia haver verdadeira sororidade entre mulheres brancas e mulheres não brancas se as brancas não fossem capazes de abrir mão da supremacia branca, se o movimento feminista não fosse fundamentalmente antirracista (Hooks, 2019, p. 71).

O confronto das feministas negras para com as brancas sobre pensar na raça constituiu-se como revolução para a libertação da supremacia branca, além do patriarcado. Sabe-se que “as ideologias racista e sexista permeiam a estrutura social a tal ponto que se tornam hegemônicas, ou seja, são vistas como naturais, normais e inevitáveis” (Collins, 2019, p. 37). Diante disso, como forma de luta do feminismo negro, as mulheres negras organizaram esse movimento numa política ativa de militância e de engajamento social, sendo luta de todas e

quaisquer formas de opressão, posicionando-se, assim, como uma teoria crítico social, salienta Collins (2019, p.43),

O pensamento feminista negro, a teoria social crítica das estadunidenses negras, reflete relações de poder semelhantes. Para as afro-americanas, a teoria social crítica abrange conjuntos de conhecimentos e práticas institucionais que tratam ativamente das principais questões enfrentadas pelas estadunidenses negras como coletividade.

A luta pela liberdade é uma luta pela dignificação, pois, vindo da história, as pessoas negras e em específico as mulheres negras, foram vistas como parte necessária a ser explorada. Isto é, de acordo com Davis (2016), mesmo após a abolição as pessoas negras sempre foram julgadas e associadas aos trabalhos da escravidão.

Proporcionalmente, as mulheres negras sempre trabalham mais fora de casa do que suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupa hoje na vida das mulheres negras reproduz um padrão estabelecido durante os primeiros anos da escravidão. Como escravas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de suas existências ofuscadas pelo trabalho compulsório. Aparentemente, portanto o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação de seu papel como trabalhadoras (Davis, 2016, p.17).

As feministas negras viam as formas de relações sociais comprometidas com estereótipos das imagens de controles. Assim, são ocultadas para continuarem a existir de modo que se faça a manutenção do sistema de exploração modernizado como a outra forma de escravidão. Uma das maneiras da sua ocultação, por exemplo, com base na autora ativista e brasileira Léila Gonzales (1984), é o mito da democracia racial no Brasil, dita para negar a existência do racismo, tal qual naturalizam as políticas de miscigenação como base nesse mito na sociedade brasileira. Da mesma forma, ressalta a filósofa ativista Sueli Carneiro (2020) no seu pequeno artigo intitulado “Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero”:

No Brasil e na América Latina, a violação colonial perpetrada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional, estruturando o decantado mito da democracia racial latino-americana, que no Brasil chegou até as últimas consequências. Essa violência sexual colonial é, também, o “cimento” de todas as hierarquias de gênero e raça presentes em nossas sociedades (Carneiro, 2020, p.1).

O feminismo negro nos Estados Unidos, assim como no Brasil, projetou politicamente como parte essencial na formação da consciência crítica no pensamento feminista e em relação a questão racial. Carneiro e, muitas outras mulheres negras brasileiras, questionam sobre os desafios das mulheres negras na sociedade brasileira, sendo resultado das questões históricas, sobretudo para sustentar e legitimar a dominação por meio do imaginário social, adquirindo novos contornos em função da ordem social supostamente democrática (Carneiro, 2020).

Quando se colocaram as imagens de controle, de maneira incansável, as intelectuais negras produziram trabalhos sobre a representação do sujeito que desempenha as funções nos espaços domésticos. Esse trabalho, cuja relação veio da época da escravidão (Davis, 2016), instala-se com maior representação das mulheres negras pobres, tanto que estimulou a criação dessas apresentações negativamente em imagens estereotipadas, figurando as mulheres negras como as empregadas domésticas, as *mammies*, as mulheres beneficiadas das políticas públicas, as matriarcas e das nomeações em termos de objetificação de corpo destas para com os termos gostosas e entre outras (Collins, 2019).

Para Patricia Hill Collins (2019), quem determinou esse termo imagens de controle ou imagens de estereótipos dadas às mulheres negras, o termo enraíza,

como parte de uma ideologia generalizada de dominação, as imagens estereotipadas da condição de mulher negra assumem um significado especial. Dado que a autoridade para definir valores sociais é um importante instrumento de poder, grupos de elite no exercício do poder manipulam ideias sobre a condição de mulher negra (Collins, 2019, p. 132).

Determinam-se suas representações de modo que justificam as opressões para elas, ao ponto de serem compreendidas naturalmente. Isto é, vejamos as relações das empregadas domésticas com as suas patroas, na base do racismo, aquelas são vistas como nada e infantilizadas (Gonzales, 1984), são serviçais e obedientes. Segundo Collins (2019, p.142),

as concepções a respeito da mammy reforçam as hierarquias raciais de outras maneiras. Empregar mulheres negras em trabalhos mamificados corrobora a superioridade racial dos empregadores brancos, estimulando as mulheres brancas de classe média, em particular, a se identificarem com o privilégio racial e de classe.

Situar o feminismo negro é identificar o poder de autodefinição (Collins, 2019), e politicamente denunciar aquilo que tem sido desde a história com as ideologias dadas para a dominação e a constituição social das pessoas negras. Essa forma de autodefinição afirma para os afrodescendentes uma relação cultural presente como forma de resistência tida com os conhecimentos africanos, entretanto, “muito do que há de melhor no pensamento feminista negro reflete essa busca de uma voz coletiva e autodefinida, e também expressa um ponto de vista mulherista plenamente articulado” (Collins, 2019, p. 185).

Diante desse entendimento, isso vem se fortificando, pois assim também o feminismo negro busca priorizar as relações entre as mulheres, com produções acadêmicas e nos movimentos sociais, levantando problemáticas que caracterizam as necessidades de políticas públicas para resposta a população negra, que são majoritárias nas situações carenciadas e que

o Estado negligencia questões sobre saúde, educação, portanto, assim, por meio do feminismo negro, é exigido atentar para as demandas das quais faz-se,

[...] introduzir a discussão sobre as doenças étnicas/raciais ou as doenças com maior incidência sobre a população negra como questões fundamentais na formulação de políticas públicas na área de saúde; instituir a crítica aos mecanismos de seleção no mercado de trabalho como a “boa aparência”, que mantém as desigualdades e os privilégios entre as mulheres brancas e negras (Carneiro, 2020, p. 3).

Por meio destas relações de compartilhamento das experiências, o feminismo negro sustentou nas ciências sociais uma teoria que visionou novas formas de interpretação da sociedade, além de muito “beneficiaram de todas as intervenções críticas na questão de raça” (Hooks, 2019, p. 72). Permitiu-se para mulheres negras as mudanças de concepção sobre a beleza, da qual começaram a usar seus cabelos crespos e natural e a desconstruir o conceito da beleza utilizada para subordinar e controlar autoestimas delas (Collins, 2019). Por outro lado, também, podemos observar as influências a partir das produções no meio acadêmico, como espaço de busca de voz para com as formas de fazer ciências, isto é, diferentemente das defendidas por muitos homens brancos tradicionais e conservadores que controlam a ciência e formas de produzi-las.

Assim sendo, o feminismo negro tem impactado em todas as esferas sociais problematizando questões semelhantes para todas as realidades de luta das mulheres simpatizando e reconhecendo as produções das diferentes irmãs, tal qual, como expõe Ribeiro (2018), para ela foi através do feminismo negro que compreende com as diferentes intelectuais negras o lugar da mulher negra, com os impactos em,

Pensar a prática de mulheres negras me fez perceber o quanto isso era importante para restituir humanidades negadas. Tudo o que aprendi na luta política do dia a dia e nas organizações em que atuei foi essencial para meu crescimento e minha visão de mundo. Dar aulas em cursinho comunitária e trabalhar como voluntária em ações sociais me ensinou tanto quanto os textos que li na universidade (Ribeiro, 2018, p. 19).

Portanto, do mesmo modo que [...] “o feminismo negro que ensinou a reconhecer diferentes saberes, a refutar uma epistemologia mestre, que pretende dar conta de todas as outras” (Ribeiro, 2018, p. 21). Assim também propôs nos ensinar a saber reagir com raiva à prática do racismo, de acordo com Andre Lorde (2019), pois antes de tudo, como forma de expressar nossa liberdade enquanto mulheres negras, sem medo, e ficar em silêncio na situação de racismo, é que depois nos atormenta e incomoda.

Lorde (2019) indicou que a melhor forma lidar com isso e fazer uma mudança, é responder a ignorância de quem foi racista em consequência do seu ato é de se reagir com raiva

contra ela, pois para tudo, o ato deste enfrentamento nos desprende daquele medo constituída sobre pessoas pretas que justificava desde muito tempo a pratica racista e que nos priva da liberdade de confrontar e naturaliza o fenômeno, portanto, como recomenda autora “quando damos as costas à raiva, damos costas também ao aprendizado, declarando que vamos aceitar apenas os modelos já conhecidos, fatal e seguramente familiar” (Lorde, 2019, p.164).

Enfim “espera-se que as mulheres negras usem sua raiva unicamente a serviço da salvação e do aprendizado alheios (Lorde, 2019, p.165), assim legitima essa autodefinição com rigor cobrando sempre a inconformidade sociais, este é feminismo negro, se alguém tiver medo dela como expuseste Ribeiro (2018), que uso a mudar pois o feminismo negro é uma potência, reforço de luta as mulheres e resistência para quaisquer formas de opressões instaladas nos fatores de intersecções da realidade social e das mulheres negras em todo canto do mundo.

Feminismo Indígena: o que se expressa na significação do feminismo indígena ou comunitário tem a base semelhante ao feminismo negro, diante do que refere as novas perspectivas sociais de formação política no âmbito global, assim como discutimos anteriormente, a base disto situe, o debate da desigualdade social da diferença e de como foi constituída um discurso homogeneizada e universalizada subalternizando outras sociedade das quais foram submetidas aos acontecimentos históricos de escravização, colonização e etc.

Entretanto, neste efeito, o feminismo indígena ou comunitária que localiza povos originários de America do Sul, apresenta as especificidades de experiências de mulheres indígenas em cada realidade destes países. Sendo assim, a organização social feminista das mulheres indígenas procura responder de maneira emancipatória suas realidades sociais questionando a universalização do feminismo hegemônico que chegou aos seus países interpretando os fatos como se as condições de todas as mulheres fossem semelhantes, tal qual expõem Priscila da Silva Nascimento e Adan Richard Moreira Martins (2015, p. 65),

[...]o pensamento feminista amparou-se em um conjunto de referenciais culturais eminentemente ocidentais, cujo mais significativo é a elevação da categoria indivíduo como paradigma epistemológico, para pensar a questão das mulheres ignorando, com isso, contextos e experiências onde a luta das mulheres se apresenta sob outros referenciais epistemológicos, como é o caso da luta empreendida pelo movimento de mulheres indígenas zapatistas no México.

Posto isto, o debate a respeito das mulheres indígena coloca assim em consideração as suas cosmogonias e de frente a uma questão, como situar lutas feministas nas comunidades indígenas? Da mesma forma que deixa em questão chocante a possibilidade de uma mulher indígena ser feminista? Essas reflexões que aprimore se tem sobre o feminismo nas comunidades indígenas é o mesmo que para Lorena Cabnal (2018) coloca como uma

provocação, pois para ela “Ser mulher, indígena e feminista comunitária é uma provocação. Tudo que vou dizer é uma provocação. Para falar de pensamentos críticos e emancipatórios, vou me auxiliar com alguns elementos e falar sobre cosmogonia, e isso é outra provocação” (Cabnal, 2018, p.23).

Tornar-se provocação, para autora intui uma chamada para debate sobre feminismo em relação ao povo indígena em si, com uma atenção de que só ao feminismo, existe uma aparecer distante das mulheres indígenas que ao longo das formações de lutas feministas a maioria das demandas nem se quer aproximava da situação da mulher de comunidade. Da mesma forma que para indígena na comunidade não se via na discussão do feminismo hegemônico da qual era urbana, e é uma indagação que coloca em questão a dicotomia do moderno e tradicional, e de quanto as sociedades indígenas estão deparadas com efeitos das transformações sociais, em que concomitantemente posiciona crise trazendo assim com eles debates para temáticas da identidade, cultura, cidadania, Estado-nação e entre outros. Todavia, a este debate segundo Alejandra Aguilar Pinto (2010, p.6),

as pesquisas antropológicas marcaram em geral aos povos indígenas como entidades que se debatiam entre a tradição e a modernidade, mas as mulheres indígenas são as que mais têm posto em tela de juízo essa dicotomia, questionando ademais os diversos indigenismos oficiais e os setores conservadores de suas próprias comunidades, que também têm uma visão dicotômica, isto é, permanecerem dentro da tradição ou mudar com a modernidade. O conceito de tradição como algo estanque que não flui nem muda, tem sido reavaliado, pois este constitui um processo em constante mudança histórica, desta forma demandam mudanças de tradições que as oprimem ou excluem.

No entanto, a formação da consciência crítica em destaque que se faz de referência as lutas das mulheres indígenas e feministas comunitária na América do Sul ter-se a visibilidade e aderir se ao feminismo politicamente, foi-se conjugada graças ao movimento revolucionário o Exército Zapatista de Libertação Nacional de 1994 em México (Nascimento, Martins, 2015). Para tal, colocarem ao pensamento feminista contemporâneo,

[...]uma variedade de documentos nos quais expressam suas opiniões e pautas reivindicativas, a importância de se atentar para as especificidades culturais, o que abre espaço para se pensar outras possibilidades e formas de se construir e compreender o feminismo. Entendendo que não há apenas uma forma de ser feminista[...] (Nascimento, Martins, 2015, p.65).

A discussão central a fazer as EZLN (exército zapatista de libertação nacional), configura em propor numa luta diferente das feministas das cidades urbanas, isto é, do movimento sufragista mexicana que tinha como objetivo a luta para direito ao voto das mulheres na qual, os interesses principais das suas execuções era participação das mulheres na esfera pública inicialmente com direito a voto, assim seja, a,

[...]luta pelo voto nunca mobilizou as mulheres indígenas, não só pelo distanciamento cultural entre a realidade das sufragistas e das etnias indígenas, que iam muito além da escolaridade ou da oposição cidade/ campo, mas por seu próprio caráter, ao reconhecer no Estado o representante de seus interesses através de uma democracia indireta deslegitimada enquanto forma de organização política pelos povos indígenas (Nascimento, Martins, 2015, p. 67).

Nesse sentido, tendo em consideração a formação social e o próprio processo colonial no que se refere ao seu papel em desconfiguração social no que tange às formas e práticas culturais desse povo, destacamos para reflexão a cosmogonia dos povos indígenas, em situar a necessidade dessa especificidade. Segundo Cabnal (2018), para o povo maia (povos indígenas) a cor verde neles representa o tempo em relação com a natureza, neste caso território- terra, a partir desta interpretação do território ou terra ser verde, da qual posiciona o todo América do Sul que segundo autora, significa para povo maia em seu nome verdadeiro a *Abya Yala*, essas interpretações e demais outras interpretação pós-colonização deixou outras interpelações não o mesmo dada significativamente aos indígenas, nestas dimensões, nos convida a conhecer a então perspectiva e o lugar do feminismo neste contexto.

O fato básico do feminismo que é luta contra a desigualdade de gênero, dispõe enquanto necessidade das mulheres indígenas, sendo uma ideologia cujo pensamento é desnaturalizar as formas de opressão sobre as mulheres com respostas às questões culturais sustentadas e justificadas sobre estas opressões, tendo em vista, que “os marcadores de gênero são ditados pelo costume; o mito justifica e sustenta a ordem social, inclusive a exclusão da mulher da esfera política” de acordo com Fabiane Vinente dos Santos (2012, p. 97). Diante disso, demonstra que “o antagonismo sexual é comum em praticamente todas as sociedades humanas, bem como o caráter misógino das restrições que tem como objeto o comportamento feminino, seu acesso aos espaços, ao conhecimento dos rituais sagrados[...] (Santos, 2012).

Para isso salienta Cabnal (2018) nesta linha do pensamento que,

[...]entre os povos indígenas também há uma forma patriarcal ancestral originária que nasce antes mesmo da colonização espanhola. Esse machismo indígena se expressa de diferentes maneiras e existe até os dias de hoje. As disputas territoriais são um grande exemplo dessa opressão ancestral e originária. O papel das mulheres indígenas na disputa territorial é também uma forma do patriarcado indígena (Cabnal, 2018, p.24).

De tal forma que foram trazidos os patriarcados ocidental e africana, para autora há um patriarcado aqui que determina culturalmente as condições sociais das mulheres indígenas e que isso está comprovada com a disputa territorial da qual sempre os proprietários da terra são homens, estas reflexões justificam assim de início uma inclusão de luta feminista, por si só, aponta Cabnal (2018, p.25) que é difícil ser mulher aqui na América Latina, para ela.

Quando se juntam essas diferentes formas patriarcais nesta terra, com essas histórias, se forma uma convergência patriarcal: o encontro dos patriarcados indígena, ocidental e africano. E, por isso, é bem difícil ser mulher deste lado do mundo, em Abya Yala. O machismo do homem indígena não é o mesmo machismo do homem branco urbano. O machismo indígena tem fundamentalismo e costumes. E esses também são diferentes do machismo do homem negro. As mulheres que nasceram e vivem nesta parte do mundo sofrem a convergência dessas diferentes formas de opressões.

Neste sentido, compreender que,

a natureza das reivindicações das mulheres indígenas está relacionada principalmente à necessidade de reflexão a respeito do caráter desigual que permeia a distribuição de benefícios individuais e coletivos entre homens e mulheres nas comunidades e demais coletivos indígenas (Santos, 2012, p. 95).

Contudo, no entanto, é importante ressaltar que o pensamento feminista indígena, constitui uma luta de liberdade e reconhecimento a sua identidade, colocando em questionamento dos papéis sociais atribuídos às mulheres no seio de sua cultura, tal como “combinam antigas demandas de terra, créditos agrários com demandas “novas” de autonomia e reconhecimento dos direitos coletivos de seus povos ou seus direitos específicos” (Pinto, 2010, p.5). Por outro lado, colocando em reflexão a aproximação do feminismo ou em determinação o feminismo indígena, as autoras Santos (2012) e Cabnal (2018) chamaram atenção muito no que toca ao cuidado de considerar feminismo com cuidado referindo as culturas indígenas.

O movimento indígena a muito tempo vem travando luta pela preservação e cuidados da natureza, bem, sabe o quanto isto significa na interpretação da natureza, que assim ter significado de mãe, sendo feminino comparação dessa significação reflete para as mulheres a mesma concepção, todas as mulheres são mãe por gerarem a vida, assim como a natureza é mãe, aquela que gera a vida (Cabnal, 2018). A base desse pensamento coloca em atenção a importância de contextualização de quando se trata de um debate específico cujos aspectos diferenciais são necessários aqui.

O corpo feminino nas sociedades indígenas tem um papel diferenciado dentro da lógica que permeia as relações no coletivo. Estas questões nos obrigam a repensar nossas próprias representações sobre as expressões políticas das mulheres em contextos culturalmente diferenciados (Santos, 2012, p.96).

Porém, além de organizarem lutas para defender o território esse em que habita o povo indígena, e salvaguardar as culturas que protegem as memórias e práticas sejam religiosas e relação com a natureza, as organizações das mulheres indígenas posicionam lutas para criar diálogos dentro das comunidade que chamam atenção aos seus homens dizendo, não vale a pena defender território e não defender corpos que nelas habitam, em formas denúncias elas

criam estratégias de sensibilizar a comunidade sobre os tipos de opressão ou violências destacadas na comunidade (Cabnal, 2018), mas é uma chamada também que direciona as feministas urbanas em uma reflexão lógica dada para Cabnal que questiona,

Se queremos feminismos que defendam os corpos emancipados, mas esses feminismos não falam de territórios emancipados, então a luta do feminismo não se sustenta. Eu não posso ser feminista se falo da defesa do meu corpo, da sexualidade, mas não defendo a terra. O feminismo precisa defender a terra. Afinal, onde vão viver os corpos emancipados? (Cabnal, 2018, p. 27).

Enfim, trazendo em recorte dois últimos características do feminismo indígena delineada pela Blanco (2010) citada por Nascimento e Martins (2015, p.71) destacam seguintes pontuações.

A segunda característica seria a convergência de duas formas diferentes de luta: a de gênero e a étnica. Quando as indígenas lutam por seus direitos como mulheres lutam ao mesmo tempo por sua identidade como povo, o que inclui os homens neste projeto, ainda que seja um trabalho lento cujos frutos possivelmente serão colhidos com mais propriedade pelas próximas gerações. A terceira e última característica do feminismo indígena radicaria no fato deste permitir uma crítica à própria cultura, propondo a revisão e a superação de relações de gênero baseadas na opressão e na exploração.

De fato, com essas estratégias tidas nas suas organizações, lutam politicamente e engajada com forte militância para assim terem atendidas suas demandas através das políticas públicas de inclusão social, e reconhecimentos de formações culturais no seio social de todo o país, defendendo valorização das suas línguas e seus modos cosmogônicos de ver o mundo centrando a base do respeito na diversidade e diferença, na formação da identidade nacional (Santos, 2012).

Portanto, levando essas considerações, assim como afirma potentemente num discurso forte em esta frase Cabnal exorta, que as comunidades precisam evitar posicionamentos controversas daquilo que constitui o princípio dos movimentos indígenas e levar em consideração que,

Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política. Se você se indigna contra agrotóxicos, contra os transgênicos, contra a mineração etc. e não se indigna quando uma mulher é violentada, rompe-se a rede de construção de um novo mundo, rompe-se a rede da vida (Cabnal, 2018, p. 27).

Esta é um dos fortes pontos de atenção que coloca feminismo indígena enquanto necessário na construção de uma epistemologia única, carregada de sentidos a lutas interseccionais das mulheres indígenas tendo propósito para (des) colonização, em protesto às uniformizações sociais das mulheres. Portanto, para Cabnal (2018, p. 28), “o feminismo

comunitário é também muito espiritual porque interpela todo esse processo de mercantilização da vida sobre a terra e sobre os corpos”.

Feminismo do Sul: a perspectiva política formada para referenciar as tendências epistemológicas do Sul global, tem a base na construção internacional de situar a diferenciação econômica e de desenvolvimento cuja origem foi “cunhada no final da Guerra Fria para fazer referência aos países e às sociedades em desenvolvimento do hemisfério Sul, bem como a outros localizados no hemisfério Norte, que possuem indicadores de desenvolvimento médios e baixos” de acordo com Bruno Ayllón Pino (2014, p. 57).

Neste âmbito, as formações políticas de respaldo nas políticas internacionais com execução nas relações internacionais, compreendem-se assim essa denominação com recorte político proveniente daquilo que já é sabido da tendência eurocêntrica do Norte global, colocar em julgamento aquilo que constitui enquanto certo das suas semelhanças, por isso.

O termo “Sul global” é designação simbólica para denominar uma ampla gama de nações em desenvolvimento, diversificadas em suas histórias, origens e tradições, com múltiplos enfoques no que se refere ao poder, à cultura ou à identidade. O rótulo tem substituído e atualizado progressivamente a qualificação de “terceiro mundo”, na qual foram catalogados muitos países em desenvolvimento ao conquistar sua independência e inaugurar uma ordem internacional pós-colônia (Pino, 2014, p.57).

Diante deste entendimento, são observados através das relações políticas uma tendência social de busca a uma autodefinição do Sul global, em posicionar ao contrário daquilo constituído e discutido para determinar as formas organizacionais de referir ao certo a seguir destes países. Seguida disto, compreendem a essa tendência meramente designada para afirmar uma dominação que sempre posiciona os países de Norte a materialização dos seus interesses práticos com determinação que podemos encontrar nas suas relações em muitos destes países tratadas nesta denominação como “terceiro mundo”.

As noções cunhadas nesta dominação esses instalados nas políticas sociais, não são encontradas só nos olhares políticos de relações geopolíticas que de alguma maneira pontua ações em trocas das cooperações efetuadas como resposta do interesse objetivado, também são verificadas tendência da dominação nos interesses das organizações sociocultural, referentes às problemáticas cujas temáticas vinculam para as questões de saúde, educação, desenvolvimento, gênero, maternidade, taxa de natalidade, taxa de mortalidade, e entre outras.

Postos essas considerações, observa-se questionamento para os debates de muitos dessas políticas sociais realizadas por meio dos organismos internacionais, muitas vindas do Norte com projetos para as demandas referentes às questões mencionadas acima, contudo aqui

pegamos para nossa discussão em específica a questão de gênero como base dos discursos destacados no feminismo.

Desde o momento em que o feminismo efetivou como uma ideologia na Europa ou Norte global, aparece uma tendência política necessária a chegar as outras realidades, constituindo-se como uma religião por exemplo, de modo prático comparamos em referência ao que foi o processo do cristianismo, com sua famosa missão “levar o anúncio do evangelho, e por seguinte a possibilidade da salvação”, da mesma forma identificamos este viés segundo Martins (2016) como um olhar de cariz colonial, também vista como “missão civilizacional”.

Na busca do então missão de propagar e elevar a ideologia feminista, as mulheres do Norte criam-se formas de intervenções das quais constituem a base compreensiva nas realidades socioculturais das suas localizações, com fundamentos que desconhecem as sociedades em que os seguintes projetos serão executados, através dos ONGs e agencias de fomentos são materializados estes projetos em muitos dos países considerados de “terceiro mundo”, projetos esses que via e interpretava modos de relações de gênero diferentemente das formas como nestas sociedades eram vistas.

No entanto, vale ressaltar que, as razões deste acontecimento se dão por fator da globalização, seguidas de muitas transformações e de uma reforma mundial com engajamento no que diz respeito às questões de políticas sobre os direitos humanos, civis, das mulheres e mais, isto é, promoções projetadas pelas Nações Unidas da qual segundo Luciana Ballestrin (2020, p. 2) muitas das,

[...]construção discursiva do direito das mulheres como direitos humanos, a adoção da perspectiva de gênero em vários órgãos e programas do sistema ONU, sua articulação com a agenda do desenvolvimento através da noção de *empowerment*, o tratamento da questão da violência contra a mulher e o incentivo à representação política feminina nos contextos nacionais foram resultados de um longo percurso interativo entre essa organização intergovernamental e centenas de organizações não governamentais.

Os programas de intervenções apoiadas aos organismos internacionais principalmente a ONU⁸ para com as situações das mulheres de recorte as das regiões do Sul global, para muitos/muitas dos/das intelectuais desse hemisfério são interpretados numa visão de colonização, que estimula a globalização e neoliberalismo (Ballestrin, 2020), do mesmo modo

⁸ A criação de um departamento específico para os assuntos das mulheres referente a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, denominada ONU Mulheres, é o resultado de anos de negociações entre Estados-membros da ONU e pelo movimento de defesa das mulheres no mundo, de 1970 só se concretizou em 2010 sua fundação com instalações em todos os países membros da ONU encontra-se depart. ONU Mulher, na qual vem tendo muitas iniciativas tais quais, trazem em debate o protagonismo de um feminismo diferencial com novas abordagens abrangendo discussões dantes menosprezadas ou tratadas em cariz colonial no caso dos feminismos hoje contextualizadas (Ballestrin, 2020).

salienta Martins (2016), a construção social das imagens das mulheres do Sul são provenientes das imagens dadas no processo colonial, tanto que para efetivar esses projetos segue-se numa elaboração de questões que vão contra as culturas e religiões destas, a base destas imagens encontraram-se nelas as suas interpretações culturais de olhares preconceituosas e estereotipadas, portanto, nestas circunstância,

o olhar do Norte não incide sobre mulheres com as suas experiências diversificadas em contextos muito heterogêneos e singulares, mas constitui-se primordialmente como uma visão das «Mulheres dos Outros», ou seja, mulheres aprisionadas pela cultura a que pertencem e que se impõe sobre elas de um modo invariavelmente mais determinante e coercivo do que acontece no Norte, através da opressão masculina entendida como marca própria dessa cultura (Martins, 2016, p.253).

O feminismo do Sul no seu prisma, acentua num lugar de questionamento dos modos interpretativos que são dadas às mulheres desta localização, as leituras feitas que legitimam os discursos políticos vistas assim mulheres do Sul como “MULHERES DOS OUTROS” destacada pela Martins (2016), colocam em invisibilidade a experiência e a significação destas, tanto que as abstêm no papel social delas com argumentos fundamentadas nas culturas que elas mesmas interpretam, do modo pelo qual, constituem esses discursos e representam com ela uma dimensão paradoxal pelo que se dá enquanto perspectiva do feminismo, levando ao que muitas/os autoras/es colocam como feminismo imperialista (Moanty, 2020), tal como argumenta Oyewèmi (2021, p. 130).

A exportação mundial da teoria feminista, por exemplo faz parte do processo de promoção de normas e valores ocidentais. Acatada por seu valor aparente, a incumbência feminista de tornar as mulheres visíveis é levada a cabo submergindo muitas categorias locais e regionais, o que de fato impõe valores culturais ocidentais. A formação global de gênero é então um processo imperialista possibilitado pelo domínio material e intelectual ocidental.

O aparecer destes discursos torna mulheres do Sul, como incapazes em se defender ou de serem conscientes em que possam falar por si, como depositam sobre elas uma representação.

Estas não são reconhecidas como sujeito num quadro de representações que preserva características de discursos coloniais. Pelo contrário, as “mulheres dos Outros” são necessariamente apresentadas como vítimas – dos respetivos homens –, o que torna a ação redentora do Ocidente num imperativo ético. A invisibilização de que as “mulheres dos Outros” são vítimas, mesmo no olhar bem-intencionado e solidário de muitas mulheres do Norte, resulta de, no seu lugar, estar uma representação profundamente sumária: ficções como a “Mulher Asiática”, a “Mulher Latino- -Americana”, a “Mulher Muçulmana”, a “Mulher Africana”, sobrepõem-se e amputam as mulheres reais pela redução a uma espécie de máximo denominador comum metonímico que facilita a sua identificação no Ocidente (Martins, 2016, p. 253).

Quando se observa nesta discussão, os fundamentos são superficial com um pano de fundo dentro dos discursos, são encontrados uma amputação simbólico-metonímica das burka ou o véu islâmico para as mulheres muçulmanas, bem como a mutilação genital feminina e a poligamia para as mulheres africanas, e assim são descrevidas em muitas das suas obras segundo Moanty (2020), refeciam mulheres do Sul como vítimas de violências domésticas, dependentes universais, vítimas de código islâmico, vítimas de sistema familiar, vítimas de processo colonial e vítimas do processo de desenvolvimento.

Posto isto, compreende-se muitas das análises feitas para estudos sobre as situações das mulheres desta localização situe num estudo meramente consubstanciais, no que refere ao próprio entendimento do modo dados aqueles fenômenos ou situação daquele contexto, que por exemplo constitui questão a partir de uma parcela interpretada, estes estudos a muito tempo foi sustentada por conjuntos de etnografias coloniais que ainda dão jus aos estudos culturais, deturpam verdadeiras interpretações sobre conjuntos de valores que fazem e representam as cosmovisão social dos modos de relacionar ou estrutura social permeada nestas sociedade (Sul).

Ora, compreender questões de gênero numa visão binário como anteriormente coloca Oyewùmí (2021), estaremos no mesmo equívoco de o foco propagar a ideologia incontextual do feminismo universalizado, a base disto precisamos observar necessariamente a “quem” se determina a então análise do gênero e não iniciando com os “porquês”, pois quando não partimos desta maneira (quem) não estaremos a localizar e identificar este “quem” na sua construção. Levando em exemplo a sociedade iorubá estudada pela autora, em que encontramos uma interpretação do gênero diferentemente das discursadas universalmente, de modo que ao investigar estas problemáticas e ver as outras relacionadas a ela, teremos sempre os resultados distorcidas, portanto, partir deste olhar universal, dos “porquês” estaremos em interpretar com visão eurocêntrica, nisto lembra autora que “gênero é tanto uma construção social quanto histórico” (Oyewùmí, 2021, p.131).

O feminismo de Sul ainda que contextualiza num processo des-colonial, seus defensores ou intelectuais esbarra com muitos desafios no âmbito acadêmico para afirmar uma epistemologia concernente às políticas representativas, diante daquilo que se constitui a legitimação em realce da diferença e construções das identidades, com isso, se sustenta num modelo epistêmico referenciada pelo Santos (2019) como epistemologia do Sul, cujo conhecimentos provenientes de lutas sociais e políticas das pessoas oprimidas, seu objetivo é permitir que esses grupos representam o mundo como seu e nos seus próprios termos, pois apenas desse modo são capazes de transformar de acordo com suas próprias aspirações.

Sendo assim, o feminismo do Sul também busca dimensionar num posicionamento contra subalternização, as mulheres do Sul tomam por frente construir produções a distorcer tais discursos, com a ideia de interpretar e nomear a elas mesmas, caminhar com seus próprios pés trazendo em outra denominação como os feminismos subalternos, ou assim de (s) colonial para pluralizar a luta (Ballestrin, 2020).

Os feminismos subalternos possuem algumas representações, estereótipos e construções mencionadas pela literatura feminista pós-colonial, latino-americana e decolonial, em antagonismo ao feminismo hegemônico. O marcador geopolítico dos feminismos subalternos em geral diz respeito às regiões da América Latina, Caribe, Ásia, Oceania e África, as quais projetam noções dos mundos “não ocidental”, “Terceiro Mundo” e do “Sul Global”. Em contraposição, o feminismo hegemônico está associado ao “Ocidente”, ao “Primeiro Mundo” e ao “Norte Global”, espelhando as reivindicações dos movimentos feminista e de mulheres dos países europeus, Estados Unidos e Canadá (Ballestrin, 2020, p.5).

Diante disto, com foco numa perspectiva de controvérsia política em oposto ao feminismo hegemônica euroamericana, também se contextualiza numa dimensão transnacional e *transfronteira*, abarcando assim todo o Sul global referentemente às diversidades culturais, costumes, línguas, conhecimentos, religiões e de mulheres em suas experiências e subjetividade, esta gama de mulheres entrecruzam numa aproximação do passado histórico, que definem em sua representação pontuando a identidade carregadas diversas, rica e cheias de noção e valores a oferecer, seu entendimento se configura em dois aspectos de acordo com Ballestrin (2020, p.9) a,

primeira, porque ele é um movimento que produz suas próprias reflexões e teorias, defendendo abertamente a congruência entre prática e teoria; segundo, porque suas militantes, mulheres produtoras de ação e conhecimento, possuem um perfil social bem diferente do acima destacado.

Mediante a isto, este feminismo em comparação aos dois outros acima apresentada, situem na mesma perspectiva debatendo numa direção, se configuram enquanto estratégias semelhantes em especificar as realidades das mulheres a partir da experiência respondendo a redefinição das formas de relações sociais, contra hegemonização do conhecimento, contra sistemas de dominação tipo capitalismo, neoliberalismo, colonialismo etc. São nestas linhas do pensamento situe o feminismo de Sul, além de denunciar a tendência hegemônica, lança mão para olharmos as estruturações concentrando no fator o “poder” segundo Moanty (2020) os sujeitos de poder posicionadas no Primeiro Mundo, legitima suas funções nas produções acadêmicas, de modo que, nos tais textos suas menções cunham pretensões generalizantes, seguidas de metodologias com a inconformidade da realidade a ser estudada. E que ainda se tem a priori os informes preconceituosos que situem “O “status” ou a “posição” de mulheres é

assumido como autoevidente, porque as mulheres como um grupo já constituído são posicionadas em estruturas religiosas, econômicas, familiares e legais” (Moanty, 2020, p.51).

Portanto, neste olhar a posição social que é o mundo hoje, merece observar a essas perspectivas e considerar necessário a diferença, identidades e muito mais, como parte útil em todos os sentidos da humanidade, tanto que se precisa, de acordo com Teresa Cunha (2006, p.3),

neste período pós-independência importa, pois, considerar o pronunciamento do Outro, ou seja, destas mulheres que olham e têm outra história de África para contar e através dela uma outra maneira de pensar, outra maneira de produzir e comunicar o conhecimento no e com o Sul.

Importa o “outro” falar e ter-se engajamento no que diz respeito a eles mesmo falar por si em Sul global, para o desconstruir de uma imagem colonial e preconceituosa das mulheres, constituindo novas abordagens elaboradas por elas, projetos de intervenção protagonizadas por elas mesma, um novo conhecimento que possa conduzir a uma perspectiva descolonizadora do mundo (Cunha, 2006). Buscando esta descolonização, coloca um desafio a sua complexidade, pois tratar das realidades do Sul, exige responsabilidade político seja para produções científicas assim para realizações de intervenções, com cautelas sobre formas de tratar as demandas configuradas de formas distorcidas no âmbito global, sendo assim, constituída “como alternativa epistemológica, na medida em que oportuniza uma transposição cognitiva endógena, isto é, produzida do Sul-Global para o Sul-Global” para Paula Camila Veiga Ferreira e Roberto Henrique Pôrto Nogueira (2017, p. 24).

Nestas considerações, exige-se cuidados metodológicos para modos com quais vão ser realizadas tais investigações ou execução de projetos, recomendações de intelectuais em especial dos estudos africanos que vem se discutindo construindo conhecimentos num viés epistemológico transversal, naquilo que foi passada historicamente do continente africano e todo o Sul global.

4.1 MULHERISMO COMO PERSPECTIVA AFROCÊNTRICA DO ESTUDO: COSMOLOGIA AFRICANA E RELAÇÃO DE GÊNERO

Na presente seção, objetivamos abordar uma perspectiva da qual enquadra uma epistemologia de respaldo a reconhecimento e valorização as culturas e saberes críticos africanas, vai ao encontro de contextualizar cosmologia africana para além do recorte geográfico, mas também da sua diáspora, através dos conceitos Mulherismo e Afrocentrismo.

As seguintes conceituações constituem um teor interligada com a percepção de relação de gênero dentro da cosmopercepção africana representada de forma horizontal como valores que centra estudos afrosdiaspóricos e africanos.

As perspectivas dos estudos carregam intenções que são explicadas por conceitos e teorias, das quais apresentam uma epistemologia significativa para compreensão do tal. Sendo assim, a reflexão do conceito Mulherismo na perspectiva Afrocêntrica do estudo, parte de um prisma político da conscientização dos/as africanos/as e suas diásporas objetivando a emancipação social referente aos estudos africanos, desta forma, a discussão centra a reflexão não só a partir dos modos conceituais, mas também a maneira como são definidos os procedimentos metodológicos agregando diferentes tipos de conhecimentos em destaque a filosofia africana.

Mulherismo e afrocentrismo, como conceito apresentam características conceituais referente ao seu objeto de estudo pois como define José D' Assunção Barros (2011, p. 31) “os conceitos correspondem às categorias gerais que definem classes de objetos e de fenômenos dados ou construídos, e o seu objetivo é sintetizar o aspecto essencial ou as características existentes em comum entre estes objetos ou fenômenos”.

O mulherismo como conceito surge na abordagem da autora afro-americana Alice Walker em 1944 na então obra intitulado, “*Em busca dos Jardins de nossas mães, prosa mulherista*”. Segundo autora o mulherista como a nomeava, era uma expressão popular que as mães afro-americanas atribuíam as filhas corajosas que atrevia e ousavam a falar ou questionar, um tipo de comportamento audaciosa referente uma situação problemática, em que falavam assim para suas filhas, “você está agindo como mulherio”, ou “você é corajosa responsável, está tentando ser grande, determinada” (Walker, 1944).

Uma das características comportamentais que hoje podemos denominar para uma pessoa assim empoderada, logo pelo que esses adjetivos tencionam. Ainda definiu assim a mulherista como,

uma mulher que ama outras mulheres, sexualmente e/ou não sexualmente. Aprecia e prefere a cultura das mulheres, sua flexibilidade emocional) valoriza as lágrimas como contrapeso natural à risada) e sua força. Às vezes, ama indivíduos homens, sexualmente e/ou não sexualmente. É comprometida com a sobrevivência e a integridade de todas as pessoas, homens e mulheres (Walker, 1944, s/p).

Visto esta definição, em dado momento o que Alice apresenta liga com o que se entende, “*penso assim*” com o feminismo, tanto que ela as compara, isto é, para ela, “A mulherista está para a feminista como roxo está para lavando” (Walker, 1944, s/p). Quer dizer, como roxo é

cor de uma planta lavanda, assim o mulherismo é para o feminismo uma imagem de semelhança.

Contudo, posteriormente, este termo ganhou outro sentido, na abordagem da autora também afro-americana Clenora Hudson-Weems, no seu ensaio sob título “*Mulherismo Africana e a necessidade do pensamento pela teoria africana*” (1997). Uma discussão diferente e mais densa pelo que aparece, no qual trouxe como paradigma a centralidade africana, intencionando politicamente a necessidade social e histórica dos povos africanos a respeito da sua identidade, cultura e mais num pensar epistêmico.

A autora procurou conceituar este termo apresentando a realidade específica cuja problemática contextualizada na questão da centralidade africana. Como uma crítica necessária, Hudson convoca a necessidade de criar um paradigma e teoria crítica só africana, que torna possível a interpretação e monitoramento das obras e esforços dos autores/as africanos/as, a fim de manter o significado e o valor da epistemologia africana.

Para isto, o conceito Mulherismo se direciona a africanidade pois, o significado Mulherismo Africana segundo autora, insere na perspectiva de,

[...] uma ideologia criada e projetada para todas as mulheres de ascendência Africana. Ela se baseia na cultura Africana, e, portanto, necessariamente se concentra nas experiências únicas de lutas necessidades e desejos das mulheres africanas, tanto da diáspora como nativos do continente (Hudson, 1997, s/p).

Este conceito, segundo autora difere de quaisquer outros feminismos, até mesmo definida pela Walker, para ela, este mulherismo em si, tem um compromisso político que independentemente de procurar centrar África na sua luta, pontua a questão racial, porém, há quem dirá, mas não é isso que o feminismo negro coloca na sua abordagem teórica?

A Hudson vai dizer sim, mas não o suficiente porque o feminismo negro assim como a branca, contextualizam suas discussões na modernidade a busca da emancipação, uma das questões que dentro do mulherismo africana já é consciente em seu efeito, por isso que seu “objetivo principal, é criar seus próprios critérios para avaliar suas realidades, tanto no pensamento como na ação” (Hudson, 1997, s/p).

Além disso, mesmo que no feminismo negro situe suas bases fundamentais priorizando nelas o caso da opressão do gênero, questão de classe e raça, como foco de combate, por outra, elas centram a única prioridade a subjugação feminina, para autora, diante da realidade em questão desconsiderem a importância que delas podiam afirmar suas histórias cultural, pois para antes, a autoidentificação determina nosso pensar diferencial das outras realidades que é o caso de serem descendentes africanas e poderiam apropriar e centra-la como princípios fundamentais

da apresentação que as colocam enquanto diaspóricas, antes para depois articula-la com esses outros fatores.

A ideia é compreender gênero em outra ótica, por outro lado, conceito mulherismo foi formulada a partir de um prisma que questiona o feminismo, e a crítica por concentrar sua análise no feminino, sem considerar as outras situações que poderia colocar as categorias outras no caso das mulheres afros, africanas ou de mais das outras realidades, dentro de uma pontuação problemática, dicotômico e paradigmático, pois nem todas as sociedades são organizadas e diferenciadas a partir do que sexo representa.

Assim sendo, o uso do termo mulherismo africana acompanha a sua categorização de objeto. Sobre isso, Barros (2011) sinaliza uma corporificação do termo mulher-africana. Por outro lado, digamos que a autenticidade desse conceito, assim como foi definido pela Nah Dove (1998), concerne no olhar da teoria afrocêntrica, em que sua base se fundamenta no “papel das Mães Africanas como líderes na luta para recuperar, reconstruir e criar uma integridade cultural que defenda os antigos princípios Maáticos de reciprocidade, equilíbrio, harmonia, justiça, verdade, ordem e assim por diante” (1998, p. 21), tal como Hudson salientava.

Diante disto, entendemos que Mulherismo caracteriza fortemente um engajamento cultural, o maior diferencial que este conceito cria em contato é seu diálogo com afrocentrismo, sugere uma atenção da problemática geral cuja preocupação de todas/os suas/seus teóricas/os começa para um único fator que é a centralizar a africanidade. Da mesma forma que invocam, e fixam a preocupação com a responsabilidade de nos autodeterminar, mais que isso, apropriadamente se automeiam e autodefinem, já que é verdade que se você não nomear e definir a si mesmo alguém certamente o fará (Hudson, 1997).

Todavia, para não equivocar como em outros feminismos que foram generalizados termos e conceitos num paradigma totalizante, nesta ela debate a realidade das mulheres do continente africana e da sua diáspora, através das experiências e de lutas que, em seu lugar no Mulherismo, é fundamental para que não continuemos a perder-nos com os valores que nos acompanham.

Isto é, fisicamente assim como culturalmente, na realidade é um movimento com participação de todos, sejam homens, mulheres jovens e adultos, com foco na educação da cultura africana, e para sociedade africana o Mulherismo contextualiza de acordo com espaço e o tempo, ela coloca enquanto prioridade estes sujeitos sociais, ao seu efeito ela não é única em todas, pois a grande certeza que se possa ter é que tanto como o continente é imenso é constituída por diversos grupos étnicos várias línguas e práticas culturais, assim também se

instala as diferentes formas de constituição do sujeito tanto feminino quanto masculino (Dove, 1998).

Vindo de uma construção crítica ao feminismo, este conceito procurou destacar as imposições desenvolvidas sobre a categoria mulher no feminismo do Norte global, na qual para estas, as mulheres sofrem opressão e esta é a maior similaridade para sua mobilização de combate, generalizando uma visão externa das outras realidades sociais.

Os fatores fundamentais na construção da perspectiva Mulherista, são os mesmos a dialogar com a teoria do afrocentrismo, sendo uma perspectiva segundo o filósofo Molefi Kete Asante (2009) constitui numa ideia, a qual refere-se essencialmente a proposta de epistemologia do lugar, discute no seu grosso modo o conhecimento localizado na África e na sua diáspora, uma perspectiva com centralidade epistêmica no continente africana. Consciente de que, a razão da perspectiva conceitual está na base do que foi e perpassada como “definição do ocidente para o africano e a África, apontando para as falsidades e preconceitos que eles têm como pressupostos” (M’bembe, 2001, p.176).

Assim sendo, para Assante (2009), o Afrocentrismo “é o tipo de pensamento, prática e perspectiva que percebe os africanos como sujeitos e agentes de fenômenos atuando sobre sua imagem cultural e de acordo com seus próprios interesses humanos” (Asante, 2009, p.93).

Portanto, antes de mais nada o afrocentrismo de acordo com Asante (2009) é o processo da conscientização política, uma consciência sobre a necessidade de os africanos começara a falar sobre eles a partir das suas realidades, em termos teóricos é a colocação do povo africano no centro de qualquer análise dos fenômenos africanos (Asante, 2009). As abordagens dos intelectuais africanos na produção ou análise social. O mesmo que explicar os fenômenos sociais na base das suas epistemologias, afirmando pensamento africana diante das imposições colonialistas do imperialismo dada pela dominação global. Assim se sustenta concordando a Ama Mazama (2009, p.111) de que,

a cerne da ideia afrocêntrica está a afirmativa de que nós africanos devemos operar como agentes autoconscientes, não mais satisfeitos em ser definidos e manipulados de fora. Cada vez mais controlamos nosso destino por meio de uma autodefinição positiva e assertiva. Os critérios dessa autodefinição devem ser extraídos da cultura africana. Para melhor avaliar a importância da afrocentricidade, contudo é necessário examinar as circunstâncias responsáveis por sua emergência.

A muito tempo, foram prescrevidos com desprezo e subjugação para tudo em quaisquer questões proveniente do continente africano, ainda sustentadas por argumentos perversos justificando que são formações sem conhecimento ou filosofia, politicamente tencionando a

dominação no qual foi garantida e suportadas pelas academias e religião ocidentais, em respostas a estas questões.

A afrocentricidade surgiu em resposta à supremacia branca, a qual tem assumido diversas formas que certamente não são exclusivas entre si. Em sua forma mais óbvia, a supremacia branca se expresse como um processo físico de pura violência, muitas vezes extremamente brutal. A escravidão, pelos europeus, de milhões de africanos durante várias centenas de anos, o extermínio dos povos indígenas na América, assim como a matança e o aprisionamento de milhões de africanos durante o período de colonização, [...] a supremacia branca também pode ser um processo social e econômico pelo qual milhões perdem a soberania muitas vezes em sua própria terra [...] (Mazama, 2009, p.111-112)

São estas as reflexões que M'Bembe (2001) vai considerar motivos de procurar formas de auto inscrição dos africanos, o realce do fator histórico segundo autor aqui, consiste na autoconstrução do *self* do sujeito africano, para ele, compreender os fatores que condicionaram os africanos a adquirir um *self* integralmente distinto da sua real construção que elas desconhecem podem ser entendidas em cima de três eventos, destaques importantes que repousam na história do continente, estes, a escravidão, o colonialismo e o apartheid. Estando na ideia principal um conjunto de significados canônicos destes eventos para autor, foi atribuído.

A idéia de que, através dos processos de escravidão, colonização e apartheid, o eu africano se torna alienado de si mesmo (*divisão do self*). Supõe-se que esta separação resulta em uma perda de familiaridade consigo mesmo, a ponto de o sujeito, tendo se tornado um estranho para si mesmo, ser relegado a uma forma inanimada de identidade (*objetificação*). Não apenas o eu não é mais reconhecido pelo Outro, como também não mais se reconhece a si próprio (M'bembe, 2001, p.174).

A compreensão dos significados desses eventos mencionados por M'bembe como fator crucial na formação identitários dos sujeitos africanos, pontua uma reflexão de como o processo desta autoconstrução vai posicionar dentro destas identidades já constituídas, que fala sobre africano em seu nome, dimensionar os aspectos eurocêntricas dadas com *objetificação* dirigida com preconceitos, dando assim dificuldade a busca de autodeterminação na construção do próprio eu autônomo. Neste sentido que o autor salienta,

a escravidão, a colonização e o *apartheid* são considerados não só como tendo aprisionado o sujeito africano na humilhação, no desenraizamento e no sofrimento indizível, mas também em uma zona de não ser e de morte social caracterizada pela negação da dignidade, pelo profundo dano psíquico e pelos tormentos do exílio (M'bembe, 2001, p.174).

Na mesma perspectiva, observando o exame do Mudimbe (2019) a respeito destes eventos históricos veremos e compreenderemos estes processos naquilo que ele considera ser chaves principais na absorção da identidade construída por colono, a qual explica as

modulações e métodos representativos da organização colonial, sendo eles três chaves, “os procedimentos de aquisição, distribuição e exploração das terras nas colônias; as políticas de domesticação dos nativos; e o modo de administrar organização antigas e de implementar novos modos de produção” (Mudimbe, 2019, p. 18).

Esses fatores constituíram a experiência do colonizado na forma esperada do imperialismo, como consolidou sua base inicial da sua expansão o sistema capitalista, tudo que nele veio foi contraditório a qualquer discurso que a legitima ou que diferencia a ideologia capitalista do imperialismo colonial de acordo com autor. Portanto, para ele “o colonialismo foi uma espécie de acidente histórico[...] esse acidente de modo geral, não foi a pior coisa que poderia ter acontecido com o continente negro” (Mudimbe, 2019, p.19).

Diante destas considerações Max Assimeng (1997) vai observar estes como causas de menosprezo e de não reconhecimento do continente, os fatores históricos mencionados acima com duração a mais de 500 anos, lança a necessidade dos africanos se autodeterminar, tendo a “responsabilidade mais gratificante cabe a intelectuais africanos: codificar e de analisar o pensamento social e político na África como resposta às obrigações da vida social e cultural africana” (Assimeng, 1997, p. 279).

Nesta linha de pensamento, os autores Didier N. Kaphagawani e Jeanette G. Malherbe (2002) vão destacar a discussão desta falta de responsabilidade e de posicionamentos dos africanos serem também a razão desta contínua menosprezo, enfatizando os questionamentos sobre a epistemologia africana cujo debate permeia numa reflexão que pergunta assim, se, “existe ou não uma filosofia africana”? A base desta interrogação, porém irônica diante do significado do próprio conceito, respondendo à questão do que é a epistemologia e o que seria uma epistemologia africana, seria o mesmo entendido com o significado em outro canto do mundo? Eles vão argumentar, definindo:

epistemologia é o estudo de teorias sobre a natureza e escopo do conhecimento, a avaliação dos pressupostos e bases do conhecimento e o estudo minucioso do que o conhecimento afirma. Em resumo, epistemologia é um ramo da filosofia cujo foco principal é analisar e avaliar as alegações acerca do conhecimento. E pela extensão de que todos os humanos têm a capacidade de conhecer, a epistemologia é universal e independente de cultura, tribo ou raça (Kaphagawani; Malherbe, 2002, p. 2).

Assim sendo compreendido neste sentido universal, a epistemologia como a filosofia, são resultados do pensamento social de uma certa sociedade, porém dizendo deste modo, é como afirmar existência de um modo de pensar em diferente realidade seja africana ou europeia e mais. Entretanto, por um lado, ele serve para responder que há diferentes modos de pensar, nisto se recomenda a evitar abordagem polarizante, da mesma forma que salientaram apesar de

estarem a utilizar o sentido genérico, não negado que existem variações significativas entre as diversas culturas do continente, na qual consideraram necessário evitar a generalização quando se trata de uma abordagem na África (Kaphagawani; Malherbe, 2002).

Por meio das epistemologias, são levantadas as questões que a dão significado do tipo cosmovisões, concepções etc., permitindo assim uma interpretação sobre o mundo a partir dos seus pensar, do mesmo modo que constitui a estruturação social, pois, para eles,

a epistemologia, onde quer que seja praticada, é a mesma, e assim como não temos uma matemática chinesa diferente, ou americana ou africana, também não existe tal coisa como uma epistemologia africana diferente, exceto na medida em que pudessem ser feitos estudos epistemológicos sobre o continente africano (Kaphagawani; Malherbe, 2002).

Um conhecimento situado deliberadamente em um contexto social particular, que tem um papel ativo a desempenhar no que diz respeito à racionalidade, problematizando este conceito concerne reconhecer a partir da conscientização que nas sociedades africanas existem sim “[...] caminhos através dos quais um africano chega ao conhecimento[...]” (Kaphagawani; Malherbe, 2002, p. 2), o que responde às interrogações se existe filosofia africana. Este posicionamento, demarca “a tomada de espaço mental africano ocorre por meio do disfarce de ideias, teorias e conceitos[...]” (Mazama, 2009).

E expressa meramente o pensamento social africano, que claramente refere-se como “[...]os africanos refletiam sobre sua sociedade e seu pensamento estava incorporado aos fenômenos coletivos da estrutura social. É verdade que as estruturas sociais na África não surgiram, explicitamente, de manifestantes de partidos políticos” (Assimeng, 1997, p. 280).

Por esta visão, certamente assinala uma construção ontológica que condiz apresentar realidade deste continente, mas com uma configuração precisa para multidimensional nas academias as pérolas para se explorar nas ciências humanas com as produções científicas, seguidas de procedimentos metodológico que respeitem e entendem os modos através dos quais são estruturadas as diversidades com toda sua complexidade numa análise contextualizada (Macamo, 2012). Diante dessa ruptura epistemológica, em que a afrocentricidade se posiciona mostra o sentido carregada do seu significado dando assim a percepção desde “o princípio organizador que determina a percepção do toda a realidade é centralidade da experiência africana para povos africanos – único que nunca pode ser questionado por quem se declara afrocêntrico” (Mazama, 2009, p. 117).

De certo modo também se dialoga com a perspectiva do Mulherismo africano, centrado nas experiências das mulheres africanas, “ao colocar os “valores e ideias da África” no centro da vida africana, a afrocentralidade espousa a cosmologia, a estética, a axiologia e a

epistemologia que caracterizam cultura africana” (Mazama, 2009, p. 117). Por meio disto, Mazama citando Karenga (2003), caracteriza as culturas africanas sobre a ideia de serem centralizada dentro da afrocentricidade orientando nos seguintes compartilhamentos,

- 1) Centralidade da comunidade;
- 2) Respeito à tradição;
- 3) Alto nível de espiritualidade e envolvendo ético;
- 4) Harmonia com a natureza;
- 5) Natureza social da identidade individual;
- 6) Veneração dos ancestrais;
- 7) Unidade do ser. (Karenga, 2003, *apud* Mazama, 2009, p. 117).

O mesmo esforço também foi dado pela Mama (2010), no que se refere a responsabilidades dos intelectuais africanos/as dos estudos africanas a dimensionar nas academias os contextos dos estudos desta área, visto que este continente vem sofrendo dos impactos globais de efeitos capitalistas atravessando profundamente ao longo dos tempos as formas de viver africana. No entanto, pegar as ideias como afrocentricidade e criticar e denunciar os contextos marginalizados do continente, como coloca para nós,

Uma atitude pró-ativa exige que façamos algo mais do que simplesmente propomos-nos à margem. Exige, enfim, que ultrapassemos a nossa tradição liberal de neutralidade perante as políticas e que desenvolvamos uma ética radical, susceptível de questionar e interpelar ativamente as hegemonias globais (Mama, 2010, p. 530)

Nisto que “o afrocentrismo está procurando desconstruir, em todo lugar e qualquer circunstância, a posição de sujeito da pessoa africana. [...]o propósito do afrocentrismo é demonstrar um forte compromisso de encontrar o lugar do africano como sujeito em quase todo evento, texto e ideia” (Assante, 2009, p. 97). Nas dimensões de afirmar a emancipação social dos africanos/as este compromisso vai ser levada em consideração com a conscientização de uma formação consciente de autonomia, autoconstrução e autodeterminação baseando-se nas opiniões próprias, a qual determinarão o futuro da África (Mudimbe, 2019) e (M’bembe, 2001).

A contextualização no diálogo do Mulherismo africano e afrocentrismo, situe a interpretação que vamos observar na obra da Oyěwùmí (2021), e compreender as formações sociais da organização da sociedade Ioruba. Neste modelo de organização o gênero não constitui forma de diferenciação, as lógicas da diferenciação são interpretadas a partir do “princípio organizador fundamental no seio da família é antiguidade baseada na idade relativa, e não de gênero, as categorias de parentesco codificam antiguidade, e não gênero. Antiguidade é a classificação das pessoas com base em suas idades cronológicas” (Oyěwùmí, 2004, p.6).

Isto porque, “os centros de poder dentro da família são difusos e não são especificados pelo gênero” (Oyěwùmí, 2004, p.6). Claramente, demonstram aquilo que já discutimos anteriormente, de fato os valores culturais africanos, as quais explicam os sentidos e significados das relações sociais e a configuração da sua estrutura organizacional, representa a identidade social desta sociedade. Na mesma ideia também que destacamos a relação de sistema de matriarcado como valores que centram cultura africana dentro desta sociedade, esse que centraliza a mãe como figura primordial, sendo, aspecto simbólico da representação da nossa africanidade, resultado da organização da unidade ancestral de muitos tempos.

Mesmo que, foi problematizada dentro da teoria de parentesco, em que alguns autores no caso de Engels, Morgan e Smith, sustentaram que o sentido da organização matricêntrica constitui na ausência de figuras masculinas, tal como, instala no *estágio inferior barbárie* da evolução humana. Muito lamentável este argumento tendencioso, o Cheik Anta Diop (1982, p.43), vai responder que é insustentável alegar que enquanto os impérios, como de Gana que durou desde século III até 1240, e posteriormente sucedendo do Mali de mandingas tenha vindo, enquanto os Indo-europeus desaparecendo superando a barbárie e não existir mais este sistema, pois, entraram na civilização, a afirmar que o sistema matricêntrica instala-se no estágio inferior.

Partindo deste equívoco carregada de preconceito, convém salientar que está claro o pressuposto argumentado, porém realça Adesina (2012, p.197),

as sociedades de onde provêm os dados etnográficos não são aberrações, mas sociedades matrifocais. As famílias não são matrifocais por causa da sua baixa condição económica, da pobreza, da ausência de homens, da distribuição das tarefas domésticas com base na divisão de género, ou da exclusão económica das mulheres. Elas são-no por serem estruturalmente matricêntricas. É neste contexto que a ‘matrifocalidade’ assume o seu sentido distinto e o seu valor heurístico como categoria sociológica. E é este entendimento amplo de ‘matrifocalidade’ e ‘matricentrismo’ como princípios organizadores da sociedade que constitui um empreendimento distinto de endogeneidade.

Diante destas perspectivas, o Mulherismo olha para afrocentrismo tal qual, a significação da mãe na matrifocalidade intui a matrinalidade, contudo, mesmo estarem numa posição questionada na África, em que muitas pessoas estão ainda com pé atrás sobre que caminhos a seguir referente ao estudo das mulheres, ou se autodeterminar como autonear, continua a constituir-se necessidade uma libertação dos/as africanos/as diante dos desafios que a globalização vem sobrepor (Mama, 2010), mas que isso nesta seção, nossa intenção é provocar um pensamento crítico para estudiosos africanos/as de que maneira podemos apropriar dos espaços e falarmos em primeira pessoa ou de que caminhos podemos prosseguir para estarmos

autoinscritos das nossas realidade mesmo que os desafios continuem ser ativos nos dias a dias, a reflexão segue-se na mesma orientação e perspectiva da seção seguinte. Dado a esta exposição iremos discutir a contextualização do debate de gênero na sociedade guineenses, dentro dos aspectos sociopolítico, cultural e econômico, situando a mulher guineenses compreendendo os fatores históricos na explicação daquilo que foi situado como relação de gênero constituindo a desigualdade e discriminação de gênero.

5 GÊNERO NA GUINÉ-BISSAU: CONSIDERAÇÕES DAS MULHERES GUINEENSES NO CONTEXTO SOCIOPOLÍTICO, CULTURAL E ECONÔMICO

Nesta seção, objetivamos apresentar a mulher guineense nos contextos sociopolítico, cultural e econômico da Guiné-Bissau, bem como realçar a compreensão de ser mulher nessa realidade regional e apresentar uma discussão contextual enquadrada na consideração da representação como fator histórico – cultural da organização social e da formação identitária do Estado guineense. Na ideia de buscar uma autoinscrição diante daquilo que M'Bembe (2001) vem enfatizando em relação à questão histórica das realidades africanas, destacamos a necessidade de uma autodeterminação como fator imprescindível, inicialmente, introduzindo o ser mulher guineense no debate de gênero, seguindo, para uma representação processual da nossa história.

Gostaríamos de começar a apresentar a formação social do Estado guineense, desviando-nos do costume relacionado às formas como são iniciados os debates de gênero na Guiné-Bissau, com relação ao que foi parte da história referente à participação das mulheres na luta pela independência contra o poder colonial português.

Destacamos aqui este posicionamento: trazer o contexto sociocultural das cosmopercepções de gênero antes da presença europeia. É notório que muitos dos trabalhos priorizam trazer, na discussão de gênero nessa realidade, inicialmente as mulheres a partir do processo da luta colonial, uma postura que deduz a percepção da história guineense a partir da colonização. Parte dessa visão responde a tendência eurocêntrica que sustenta a história dos países africanos a partir das suas invasões.

Posto isto, a atual Guiné-Bissau pré-colonial demarca uma historicidade rica representada progressivamente na forma organizacional dos povos que nela habitam, assim. Nessa esteira, ela é constituída por uns conjuntos de povos formados por grupos étnicos, os quais têm seus sistemas de organizações de poder e de interpretação dos papéis dos sujeitos neles inseridos, apresentando olhares específicos sobre as formas de relações sociais, econômicas, políticas e culturais, dentro dos quais encontra-se a concepção determinada sobre relação de gênero.

O país contempla-se de uma estrutura mosaica das etnias, a saber: *Fula, Balanta, Mandjako, Pepel, Mankanhi, Bidjugos, Mandingas, Biafadas, Felupes, Mansoncas, Nalus, Djacankas etc.* Com isso, possui uma herança cultural bastante rica e diversificada, passando desde a diferença linguística, a dança, a expressão artística, a profissão, a tradição musical até

as manifestações culturais. Tratando-se de culturas tradicionais africanas, muito se preservou graças a seu forte prestígio considerável de valores, como expõe Nanque (2021).

Cada grupo étnico tem concentração maior em cada região específica do país, a subdivisão das províncias aloca-se para administração com (8) oito regiões mais o setor autônomo de Bissau, completando nove (9), o que permite observar a predominância dos grupos étnicos nas regiões. Desfeito isso, vale ressaltar o que foi este país antes mesmo da presença europeia. Divido a uma enorme ausência descrita e de produção sobre o país pré-colonial, muitas das interpretações foram mal contadas e muitas outras sofreram o acervo dos impactos coloniais. No entanto, Hampaté Bâ já nos alertou que a ausência da escrita não diz respeito à falta da existência do conhecimento ou dos fatos, pois, aos modos africanos, a oralidade é base social dos nossos ensinamentos tradicionais.

Tendo isso em consideração, não vem ao caso comprovar o que era real posição das mulheres nas dinâmicas sociais do país, em uma visão eurocêntrica, contudo, recorrendo à fonte que nós temos – a oralidade – foram obtidos relatos em que as mulheres guineenses a partir das dinâmicas estrutural das suas etnias suas funções extraordinárias não se limitavam à interpretação dos seus sexos, mas sim à compreensão que, em cada uma dessas etnias, permitasse interpretar.

O motivo de essas preservações identitárias terem resistido até então foi graças aos modos formativos culturais que são passados como ensinamentos via oralidade. Assim, segundo Hanpate Bâ (2010), a tradição oral é herança do conhecimento pacientemente transmitido de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos, o que ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositários, de quem se pode dizer que são a memória viva da África. A importância da oralidade nas tradições africanas, para o autor, remete ao comprometimento dos seus agentes com a palavra, seu valor e respeito, assim expõe: “o valor da cadeia de transmissão da qual ele faz parte, a fidedignidade das memórias individual e coletiva e o valor atribuído à verdade em uma determinada sociedade. Em suma: a ligação entre o homem e a palavra” (Bâ, 2010, p.168).

Nessa linha de pensamento, salienta Diop (2014), que na África negra meridional pré-colonial o sistema matriarcal dominava nessas sociedades, e “tudo aquilo que concerne à mãe é sagrada; a sua autoridade é, por assim, ilimitada” (2014, p. 34). A esse modo de concepção sobrepõe a mulher como figura importante, tanto que sustenta a percepção em grandes reinos governados pelas mulheres, em referência a esse modelo social. Diop trouxe uma apresentação

do Egito em que o matriarcado se manifestou e durou mais tempo. A Etiópia⁹ e outros países são considerados também exemplos visíveis desse sistema na vizinhança territorial guineense. Na Nigéria, em algumas de suas etnias, o sistema matriarcado domina suas tradições, sendo apresentados os modos comprováveis pela Oyeiúmi (2021). Na realidade, exemplos dessas relações em representação contextualizada por parte semelhante a cosmopercepção estrutural da sociedade guineenses em algumas etnias.

Por meios estruturais das etnias do país, enquanto registro expoente da qual resistiu o processo colonial e se conservou o seu sistema organizacional, podendo, a esse modelo sistêmico, o matriarcado do grupo étnico *Bidjugos* das localizações nos arquipélagos de ilhas de *Bubaque*, que preserva até então o legado reputado da tradição. Como ressaltamos nas seções anteriores, muitas das sociedades africanas pré-colonial configuram-se numa organização do sistema matriarcal, trazendo nos registros essas comprovações e discutindo as dimensões civilizacionais das sociedades africanas.

Na história da Guiné-Bissau, a figura heroica consagrada na memória do povo vincula-se à dinastia *Bidjusianos*¹⁰, com uma rainha com marcação histórica do que foi seu papel diante da imposição da invasão colonial aos arquipélagos de *Bubaque* – a rainha Okinka, a denominação dada aos chefes na sociedade dos *bidjugos*. O seu nome próprio conhecido é Pampa Kayampa¹¹, sucedeu seu pai Bankanyampa, como governante da ilha no período de 1910-1930. Nessa organização, a Okinka Pampa era auxiliada por um conselho composto por

⁹ Diop, 2014, p. 51/52, a Etiópia foi o primeiro país do mundo governada por uma rainha depois do Egito,

¹⁰ Povos *Bidjugos*.

¹¹ As Biografias das mulheres africanas são uma atividade da Rede Multidisciplinar de Estudos Africanos do Instituto Latino-Americano de Estudos Avançados da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ILEA-UFRGS) e do Departamento de Educação e Desenvolvimento Social da Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (DEDS-PROEXT-UFRGS), com o apoio do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros, Indígenas e Africanos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (NEAB-UFRGS). Acervo, acessado neste site <https://www.ufrgs.br/africanas/okinpa-pampa-1930/> data 19/06/24.

Nas antigas sociedades bijagó da Guiné-Bissau, Okinka é a denominação de cada uma das chefes de linhagens, que ao mesmo tempo são sacerdotisas. Nessa sociedade, de base matrifocal, as mulheres ocupam posição diferencial, como guardiãs dos lugares dedicados aos espíritos ancestrais, e em momentos de crise ou dissensão assumem o papel de liderança.

No período anterior ao domínio colonial efetivo na Guiné-Bissau, diversas dessas governantas controlaram as ilhas do arquipélago, como Idiana Ibop, que reinara na Ilha de Canabaque, e liderou o seu povo na luta armada contra os invasores portugueses. No entanto, a maior delas foi Okinka Pampa, governante da Ilha *Orango Grande*. Também conhecida como Pampa Kanyimpa, ou *Ocanto*, sucedeu o pai, Bankanyapa, como governante da ilha no período de 1910-1930. Residia na aldeia de *Etikoka*, situada ao noroeste de Orango Grande. Era auxiliada por um conselho composto por 10 mulheres e cinco homens.

Com a autoridade que detinha, resistiu durante algum tempo às “campanhas de pacificação”, nome dado pelos portugueses à guerra de conquista dos povos africanos que caíram sob seu domínio. Após algum tempo ela finalmente assinou um tratado de paz. Quando morreu, com mais de cem anos de idade, de causas naturais, as autoridades portuguesas que já estavam há décadas sediadas em Bolama instalaram postos militares nas ilhas, efetivando o controle direto nas ilhas dos bijagós. Foi sucedida pelo filho, *Mankaridu Okodoki*.

10 mulheres e cinco homens, e desempenhava as funções de guardião de espírito ancestrais e de líder.

Sob essa função se destacou entre as figuras femininas importantes do país em relação à compreensão das mulheres no desempenhar do papel social político durante o período da invasão colonial. Além dos *bidjugos*, no tocante a um sistema cuja relação de gênero se difere na interpretação binária, posteriormente, temos a matrilinearidade, um modelo que consagra as relações sanguíneas como um elemento importante na relação social. Um exemplo de etnia enquadrada nesse modelo é a etnia *pepel*. Localizada predominantemente no norte do país, essa etnia atribui a linhagem materna como imprescindível nas relações culturais e sociais.

Para Diop (2014), ao contrário da concepção do patriarcado, nas sociedades africanas, nunca se pôs em causa a participação do pai e da mãe, mas elas não são situadas no mesmo plano, pois, biologicamente falando, a mãe se sobrepõe mais em relação ao pai, isto é, a herança biológica do lado materno é mais sólida, mais importante do que a herança do lado paterno. Ora, sobre essa intenção, haverá aqueles que dirão, sustentando o contrário da valorização dessa concepção, dizendo para eles, isto se considera, pois, é a mulher quem gera, e é mais fácil comprovar a maternidade do que a paternidade. Essa lógica da interpretação diz respeito a uma desconsideração da importância da mulher independentemente da sua sexualidade ou do que a natureza possa dar, e sob essa indagação, vimos o cerne da relação patriarcal ocidental sobrepondo-se na percepção africana.

Diante dessas dimensões, na etnia *pepel* na Guiné-Bissau, diferentemente das organizações matriarcal, as responsáveis das linhagens – tendo mulheres como tal, no caso, a matrilinearidade *pepel* – apresenta seu sistema de governação acentuado no regulado masculino, ou seja, “os *pepéis* têm um sistema de herança baseado no clã” (Nanque, 2021, p. 8), portanto, o processo da aquisição à representação do regulado¹² passa por sinalização ancestral e da linhagem daquele a ser invocado para ser, em forma de sinal dos *orixás*, a pessoa escolhida.

De acordo com Yolanda Gradafão (2018, *apud* Americo Gomes, 2011), os *pepéis* são os primeiros a habitarem na atual cidade de Bissau, tradicionalmente as mulheres são as responsáveis das linhagens sanguíneas, consagrando-se com rituais e práticas culturais que se fazem em representação unicamente às mulheres. Isso se dá, por exemplo, em casamento, maternidade, cerimônia fúnebre, *katendera*¹³ e etc. Na estruturação matrilinear no *pepel*, os

¹² Em uma denominação direto rei de um grupo étnico.

¹³ “é aquela pessoa que passa necessariamente para representar os seus familiares (linhagem) e *osai* (orixás), ou seja, tem um prestígio simbólico” (Nanque, 2021) na prática cultural e religiosa dos *papéis* ela passa para servir *orixás*.

filhos pertencem à mãe muito mais do que ao pai. Seguindo essa formação única da etnia *pepel*, a questão de gênero (des) configura-se na interpretação daquela hoje tida após a colonização e durante a colonização.

Apresentou-se até aqui as etnias que destacam um sistema organizacional existente desde a pré-colonial até o território hoje conhecido como Guiné-Bissau. Isso torna parte importante para iniciar a apresentação do que foram as formas de relações de gênero. Tais questões podem aparecer nas outras etnias compostas no país, as quais, talvez, hipoteticamente, ainda tenham nas suas estruturações, podendo ter resistido, assim, ao processo colonial.

Na realidade, interpretar o patriarcado africano pré-colonial situa diferente sentido ao que hoje podemos conceber, sobretudo, com o processo colonial, na lógica interpretativa do sistema matriarcado. Oyěwùmí (2021) nos sinaliza que esse *ethos* da relação social das pessoas na sociedade *Ioruba* é, de certo modo, constituído pela senioridade e não generificado, do mesmo modo que alocamos para a sociedade guineenses a mesma forma instituída da relação em diferentes etnias, fruto de uma concepção de relação no que tange à senioridade. Tais valores colocam a dificuldade da identificação para um patriarcado pré-colonial.

Mediante essas preliminares, falta compreender as mulheres guineenses no processo colonial. Segundo Manuela Borges (2011), a representação da mulher guineense é construída sob a ótica colonial, sendo desenvolvida pela antropologia colonial, pois é inserida nos lugares comparados das mulheres europeias, isto é, a doméstica. Como parte da política colonial, há o contexto do domínio e do controle para exploração dos recursos respondentes à força do trabalho na produção mercantil. Com as necessidades dos recursos humanos, os administrados da então Guiné-Portuguesa constituíram uma estratégia de completar o interesse de controle, na ideia de ter conhecimentos socioculturais dos nativos para, assim, poder dominar. Por isso,

a Guiné, desse modo, originou uma constante e profícua produção científica expressa no elevado número de publicações consagradas ao conhecimento das questões culturais e sociais, como o Boletim Cultural da Guiné Portuguesa, e que mesmo nos nossos dias constituem fontes de apreciável valor científico [...] definido como «órgão de informação da cultura da colónia» é criado em 1945, pelo então Governador Comandante Manuel Maria Sarmiento Rodrigues, e publicou, durante 28 anos, entre 1946 e 1973, 110 números normais e um número especial, além de 24 monografias, com trabalhos inéditos de investigações, em múltiplas disciplinas, com ênfase na etnografia e história (Borges, 2011, p. 69).

As investigações com método etnográfico referiam um interesse para civilizar os nativos guineenses ao mesmo tempo que justificava ser ciência. Segundo Borges (2011), era sempre dentro das concepções tradicionais da política colonial que se soube casar a fé e o império a necessidade do mundo com a fraternidade cristã. Foi repugnante o processo colonial no território guineense, devido a quanto determinou um outro olhar às organizações socioculturais

referentes às formas e significados das relações e a mais considerável na relação de gênero, com proposição à alienação colonial, pois propunham a recusa das tradições culturais e das subjetividades identitárias, com total desvalorização das culturas e tradições étnicas (Candé 2013). Diante disso, segundo Patrícia Godinho Gomes (2016), é preciso considerar o alicerce do pensamento de sustentação.

A dominação colonial do continente africano não foi de natureza exclusivamente militar, política e econômica. Para alcançar a plena eficácia, o colonialismo europeu e os seus métodos de aplicação tiveram que ser justificados e legitimados também nos planos moral, filosófico e religioso. A hegemonia da Europa em relação ao resto do mundo acabou por legitimar o conhecimento científico ocidental como única forma válida de saber, anulando outras bases epistemológicas do conhecimento noutras partes do mundo (Gomes, 2016, p. 123).

Para legitimar a colonização, por meio da ciência, não constituiu só a estratégia, como permitiu universalizar e hegemonizar suas ideologias que inferiorizavam os africanos. Por outro lado, “mencionando que a organização de entidades sociopolíticas bem estruturadas no continente africano só poderia derivar de uma vontade externa e não a partir de uma iniciativa endógena” (Gomes, 2016, p. 123). Observa-se que o intuito de negar ou não reconhecer a inteligência do africano era a maneira de dominá-lo e limitá-lo à promoção de uma consciência crítica da sua condição. Portanto, sob essas intenções, sendo elas racistas e depressíveis, ele era demarcado sob estereótipos de inferioridade.

Por outro lado, as representações das mulheres nos inquéritos etnológicos realizados nessas épocas eram depreciativas. Segundo Borges (2011), nos desígnios coloniais, o foco para evoluir as sociedades dos nativos era distanciá-los das suas práticas e costumes étnicos, assim, a política colonial com os trabalhos desenvolvidos por antropólogos fora asquerosa nas representações das mulheres. Isso porque, nessas sociedades, havia uma relação de gênero diferentes do *ethos* ocidental, em que existe um poder matriarcado e uma liberdade das mulheres com total independência, tal qual descreveram nas respostas dadas a este inquérito acentuado por Borges (2011), que, em muitos, fora desconsiderada a atenção sobre as mulheres, porém, só nas duas respostas sobre os Bijagós é dada especial atenção à mulher, não para entender a riqueza daquele dado, mas para questionar e julgar ser atrasado este costume, pois,

[...]aos seus costumes, funções e estatuto sociais, [...]entre os Bijagós, a matriarcado era o regime familiar, e as mulheres detinham mais poder que os homens. O chefe de posto Adolfo Ramos indica, a propósito dos Bijagós de Uno, a liderança religiosa das mulheres, a escolha dos parceiros masculinos pelas mulheres, a existência de duas fases na organização familiar (a mancebia e o casamento), e a facilidade de a mulher abandonar o homem e casar-se com outro. (Borges, 2011, p. 74).

Postos esses modos, as interpretações dadas aos dados detidos dos inquéritos desvalorizavam as funções e papéis das mulheres, seus poderes políticos e religiosos, interpretando-a de forma subordinada aos homens, perspectivando uma visão estrutural que combinava as suas realidades, impondo modos paradigmáticos das culturas e moralidade ocidental da ideologia cristã, dando uma representação desproporcional das mulheres guineenses como objetos, em uma construção hipersexualizada sendo descrita como,

a mulher é objecto de prazer e de trabalho, e, portanto, tratada como qualquer outra propriedade»; «A mulher representa um capital – pelo trabalho que produz e pelos filhos que dá»; «As mulheres casadas acompanham os maridos, fazendo a vida doméstica normal, e as solteiras procuram as concentrações urbanas [...], onde se dedicam à prostituição (Borges, 2011, p. 76).

Vistos o querer dessa deturpação, denota-se que a organização social e as concepções dos nativos guineenses representavam um inverso costume ou que podemos alocar a civilização ocidental. No entanto, para a percepção eurocêntrica, que busca universalizar com o poder colonial, colocou-se estas enquanto primitivo carregado de um patriarcado dimensional na dominação das mulheres. Isso se dá tal como expressava essa dominação priorizando, nas produções, uma busca representativa masculina, com as constituições das políticas de benefício aos nativos homens denominada como a lei do indígenato, deposta sob uma documentação apropriada aos homens com condição de estudarem, falarem e escreverem a língua portuguesa, ser cristão, casar-se com uma mulher, distanciar das práticas étnicas, e prestar serviço militar, de acordo com Lourenço Ocuni Cá (2000).

Por meio disso, a justificativa sustentada era de progredir, uma invenção social a modelo português com uma masculinidade desoriental daquilo que era a verdadeira relação de gênero na então sociedade guineense. Diante desses fatores coloniais, as percepções das mulheres e seus papéis sociais, econômicos, políticos e culturais foram assemelhadas por meio da assimilação da cultura portuguesa, assim foi projetado outro olhar das mulheres guineenses um fruto colonial, porém essa pretensão não dominou por todo o costume ou a cosmopercepção social de gênero no atual país, tanto que demonstramos anteriormente sua resistência nos modelos das duas etnias guineense citadas anteriormente.

A resistência cultural constituiu uma relação benéfica à resistência colonial no país, tanto que justificou como consolidou a projeção da luta de libertação, o que também foi mencionado pelo idealista da luta da libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, o engenheiro agrônomo Amílcar Lopes Cabral¹⁴, conforme salienta Candé (2013),

¹⁴ Documentado por Mário Pinto de Andrade (1975) *apud* Candé (2013)

e importante frisar que um dos fatores importantes que nortearam os bastidores dos movimentos nacionalistas na Guiné-Bissau foi a questão cultural, dando azo à reafirmação e reconhecimento da identidade étnica e cultural dos Bissau-guineenses diante da negação, fragmentação e reconversão identitária a que se propunha o colonialismo português.

O processo da mobilização da luta da libertação da Guiné-Bissau e Cabo-Verde, comandada por Cabral, na criação do movimento da libertação desses dois países, intuída de PAIGC¹⁵, foi um dos marcos inestimáveis na história em nível nacional, como internacional, tanto que é registrada, na história, como um símbolo da emancipação social do povo guineense, tendo como representação o líder Cabral, o qual “continua sendo uma fonte de inspiração para as forças progressistas no que se refere à mudança significativa, não só na Guiné-Bissau, mas também no resto da África [...]. A relevância de Cabral na África do século XXI em especial [...] a Guiné-Bissau é exatamente a sua liderança visionária muito eficaz” (Lopes, 2012, p.16).

O movimento da libertação nacional soube constituir bem uma unidade em torno das diversidades étnicas existentes para enfrentar o colonialismo, visto que há um enorme desafio das diferenças étnicas, pois, por meio da política colonial, foram implantadas discórdias entre diferentes etnias, em que favoreciam uns dando poder ao trabalho no próprio governo, fazendo com que estes abusassem uns dos outros. Por outro lado, reforça-se o divisionismo entre os africanos, a fim de afirmar o seu domínio e minimizar os focos em possíveis contraposições às suas administrações (Candé, 2013).

Nessa linha de raciocínio, Carlos Lopes, na sua obra *Desafios contemporâneo da África: Legado de Amílcar Cabral* (2012, p. 12), exorta a visão de Cabral no tocante à resistência colonial fortificada pela cultura: “o principal contexto da resistência do movimento de libertação nacional foi o uso de traços positivos da cultura popular, juntamente a traços semelhantes de culturas importadas”. Sobre isso, muitos dos argumentos a respeito da construção da unidade cultural demonstram a importância das culturas étnicas, sendo fundamentais no pensar da construção nacionalista.

No que tange ao movimento da luta da libertação, queremos enfocar e trazer a participação ativa das mulheres nesse processo, fazendo a ideia de que a luta da libertação só é uma temática enorme que exige muita discussão, por isso não vamos adentrar, destacando, assim, o papel das mulheres para a formação nacional do Estado guineense tido hoje. Para Daiana Fernando Nbundé (2016, p. 25), “a mobilização das mulheres para aderirem à luta da libertação tem a ver com a situação cultural e social da relação de gênero então existente na

¹⁵ Ano da sua criação.

Guiné-Bissau, em que as posições das mulheres eram bastantes desiguais”. Por meio disso, suas participações definiram duas frentes para lutar e vencer, uma se constitui como luta ao colonialismo; a outra contra homens ou comportamento machista, muitos provenientes do sistema colonial, uma das menções advertidas por Cabral, citado pelo Orasma (1998 *apud* Candé, 2013).

Compreender que as mulheres tiveram duas frentes traz enquadramento do que apresentamos anteriormente sobre representação das mulheres durante a colonização, de modo que se constitui num desafio muito complexo situar suas participações. Isso é de se lembrar que, em todas as sociedades, a figura feminina constitui uma parte vulnerável quando se observa numa situação da violência no caso da guerra, ainda mais retratando na realidade de uma colonização que coloca em questão a representação negativa da mulher sob objetivação sexual, do machismo cru, e entre outros fatores que incidem questões, como estupro, violências físicas e mais.

No cenário da luta, a participação das mulheres tivera contribuições inexplicáveis na sua mobilização, na execução e na assistência. Por muitas abordagens, estas foram tratadas como coadjuvantes, mulheres guineenses desempenharam e desempenham funções principais, porém sempre são referidas como coadjuvante, e isso ocorre na família, na política, na sociedade civil, em todas as esferas sociais. Por meio dessas construções, são justificadas enquanto subjugadas, uma posição que é problemática, pois, na realidade, muitas mulheres guineenses não estão nessas posições, as quais não as cabem. Deram suportes principais na manutenção das bases de luta, elas também participaram das guerrilhas e no teatro das operações de luta, por meio da criação de grupo de milícia feminina (Candé, 2013). Diante do objetivo e da criação de consciência, essas mulheres “demonstraram uma reconhecida capacidade em se implicar em ações em prol da preservação e da restauração da liberdade confiscada durante a experiência colonial” (Gomes, 2016, p. 125).

No estar ativo dessa luta, em 1961, na vizinha territorial da Guiné-Conacri, foi criada a primeira organização política das mulheres do PAIGC nomeadamente União Democrata das Mulheres de Guiné-Bissau UDMU, cujo objetivo era estabelecer contatos com as organizações internacionais de mulheres com fins de fortalecimento de luta para emancipação política, social e econômica, como não só, mas também de uma conscientização e preparação política ideológica das mulheres como mobilizar as camadas femininas no processo da luta, na escolarização das mulheres, nos cuidados dos feridos da guerra, na alimentação, no carregamento de materiais de guerra; na distribuição dos materiais de propaganda, como informantes, disponibilizando as suas casas para esconderijo dos combatente costureiras,

cumprindo papel estratégico no desenvolvimento da luta de libertação, sendo, assim, considerada como uma das principais estratégias de emancipação (Candé, 2013; Gomes, 2016).

Para Catarina Laranjeiro, a “emancipação feminina como parte integrante da luta foi encetada dentro da cúpula dirigente do PAIGC, em articulação com diversos movimentos e vanguardas, no continente africano e no mundo, com os quais se procurou encetar laços de solidariedade internacional” (2021, p. 50). Por outro lado, para Gomes (2016, 128),

boa parte das mulheres, sobretudo as que se encontravam estabelecidas nas mais remotas comunidades rurais, acabariam por ficar à margem da organização feminina do PAIGC, a mesma que supostamente tinha sido criada para responder aos seus anseios, mas fundamentalmente formada por jovens filhas de exilados de guerra na vizinha Guiné Conacri que, em boa parte dos casos, nunca tinham pisado em solo guineense.

Era compreensível que, na época, pela condição em que se encontravam a maioria das mulheres, principalmente as das zonas rurais e suas ausências nos encargos das diligências de UDEMU, elas não deixaram de ter uma participação ativa no seio da luta com tarefas mencionadas anteriormente. Desse modo, suas presenças, por mais que seja pouca e distante, não as beneficiaram muito na formação do respeito ao debate de gênero, no que se relaciona à igualdade e equidade de gênero. Foram tidas muitas informações comunicativas, por meio das quais Cabral exortava o papel sempre bem desempenhado a partir de um ativismo forte.

Assim, “Cabral sabia que a luta pelos direitos civis e políticos tinha de estar ligada à luta pela independência nacional e que nos países onde a mulher participou nos movimentos de libertação nacional, lutando e sacrificando-se ao lado dos homens, ela conseguiu obter o reconhecimento dos seus direitos legítimos” (Duarte, 2005, p.643, *apud* Candé, 2013, p. 204). Não o bastante, Cabral cobrava isso nos comitês do PAIGC, com discursos que incentivavam e cobravam as mulheres de ocuparem esses espaços. No tocante a esse posicionamento, colocava Cabral sob um conflito social, pois ele estava a conduzir uma revolução não só política, mas também feminista. Sendo um homem com essa consciência, permitiu que as mulheres ousassem afirmar seu direito e liberdade, os quais foram apagados, com fatores e práticas culturais e coloniais. Nessa esteira, como salienta Candé (2013, p. 206) sobre o discurso do Cabral, a

[...]sua retórica enfática quanto pelo seu significado histórico, legitimou as mulheres bissau-guineenses quebrando os muros de preconceitos materializados através do comportamento cultural, ao tempo que pregou a dignificação da mulher na sociedade patriarcal, abrindo novos caminhos que possibilitam a contribuição da mulher no desenvolvimento socioeconômico e político do seu país.

É nessa perspectiva que há muitas declarações, e não só, há um reconhecimento,

admitindo o inegável impacto político positivo e, de certa forma, prático, que o discurso de gênero produzido pelo movimento de libertação teve em termos da mudança de mentalidades, algumas narrativas de mulheres guineenses que participaram de forma direta ou indireta na luta armada, deixam pressupor que as atividades desempenhadas por elas reproduziram *in toto* os papéis sociais e os estereótipos através dos quais se perpetuaram as desigualdades de gênero (Gomes, 2016, p. 132).

Portanto, nessa esteira,

o projecto político do PAIGC propunha proceder a uma reavaliação crítica das práticas tradicionais, a partir do conhecimento das populações de forma a seleccionar ou rejeitar determinados valores e práticas consoante a sua capacidade de promoverem a emancipação individual e social (Borges, 2000, p. 176).

Da mesma forma, conforme aponta Candé (2013, p. 205), por sua vez,

a luta de libertação nacional engendrou transformações significativas nas relações entre homens e mulheres diante das tradições culturais, ao tempo que interferiu nas questões mais delicadas como no casamento arranjado, a ausência do direito de divórcio para as mulheres e a poligamia.

Diante dessa consideração, aos esforços vistos na mobilização da luta da libertação e da aderência da conscientização com processo da emancipação das mulheres guineenses, após a independência, os esforços em implementar a política de gênero intensificaram diante do cenário da construção do Estado.

Mesmo em termos de discurso, “o tema da emancipação feminina destacou-se como uma das prioridades das políticas sociais do governo pós-independência, o que refletiu, de certo modo, a continuidade de uma das diretrizes do PAIGC no período da libertação, não se tratando de uma política de concessão do governo” (Gomes, 2016, p. 134), as dificuldades de modo prático tornaram-se preocupante à inclinação política que vem sendo constituída no novo contexto sociopolítico no país,

[...] o período pós-independência também foi marco de várias fragilidades, não apenas no ativismo político feminino, mas também na implementação das narrativas fundantes da nação bissau-guineense, contabilizando crises, rupturas e golpes que comprometeram em parte os processos de edificação do Estado nacional (Candé, 2013, p. 208).

A ideologia crítica de Cabral, que constituiu um legado histórico revolucionista, na construção nacionalista tanto para temáticas como emancipação feminina, já se encontra em desequilíbrio no novo contexto, aquilo que era e foi parte mais fundamental na constituição da consciência da luta da independência, foi-se sob ruínas, as visões progressistas foram recortadas em várias crises. Por meio desse desequilíbrio,

O PAIGC não conseguiu equilibrar o ativismo político das mulheres no tocante à sua participação efetiva na esfera política, apesar da tentativa de criar em 1975 uma Comissão Feminina que objetivava a elaboração de programas de ação em prol da condição feminina após a luta de libertação; a participação política das mulheres foi tímida em comparação com o período da luta de libertação. Os fatores inerentes a essa participação oscilam tanto nos aspectos socioculturais, quanto econômico (Candé, 2013, p. 208)

Não haver acaso dar aprofundamento nos motivos desta crise, resultante de muitos retrocessos no pensar da constituição de uma busca estável na consolidação de um Estado independente. No entanto, focamos no que se refere ao nosso objetivo em específico deste tópico, as mulheres guineenses em todas as esferas produzem e desempenham funções que neste trabalho temos posicionados para negar qualquer colocação que possa aparecer *vitimista* ou subjugar-la negativamente ou no posicionamento de coadjuvante, pois os seus papéis, suas relações com o que trabalham ultrapassam uma interpretação sumária em que possa compreender a posição da mulher guineense.

Posto isto, com a necessidade de constituição de uma consciência crítica que enquadra os direitos civis e impulsiona a participação ativa, tanto na política como nas esferas públicas e privadas, as mulheres guineenses vêm afirmando e salvaguardando esse direito já realçado por Cabral no processo da luta. Com todas as dificuldades de discriminação de gênero, elas buscam seguir seus papéis políticos nas diferentes esferas sociais do país, reafirmando suas missões no novo cenário de construção sociopolítico e econômico, sem, contudo, deixar de serem mães e esposas (Candé, 2013).

Falar da mulher guineense não consta em específico sua representação na política, no entanto, olhar para elas majoritariamente nas esferas colocadas como informais, assegurando a economia do país, sendo agricultoras, vendedoras ambulantes (*bideras*) em seus nomes mais conhecidas, nas suas organizações formalizada popularmente de *Mandjuandade*¹⁶ e entre outras que se possa destacar dentro das formações étnicas, distinguindo, assim, as atividades femininas. Isso constitui uma representação das mais considerável em que pudesse encontrar dados não só situacionais das mulheres, mas de apresentação da riqueza exclusiva no pensar da construção do conhecimento científico.

No contexto guineense, as relações são formadas com base nas diversidades existentes, que se refletem na comunhão das relações conjugadas que na realidade situe majoritariamente as famílias nos casamentos dentro da intenção poligâmica. No que tange a poligamia, este sistema de organização de família é muito presente em muitas das realidades dos países africanos segundo Dores Wieser (2016), ainda argumenta que,

¹⁶ Termo utilizada para referir organizações das mulheres

a poligamia é uma forma de organização familiar amplamente difundida na África (mas não só), embora não sempre aceite pela lei dos Estados modernos. Hoje em dia, em muitos dos Estados africanos modernos cuja população é islâmica na sua maioria, a poligamia é legal, embora as leis apresentem algumas diferenças.

Nesse sistema, muito presente na realidade guineense, isto é, visto socialmente como não apenas uma prática cultural, como exemplo na religião islâmica, assim como em muitas etnias do país, “a poligamia apresenta traços importantes da vida social em Guiné Bissau, pois há todo um contexto social, econômico e político, de modo que algumas mulheres não consideram a questão como um problema – haja vista a ressalva de que isso também depende de cada caso específico” (Gomes, 2019, p. 44).

Onde queremos chegar com isso apresentando o sistema organizacional presente nas famílias guineenses? Ora bem, as mulheres guineenses constituem mais de 51,5% da população guineenses segundo os dados tidos no recenseamento da população e habitação do censo de 2009 de acordo com relatório do Instituto Nacional de Estatística, num estudo levantado em 2022¹⁷, realçando a necessidade de um novo censo. Diante disso, o presente dado pontua considerar a realização do próximo recenseamento visto que “são essenciais para a formulação, seguimento e avaliação de políticas públicas, programas e planos do desenvolvimento de qualquer país, por meio dos indicadores sociais, econômicos, demográficos etc.” (INE, 2022).

No entanto, as mulheres guineenses, na sua maioria, são as responsáveis das famílias, segundo Hipólito Mendes (2016, p. 36). As situações vulneráveis, como pobreza das mulheres da Guiné-Bissau, estão atreladas às vertentes responsabilidades, isto é, sendo, na sua maioria, chefes de agregados famílias. Sobre isso,

os AFM apresentam agregados de maior número das pessoas em relação aos dos homens sendo 18,8 contra as 5,1 pessoas no AFH. Na última década entre 2002 a 2010, foi verificado um aumento em percentual de 9,2% para mulheres e 4,2% para os homens. Constata-se ainda que a pobreza por sexo varia, na zona rural os homens eram mais pobres em relação às mulheres e na zona urbana as mulheres eram mais pobres que os homens”.

Da mesma forma as seguintes vulnerabilidades estão associadas às questões de saúde e principalmente às questões econômicas, realçando

a falta das políticas públicas dos sucessivos governos para o setor da saúde, os postos médicos de atendimentos são escassos. Os serviços de assistência da saúde básica nem consegue fazer face à demanda nacional, por outro lado há ainda no país um número significativo da população com falta de atenção média pré-natal e 37 pós-natal. Portanto, as recomendações de cuidado de saúde da mulher na Guiné-Bissau é sonho (Mendes, 2016, p. 36).

¹⁷ Mulheres e Homens na Guiné-Bissau, Instituto Nacional de Estatística. Estatísticas de Gênero 2023, com apoio da UEMOA, Diretor geral, Dr. Roberto Viera.

As situações sociais das mulheres guineenses, em muitas produções, realçam suas inestimáveis funções no alavancar cultural, educacional, econômico etc. do país, desconsiderada, na maior parte, pelo próprio Estado. Sobre isso, Mendes (2016) salienta que, com maior concentração por parte das mulheres no setor econômico, desenvolvendo atividades mesmo sendo de subsistência, essa contribuição não é reconhecida e não é contabilizada no PIB, o que o autor destaca como algo que cria constrangimento em certa medida no planejamento de criação de novas oportunidades que poderiam contribuir bastante para o crescimento econômico do país.

As mulheres, enquanto precursoras representativas do fazer circular o capital guineense, buscam expressivamente situar o resultado das funções desempenhadas por elas no campo econômico; falar de *Mindjeris Bideras* como uma das categorias que caracterizam o ser mulher na Guiné-Bissau; observar nelas o ideal de uma busca de emancipação e empoderamento feminino, adquirindo, sob esse meio, suas independências econômicas, como aponta Mamadú Baldé (2019). Diante da ausência do Estado no pensar das políticas públicas respondentes às situações enquadradas na saúde, educação, desenvolvimento-econômico ou mesmo na empregabilidade etc., constituiu uma das razões ou fatos das mulheres formarem majoritariamente no setor econômico, comercializando e obtendo recursos de subsistências, segundo Baldé (2019, p. 28).

A mulher guineense no campo econômico e negócio informal, no sentido literário local diz: “*não importo do governo ou marido em casa desde que este se desvincula a mim*” as *bideras* sentem a necessidade de sustentar a si e aos filhos e isso não são problemas. Por este motivo, a mulher *bidera* guineense é um agente de mudança importante na vida social, econômica e política da sociedade guineense. Através da sua ação e papel no desempenho do bem-estar local como promover e acionar meios capaz para desenvolvimento.

É nesse sentido que é reconhecida como uma estratégia não só de sair ou reduzir a pobreza no país, mas também um meio que as permitam exercer suas liberdades e serem ativas nas dinâmicas da sociedade. Gomes (2019) salienta que é dessa maneira que elas obtêm o reconhecimento por parte da maioria da comunidade, em suas regiões, além da importância das suas produções, seus comércios e suas organizações, contribuindo, muito, para sua consequente emancipação socioeconômica.

Dessa forma, em seguida, apresenta-se a relação de gênero no contexto político. A seção seguinte tem como objetivo destacar o olhar político e crítico dos estudos feministas na produção deste debate para a sociedade guineense, buscando, por meio, político compreender a representação feminina e trazer desafios dessa luta nas diferentes esferas decisórias.

5.1 O OLHAR POLÍTICO E CRÍTICO DO ESTUDO FEMINISTA: INFLUÊNCIA DESSE DEBATE NA SOCIEDADE GUINEENSE

Convém ressaltar que, desde o início, propomos dissertar, neste trabalho, a problemática de gênero, demonstrando quanto é necessário este debate em toda esfera social considerando que ela nos atravessa de todas as formas, porém muito mais, construir uma discussão ativa no olhar político que ela apresenta. Nas seções anteriores, vimos, em diferentes vertentes, essa necessidade nos cobrando postura política e crítica de ver como combater tais fatores criados por ela, de lembrar que falar de gênero é falar da construção social depositada sobre sexos em diferenciação ao que ambos dos gêneros representam, resultando uma dominação masculina que traça existência em maioria das sociedades modernas.

Cientes desse pensamento, a história foi marcada com referidos costumes de reflexos opressivos contra mulheres, argumentos esses apresentados na primeira seção e nas suas subseções. “Ao recusar essa compreensão, ao denunciar a situação das mulheres como efeito de padrões de opressão, o pensamento feminista caminhou para uma crítica ampla do mundo social, que produziu assimetrias e impede a ação autônoma de muitos integrantes” (Miguel, 2014, p. 17).

Com esses entraves, nós nos vimos apresentando a realidade política de gênero da Guiné-Bissau, compreendendo os meios relacionados à dominação masculina. Isso vem afetando mulheres guineenses, assim como no que diz respeito a suas participações políticas, no pensar dos projetos da equidade de gênero e na importância da representação feminina nas estruturas de tomadas de decisão. Defronte a isso, busca-se, inicialmente, entender as desigualdades de gênero e todos os fatores opressivos contra as mulheres. Nessa esteira, Joacine Katar Moreira (2017, p.6) mostra que

nos importa perceber como se projetaram e se projetam as masculinidades enquanto área de estudo, quais os impactos da colocação da figura masculina no centro das análises de gênero e as relações prováveis e improváveis das concepções de masculinidade com outras dinâmicas sociais e políticas.

Apesar dos registros que o mundo vem apresentando no que refere às conquistas das mulheres que, sim, são reconhecidas, salientamos que, ainda por muitos cantos e dentro dessas realidades, temos verificados desafios, pois estas ainda estão enfrentando o cotidiano da cultura dominante masculina, mesmo tendo esse assunto discutido por intelectuais – mulheres e homens. Sua problemática ainda resiste nas estruturas de forma escancarada e muito presente

na política. Quando se fala do pensamento masculina nas nossas sociedades, muitas pessoas entendem a partir dos pensamentos dos homens, não sendo visto como um símbolo cultural de como agimos, pensamos e sentimos, ou de que essa construção em si é uma representação da consciência coletiva dada na nossa educação, na relação social, econômica e política, como podemos ver apresentada nesse debate na terceira subseção, visto que é sistêmico e apresenta-se aos nossos olhos como se fosse natural.

Portanto, com essa percepção, as interpretações de gênero destacam, em toda nossa estrutura social, mais que tudo nela, parte da nossa definição enquanto indivíduos sociais ou naturais, contudo, seus significados são os mesmos institucionalizados nas estruturas como modos que influenciam todos sem distinção, por isso, é preciso pensar na cultura masculina.

Para propor a desconstrução que busca enfrentar a dominação masculina cultural, destaca-se como em nossas sociedades vemos mulheres posicionadas sobre a relação social na esfera pública e privada, também foi dissertado, na terceira subseção, uma das questões sobre a luta das mulheres que registra conquistas desde os séculos passados. No entanto, para a realidade guineense, o desafio constitui ainda maior esforço para aqueles que acreditam na necessidade da representação feminina nos espaços públicos e políticos. Diante dessa consideração, vemo-nos na tese de doutora luza-guineenses a Joacine Katar Moreira de 2017, sob o título *Cultura di Matchundade na Guiné-Bissau: Gênero, Violência e Instabilidade Política*, para analisar situação política de gênero no país.

De fato, a situação política do país demarca vários desafios em toda área social, porém o maior desafio concentra-se no olhar político de gênero na organização do Estado, isto é, como foco da nossa problemática que se contextualiza nessa realidade estudada. O processo classificatório e definidor da política governativa da Guiné-Bissau é constituído pela *cultura di matchundadi*¹⁸. Tal pontuação, segundo Moreira, se faz em três domínios: “as relações de gênero na sociedade guineense; as violências que emanam das dinâmicas societais, de gênero, da esfera política e militar, das pertenças étnicas e religiosas; e a instabilidade política e governativa que é também resultado destas duas primeiras” (Moreira, 2017, p. 6). Devidas questões são geradoras e determinadoras das construções discursivas e das linguagens discriminatória, as quais respaldam sobre sociedade sem impunidade ou atenção crítica dos agentes jurídicos.

Assim, as relações de gênero, marcadas pela desigualdade, as violências e a instabilidade política são simultaneamente causas e consequências da afirmação

¹⁸ Conceito criado pela Moreira em sua tese 2017, que quer dizer cultura dos machos, ou masculina.

progressiva das masculinidades violentas na Guiné-Bissau e da sua institucionalização enquanto modelo para o exercício do poder político (Moreira, 2017, p. 7).

A realidade sócio-histórico do país já apresentou um avanço referente à participação das mulheres nos espaços de tomada de decisão, isto é, mulheres na liderança da luta de libertação, como foi abordado anteriormente. Contudo, os processos da participação feminina nos lugares de destaque constituem-se entre progresso e retrocesso, tal como é a estabilidade política. Sobre isso, vale salientar que “a reduzida presença da mulher nos postos de decisão nas organizações políticas e econômicas é um fato objetivo da nossa época” (Gomes, 2009, p. 61), constituindo-se assim de interesse e preocupação em ser abordado, com registros dos esforços femininos na luta da libertação desde a independência, as mulheres guineenses vêm desafiando afirmar essa luta desde então. Sobre isso, Patrícia Godinho, em seu artigo que tratou das mulheres na esfera pública, traz narrativas das situações das mulheres na participação da luta armada na entrada da democracia multipartidária.

A participação das mulheres no poder legislativo no contexto guineense sempre foi desafiadora, isso, porque se observa a relação de poder dada sobre gênero de maneira muito forte, destacando ainda mais a *cultuda di matchundadi*, pois, como sublinha Moreira (2017), os discursos e formas de linguagem vigentes nessa sociedade determinam, nas práticas sociais e nas relações de poder, segundo autora,

[...] a linguagem, que funciona como veículo para a renovação, o reforço e a perpetuação dos estereótipos e discursos veiculados. Assim, a linguagem e o discurso são na verdade instrumentos de poder, de exclusão e de estigma, e a língua, entendida como um código cultural que influencia a construção cultural da identidade masculina e feminina, é na verdade uma ferramenta de dominação e hierarquização dos indivíduos. (Moreira, 2017, p. 84).

Entretanto, sobre a presença feminina na estrutura política do Estado, segundo Gomes (2009), ocorreu inicialmente um avanço seguido de um retrocesso, pois, no que diz respeito a isso, a posição da mulher guineense nas instituições políticas, e no posto de decisão, ficou deixado a quem se deposita lutar e conquistar,

No período pós-independência, a posição das conquistas da mulher nas instituições políticas e postos de decisão ficou aquém das conquistas da luta, e progressivamente foi-se acontecendo a desigualdade de soberania entre os sexos, sobretudo em nível de governo, assim como no setor privado (Gomes, 2009, p. 70).

Diante disso, mesmo que em algumas, foi pensado que o debate de gênero relacionado ao processo da luta armadas, permitiu ou influenciou, de algum modo, na participação das mulheres guineenses nos espaços da decisão. Era esperada essa contínua influência de debate a toda estrutura política do país. Contudo, a mudança política de monopartidarismo à

multipartidarismo traz uma observação de grande diferenciação das percentagens das mulheres na Assembleia Popular em relação às legislações do sistema monopartidário. Assim, de acordo com a autora, “o primeiro governo formado após as primeiras eleições de 1994 contava com apenas duas mulheres num elenco de 26 membros. Esse fato demonstra o profundo desequilíbrio que caracterizava a sociedade guineense em termos políticos” (Gomes, 2009, p.72).

Visto isso, a realidade da relação de gênero com a política expressa outra face dos mecanismos prevaletentes da *cultura di matchunadadi*. Por mais que, em nível social, haja essa preocupação de as mulheres se organizarem e trabalharem valendo-se do seu bem-estar em meios públicos, a política guineense sempre traçou o perfil masculina, razão pela qual muitos estão nela. Por outro lado, a teoria que justifica a maior presença masculina na estrutura do Estado e na sua política vem de argumentos que indicam a realidade histórica colonial e de muitas etnias terem características patriarcal, segundo Moreira (2017, p. 86),

[...] os homens ocupam geralmente os lugares de decisão nas estruturas étnicas e têm privilégios a todos os níveis, tanto no que diz respeito ao acesso aos recursos naturais, materiais e económicos, como às partilhas de heranças e direito à posse de terras, entre outros, fazendo com que a realização material, o sucesso e o protagonismo se afirmem como características essencialmente masculinas na Guiné-Bissau. Este dado é de suma importância para compreendermos as lutas pelo poder – nomeadamente o político – e a escalada de violência provocada por esta, com repercussões em termos do próprio funcionamento do Estado.

No mesmo raciocínio, de acordo com Miguel de Barros e Odete Costa Semedo (2012), dos vários levantamentos feitos do governo pelas organizações da sociedade civil, programas de Nações Unidas no país apontam como motivos da não participação feminina na política fatos ligados aos fatores históricos culturais, além das questões econômicas. Ademais, há a não oportunidade e a falta da implementação das leis. Posto isso, a realidade política da Guiné-Bissau é das mais escancaradas e violentas, mesmo depois de um comprometimento com muitos dos projetos internacionais, dos quais o país faz parte, porém, não constituem esforços pelas suas execuções. Trata-se dos programas e das conferências dos meios projetados com projetos de intervenção à situação das mulheres, como exemplo,

a Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), de 31 de Outubro de 2000, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres vêm alertar as nações para a existência de atropelos aos direitos humanos, sobretudo aos das mulheres que vivem nos países em situação de conflito (Barros; Semedo, 2012, p. 23).

Do mesmo modo, também se constituiu na agenda africana 2063, de acordo com Gomes e Monteiro (2020), a “África que queremos”. Nela, garante-se igualdade de gênero, respeito

pelos direitos humanos, justiça e o Estado de direito a todos/todas cidadãos/cidadãs, sendo constituída na assinatura como Protocolo de Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos. Nessa esteira, observamos as seguintes formas de intervenções que exigem dos governantes a importância da inclusão das mulheres respeitando os princípios da carta dos direitos humanos, assim como das declarações sublimes, da Constituição da República guineense no referido Artº 25º, o qual “garante o princípio da igualdade dos gêneros”. A ideia de garantia dessas questões sobre gênero traz a necessidade exclusiva da qual a própria democracia expressa inclusão sem distinção na participação política. Isso se dá, antes de mais nada, por meio da dinâmica que podemos observar, e o movimento das mulheres vêm ocupando espaço público como lugar para enfrentar a desconstrução, pois:

O espaço político é importante para a compreensão e análise das relações de gênero de uma sociedade e para a identificação das expressões de masculinidade e feminilidade hegemônicas, se partirmos do princípio que o sujeito eleito tende a representar o estereótipo de gênero aclamado, daí que se lhe dê poder (Moreira, 2017, p. 87).

Dadas essas considerações, tendo visto que a participação das mulheres na política não é só um problema nacional, mas internacional, observa-se essa preocupação não só em colocar as mulheres para a exercerem as suas representações enquanto cidadãs, e sim como sujeitos políticos atravessando ações políticas relacionadas não só ao voto, mas à busca do desenvolvimento e da paz. Essa realidade, de acordo com Miguel (2014, p. 93) e segundo dados Inter-Parliamentary Union, da atualização de 2013, as mulheres ocupam, em média, 21,3% das cadeiras nos parlamentos nacionais nos 189 dos países que fazem parte da ONU. Segundo o quadro, os dados realçam, de modo desproporcional, para a representação parlamentar em termos de gênero. Demonstra-se que, dos 102 assentos, apenas 14%, se dão à representação das mulheres¹⁹ no parlamento da Guiné-Bissau, em diferenciação. Na verdade, “o único país em que as mulheres são mais numerosas do que os homens no parlamento é Ruanda, o que é efeito tanto de uma lei de reserva às vagas quanto ao esvaziamento da elite política masculina após o genocídio de 1994 e os julgamentos que se seguiram ele” (Miguel, 2014, p. 93).

Visto estes dados resultantes de retrocessos a representação feminina, pois “em relação às mulheres em posição elegível nos principais partidos políticos, a situação no novo contexto multipartidário é de extrema fraqueza. As mulheres com cargos de decisão nos partidos são poucas, [...]” (Gomes, 2009, p.74), esta enorme incompreensão de representatividade feminina na legislativa do país se justifica pelo que já tratamos acima considerada uma

¹⁹ Disponível em: <http://archive.ipu.org/wmn-e/arc/classif010713.htm>, acessado dia 20, de janeiro de 2025.

abordagem de gênero violento com as mulheres, que continua produzindo assimetrias de gênero. Diante disto,

como forma de vencer o problema da baixa presença de mulheres no Poder Legislativo, em muitos países foram adotadas ações afirmativas, em particular cotas eleitoras por sexo. Dessa maneira, uma parcela das vagas de candidatos ou mesmo dos assentos no parlamento, fica reservada para mulheres (Miguel, 2014, p. 97).

Na luta pela promoção da igualdade de gênero dentro do poder público, a criação da lei de cota, assim conhecida na Guiné-Bissau como lei de paridade, constitui-se como meio de intervenção social e política na busca da representação feminina no poder legislativo, uma das estratégias que vem sendo adotados em muitos países, de acordo com,

a representante do Programa para Parceria entre Homens e Mulheres da União Interparlamentar (IPU) Julie Ballington afirmou há pouco que nos países que adotam o sistema de cotas as mulheres conseguem, em média, 21,7% das cadeiras nos parlamentos, enquanto nos que não adotam, ocupam apenas 11,8%²⁰. (Agência Câmara de Notícias, Neves, 2007. s. p.).

A perspectiva da lei de cota aponta para a participação das mulheres com número acessível e de forma comparativa à percentagem dos seus populares: “do ponto de vista da teoria política, as cotas implicam uma ruptura com um princípio basilar da ordem política liberal, ao indicar que grupo (as mulheres) deve ter preservado seu direito de se fazer ouvir nos espaços de representação” (Miguel, 2014, p.97). O assunto da cota enquanto uma lei que proporciona presença feminina na política e instituições públicas salienta a conscientização de movimentos das mulheres a um objetivo comum, bem como referente à realidade social que elas representam e que sua ausência impacta na política governativa do país, sendo, assim, necessário que assumam a cidadania ativa na reivindicação desses lugares. Com isso, esses países comprometidos e que tiveram lei de cotas como estratégia registram avanço ao que podemos observar sobre a representação das mulheres na política, como apontado na intervenção da Julie Ballington, representante de programa da parceria entre homens e mulheres da União Interparlamentar.

Assim,

as cotas sinalizam que, ainda que o processo de escolha de representantes possa ser formalmente correto, seu resultado é injusto se grupos sociais importantes não encontram presença adequada. Trata-se de uma revalorização da chamada “representação descritiva”, a concepção de que o parlamento deve espelhar a

²⁰ Fonte: Agência Câmara de Notícias, reportagem Maria Neves com edição de Renata Tôrres, disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/>, acessado, dia 20, de janeiro de 2025.

sociedade de onde nasce, considerada pela ciência política, ao longo do século XX, como ingênuo e insatisfatória. (Miguel, 2014, p. 98).

É importante compreender que o próprio parlamento, enquanto espaço que espelha a realidade social do país, fica paradoxal à discrepância a respeito da representação equitativa de gênero dos seus eleitorados existentes. Sobre essa reflexão, partimos do ponto de vista populacional, na realidade da Guiné-Bissau, segundo os dados do último censo realizado em 2009, pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), acerca da repartição da população entre os sexos. No caso, as mulheres constituem acima de 51% da população, dados esses que relacionam a necessidade de que é importante correlacionar a percentagem significativa com base representativa destes eleitorados constituintes majoritárias. Contudo, ao contrário da realidade, temos um conjunto dos fatores que levaram à dominação masculina do país, de um ponto de vista nos termos apontados por Barros e Semedo (2012), que salientaram como um dos fatores as percentagens de analfabetismo maiores nas mulheres em relação aos homens, mas, por outro lado, também, a cultura. Entendemos, assim, que a razão da não participação das mulheres na política no país está mais relacionada à *cultura di matchundadi* colocada por Moreira (2017), pois se encontram também parlamentares homens com níveis, por vezes menores, assumindo cargos com relação às mulheres referentes a níveis acadêmicos.

É inconcebível estar diante de um parlamento cuja quantidade populacional representada com menos percentagens,

Não importa que um parlamento exclusivamente ou quase masculina seja fruto de uma eleição em que as mulheres formavam metade (ou, na verdade, um pouco mais metade) dos votantes. Esse parlamento não é capaz de representá-las de modo adequado e, portanto, são necessárias medidas corretivas, como as cotas (Miguel, 2014, p. 98).

A lei de paridade, antes nomeada de lei de cota na Guiné-Bissau, foi forjada por grupos de mulheres organizadas e mobilizadas nos movimentos sociais e nas políticas, constituindo a promoção da participação política das mulheres um processo institucional. No cerne disto, para Gomes e Monteiro (2020), foi criada a Plataforma Política das Mulheres (PPM) como organização de cunho político, propondo sensibilização das mulheres na participação ativa nas estruturas dos partidos políticos, das instituições políticas e em organização da sociedade civil.

A luta formativa dessa organização se deu com mobilização ativa de diferentes grupos e organizações de sociedade civil, nos meios de comunicação às ONGs e mais. Além disso, contou com grande apoio do departamento da ONU-MULHER. Assim, é preciso fazer chegar esse debate na maioria das escalas sociais, ainda mais pelas necessidades que foram levantadas na quinta seção deste trabalho, acerca da situação sociopolítico, econômico e cultural do país.

No caso, a plataforma constituiu como demandas a inclusão de 40% das mulheres no parlamento, isso é, exigindo os partidos políticos a colocarem essas percentagens sobre as candidaturas. Após muitos debates e subsequentes sessões parlamentares, “em 2018, no mandato de presidente José Mário Vaz, está aprovada a Lei de quota que obriga a participação de 36% de mulheres nas listas de candidaturas para cargos eletivos no parlamento (ANP) guineense, que, paulatinamente, foi ampliado para outras regiões (norte, leste e sul) ” (Gomes; Monteiro, 2020, p. 151).

Segundo as autoras, a lei foi aprovada com 76 votos na estimativa de 102 deputados com uma percentagem abaixo do pedido (40%), chegando, assim, a 36%. Visto o então exposto, a lei de paridade instituiu esperança de uma equidade representativa e de mudança social-política no país, contudo, não por acaso, com o passar dos tempos, nas vésperas de IX legislatura, não foi verificado o cumprimento da referida Lei n.º 4/2018: “verifica-se uma grande disparidade entre a representação de homens face a das mulheres nos lugares públicos e particularmente no poder político mesmo com as leis aprovadas que incentivam as suas participações” (Gomes, Monteiro, 2020, p. 152).

Diante dessa realidade, nota-se desinteresse jurídico dos agentes políticos, como dos movimentos das mulheres em cobrar a aplicabilidade dessa lei, constituindo, desse modo, questionamentos de até que ponto as mulheres vão ser levadas a sério na sociedade e na política guineense. Por outro lado, há reflexões de tons críticos a respeito de como é preciso a tomada de consciência e de responsabilidades daqueles que assumem representar outras principalmente mulheres referências e destaque. Ademais, compreendemos que,

é preciso levar em conta na Guiné-Bissau; é comum a falta de desenvolvimento massivo de mulheres com a política local, uma questão quase cultural- naturalizado, principalmente nos interiores. Porém, as mulheres de classe média ou alta na capital acabam vendo maiores possibilidades na carreira política devido a questões anteriormente levantadas como a dupla – jornada de trabalho (Gomes; Monteiro, 2020, p. 154).

Nessa senda, trazemos como pontos algumas reflexões de resposta de algumas entrevistadas sobre a participação das mulheres na política.

Para a egressa do curso de biologia, Nem Biaí fala:

sempre procuro entender sobre as mulheres que estão nos partidos e têm oportunidade de estar no governo, entender como elas pensam no sentido de criar propostas que beneficiam outras mulheres. Mas descobri uma coisa que quase todas essas mulheres não se levantaram para responder a pauta de gênero, pelo contrário essa pauta que e os encontrou. O problema é que muitas delas conseguiram essa oportunidade sem conhecimento a respeito da representatividade, toda vez são elegidas sempre as mesmas pessoas, mas o

que elas fazem a respeito das outras mulheres? Uma das provas que podemos observar nisto é a lei da paridade. Hoje a representação das deputadas está com número baixo das suas percentagens do que a lei propõe, a cada dia se reduz o processo desta lei, essas mulheres não estão preocupadas com isso e não estão dando amparo aos outros.

No mesmo raciocínio, pontua Elizabete Assamae, estudante de pedagogia, colocando que:

na política guineense a questão de gênero só é problema porque não exista a representatividade, pois aquelas mulheres que estão no parlamento não debatem sobre isto, se tivessem interesse nessa luta de representatividade elas estariam a mobilizar toda a sociedade a chegar com fortes debates e propor essa representação necessária na política, e assim talvez reduzisse problemas das mulheres no país.

Por outro lado, para Sádía Carine Brandão, egressa do curso de enfermagem, afirma:

no que refere nossa política estamos ainda longe sobre a representatividade feminina e precisamos de uma mobilização e aprofundamento na questão de gênero em que as mulheres possam sentir capazes de estar na política, olhando nossa realidade é muito crucial, para nossas parlamentares estando no lugar de decisão são afetados por discursos e falas, que as pega diretamente em seus emocional, então necessita de mais mobilização, só assim permitirá participação de mais mulheres na política e poder chegar nessa equidade.

Diante desses relatos fortes e necessários, deparamo-nos com a ideia de situar a resistência da *cultura di matchundadi*, pois as mulheres criaram relações passivas tal como o povo guineense se acomodou com o conformismo, o que podemos destacar como autoalienação. Não o bastante, as mulheres se conformaram com a inaplicabilidade da lei de paridade, agora se submetem isentas em problematizar tais questões em seus próprios partidos, na realidade, falta-se muito a se fazer, como vimos nestes relatos, tal como propõem Gomes e Monteiro (2020, p. 154).

[...] é necessário ainda, a elaboração de projetos direcionados aos incentivos, à criação de grupos regionais, setoriais que tratam de temas importante sobre mulheres, mobilizando-as em participar nos espaços de poder ou liderança, isso pode ser uma das formas de criar base para a autonomia da política engajada feminina, além de dar espaço para discutir o papel exercido pela mulher tanto nas zonas urbanas ou rurais (cidades, comunidades e *tabancas*).

Do mesmo modo, consideramos a importância das políticas públicas na questão do gênero tratado em todas as esferas sociais, principalmente na educação, como mecanismo para se fazer chegar à conscientização social sobre a participação das mulheres no espaço público e da própria equidade e igualdade de gênero, a partir de um pensamento crítico em relação às

políticas para inclusão, sem deixar de mencionar da necessidade de um ativismo forte para embasar relativas construções de gênero. Sobre essas menções, estaremos influenciadas a lutar pela representatividade e reconhecimento político da importância das mulheres no espaço da tomada de decisão e na busca do desenvolvimento e da paz.

Sendo assim, portanto, em seguida, propomos abordar a última seção, mulheres guineense no campo da pesquisa de gênero como estratégia pela busca da desconstrução da *cultura di matchundadi*, na promoção da igualdade de gênero, destacando nela possibilidades da emancipação feminina na sociedade guineense.

5.2 MULHERES GUINEENSES NO CAMPO DA PESQUISA: ESTUDO DE GÊNERO COMO ESTRATÉGIA DA DESCONSTRUÇÃO PARA EMANCIPAÇÃO

A relação das mulheres guineenses com a academia foi de pouco tempo, e esse recente contato das mulheres em muitas áreas dos estudos produziu pesquisas, merecem nossa atenção até para compreender motivos dessa ausência e suas representações no campo acadêmico, que por muito tempo era ausente no que refere a representação das figuras femininas.

Todo contexto histórico do país demonstra as explicações referentes às razões dessa ausência. Isso se dá também devido às situações socioculturais com relação à nossa sociedade, a qual não tem muitas mulheres nos espaços de academia desde muito tempo atrás. Hoje, problematizam-se muitas questões com temáticas ligadas à presença feminina na educação e, em especial, no ensino superior, temáticas que buscam compreender motivos, desafios e dificuldades das mulheres no que se refere a terem acesso e permanência no processo formativo.

A realidade histórica do ensino superior no país sempre foi um desafio desde a época da colonização até os dias de hoje. Sobre isso, segundo Arnaldo Sucuma (2017), o país foi um dos últimos a ter uma universidade pública do Estado entre as ex-colônias portuguesas, os únicos meios de ensino superior antes foram constituídos na década de 1960 e eram “Escolas Técnicas” de formação profissional, muitas “vocacionadas na área de formação industrial e outras” (serralharia, mecânica, eletricidade, contabilidade etc.). Tais escolas eram herdadas da administração colonial, posteriormente, nos anos de 1970, foram criados ensinos politécnicos, os quais ainda existem, a saber: as escolas de formação dos professores, técnicos de saúde, administração; e mais tarde foi criada a primeira instituição universitária, em 1999, a Universidade Amílcar Cabral (UCA), que passou a funcionar só em 2003.

Percebe-se a educação superior guineense constituída com atrasos, e, analisando esse fato, percebe-se que isso levou o país a carecer, por muito tempo, dos profissionais altamente

qualificados. Esses atrasos caminharam como situação política do país. Hoje muitas das instituições universitárias existentes são privadas, bem como os demais centros de ensino superior, com exceção da única universidade pública do Estado (UCA), a qual ainda podemos dizer que é financiada pelo Estado.

No entanto, compreender a educação superior e como são as relações de gênero exige entender o meio para acesso e permanência no processo formativo. A realidade do país dispensa políticas públicas educacionais em dar a facilidade para as pessoas estudarem, o que se vê na realidade social é uma educação para os que têm condição social e financeira, pois para todos é exigida propinas mensais.

Quando se afirma a ausência das mulheres no ensino superior, partimos dos dados estatísticos e das experiências sociais de muitas famílias guineenses, a qual é visível desde ensino básico a desigualdade destes números equitativos de meninos e meninas na educação, uma preocupação que vem sendo trabalhado já, há anos pelos organismos internacionais (ONGs). Por motivos socioculturais e econômicos, desde cedo, muitas mulheres não conseguem ingressar, permanecer e terminar o ensino básico, tal como no ensino superior. A realidade é que os motivos dessa situação destacam a menção dos fatores, como evasão escolar, algumas práticas culturais, questões financeiras, condições das próprias escolas, sendo algumas das razões a implicar na presença feminina em toda estrutura educativa do país, questão essa que sempre é negligenciada por Estado.

Para além disso, nota-se uma discrepância, pois a maioria das escolas e universidades de formação superior são concentradas na capital, deixando outras regiões com necessidade, o que constitui, assim, um atraso não só no desenvolvimento, mas nas demandas pelo número de pessoas que precisam continuar com os estudos, as quais, por questão da condição e da distância da capital, acabam por desistir. É por essa razão que muitos jovens acabam escolhendo e se interessando em estudar no estrangeiro, não permanecendo no país, por não terem condição de cursar formação superior. Nessa dimensão, o Brasil está sendo um dos países com destaque nas suas políticas de relações internacional de ações solidárias com projetos de vagas aos estudantes africanos principalmente dos países de PALOP, os quais podem vir estudar nas universidades federais brasileiras, com diferentes programas tal qual vemos a política de criação da Unilab, que vem ajudando muitos jovens guineenses de famílias carentiadas a realizar o sonho de cursar o ensino superior.

Entretanto, apesar de não fazer parte desta discussão, era necessário destacar a situação educacional da Guiné-Bissau, para, assim, compreender o aspecto problemático em destaque. O campo de pesquisa hoje constitui um meio estratégico das mulheres guineenses na

problematização dos fatores, como no caso da desigualdade de gênero, violência sexual e mais outros. A ideia é trazer uma abordagem nesta subseção construindo reflexão em proposta da nossa hipótese, referente à influência dos estudos de gênero nos interesses das mulheres guineenses em pensar a produção dos trabalhos científicos ligadas a gênero no contexto guineense.

A produção do conhecimento é um processo contextual e político, e, a depender do que colocasse a ser estudado, pressupõe uma preocupação. Estudos de gênero ou feministas caracterizam-se pelas epistemologias emergentes, como menciona Jenniffer Simpson (2012). A luta feminista deixou de se dar paulatinamente em discursos de militância ou de estar na rua e passou a se constituir enquanto ação de intervenção na instituição de ensino principalmente nas universidades. Por meio desse posicionamento, seu entendimento recai na necessidade de transformação social de constituir uma frente contra a instituição do patriarcado e por consequente machismo. Entretanto, “movimentar-se contra essa estrutura opressora é uma experiência social emergente, um posicionamento ético, uma política de subjetivação que descentraliza o poder e multiplica as resistências” (Simpson, 2012, p. 37).

A epistemologia feminista caracteriza-se por um tipo de produção do conhecimento que, como foi mencionada em outras seções, é de caráter político por se expressar uma nova linguagem e de uma produção contradiscursiva. Essa construção diferencial define a relação social do gênero como denúncia nos pensamentos da Margareth Rago (1998). Assim, os resultados impactantes da movimentação da produção de conhecimento dos estudos de gênero ou de mulheres constituem rupturas teóricas e práticas que, “além do mais, seria ingênuo considerar que a teoria feminista rompe absolutamente com os modelos de conhecimento dominantes nas Ciências Humanas, sem reconhecer que há rupturas, há também muitas permanências em relação à tradição científica” (Rago, 1998, p. 2).

A busca por responder as realidades sociais das questões, que compreendem a relação de poder e dos discursos destes e as lutas das mulheres, pressupõe sempre trazer experiências sociais, culturais e histórica das mulheres, à medida que as suas produções ganham atenção e reportam a peculiaridades nas ciências, priorizando a subjetividade. Nesse âmbito, além de crítico, também posiciona rebeldemente romper com as estruturações dos próprios procedimentos metodológicos da produção de conhecimento.

Portanto, “a oferta da disciplina Estudos de Gênero na educação superior tem um significado micropolítico, levantando questões sobre a reflexão institucional, cultura organizacional, discurso sobre as políticas e a eficácia do feminismo e sua intervenção na mudança”, de acordo com Louise Morley (2002, p. 57). As narrativas começam a ser diferentes

da realidade discursiva, partindo, assim, não da questão biológico, mas da explicação cultural, o que se revela como um dos maiores acertos das mulheres ao pegarem a luta feminista como uma questão política.

Por meio dessa engenharia, como melhor forma de se chegar ao público crítico e por sequência intuir a transformação, os estudos de gênero na academia são uma estratégia interessante no pensar de hoje. Seu resultado, em grande escala, no que se refere aos números dos trabalhos já produzidos por mulheres, falando sobre gênero, feminismo e mulheres, e saber que pelo fato social de agir, pensar e sentirmo-nos acuadas pela forma como somos tratadas no dia a dia, deu escolha de posicionar alguns radicais diante da real situação de gênero. Por isso, devido a essas questões,

o crescimento dos Estudos de Gênero levanta questões sobre a presença de discurso libertário e oposicionista, sobre estratégias para influenciar mudanças, e sobre as consequências micropolíticas da criação do conhecimento feminista dentro de estruturas de organizações dominantes de produção de conhecimento. (Morley, 2002, p. 58).

Quando observamos mulheres pesquisadoras desenvolverem temáticas de gênero, logo chama atenção o que estão a dizer em seus trabalhos. Algumas denunciam a realidade que os machucam cotidianamente, outras buscam dar suas vozes descartando o silêncio. Nisso se compreende a constituição da social nas formas de conhecimento. É a partir da conscientização das mulheres que há hoje muitas formas de produção de pesquisa, sendo assim, na perspectiva interna de Donna Haraway (1995, p. 9), é “privilegiada, já que todas as fronteiras internas-externas do conhecimento são teorizadas como movimentos de poder, não movimentos em direção à verdade”. Sendo vista a importância dessa movimentação, as disciplinas de estudos de gênero oferecem um serviço teórico e político, dando às mulheres poder de afirmar com um discurso de poder o desejo de melhoria e mudança social no que se refere a fatores de situações determinadas com a construção de gênero (Morley, 2002).

A influência de estudos de gênero distingue as perspectivas de acordo com tipos de feminismo, contudo, como foram discutidas nas seções anteriores, há a existência de diferentes feminismos, os quais contextualizam a realidade social e concentram nessa mulher específica, atravessada por fatores histórico, cultural e social, além de raça, classe, etnia, gênero etc., elementos determinadores da representação social alocados no contexto do seu problema. Por meio dessas questões, as mulheres são influenciadas na academia por meio das suas escolhas representadas nas suas identidades. Dessa forma, passam a existir as estratégias micropolíticas das mulheres de se defenderem e se interessarem na academia a promover trabalhos que relatam suas especificidades (Morley, 2002).

A discussão sobre o que constitui e de que precisam os Estudos das Mulheres foi ensaiada na última década. Os debates continuaram para definir se a influência feminista se sustenta melhor dentro dos limites da disciplina, ou separadamente agrupada na forma de Estudos de Gênero (Morley, 2002, p.61).

Por outro lado, reconhecemos que, na academia, assim como em quaisquer outras instituições, é visível a realidade organizacional sendo definida pela cultura masculina, pois assim foi instituída como um espaço masculina, em que compreendem conflitos mesmo não sendo expostas, mas vivenciadas nas estruturas emanadas e edificadas na sua representação, o que ainda constituiu desafio às mulheres para permanecerem e reexistirem nas universidades. Diante disso, segundo Morley (2002), a cultura masculina organizacional é um dos obstáculos que impediram o progresso das mulheres. Para isso constituir formas de combate a esse comportamento estruturado, necessitamos entender a dimensão da luta feminista, produzindo disciplinas dos cursos que incluam debate sobre gênero.

É importante considerar se os Estudos de Gênero requerem uma mudança mais ampla na academia. As relações de poder assimétricas formam a cultura organizacional, e a cultura organizacional reforça a opressão de gênero, classe e raça. Isto é muito significativo em termos do papel das feministas como agentes de mudança na academia, e levanta questões de como as mulheres mediam os efeitos das políticas e criam uma diferença nas organizações. A associação com os Estudos de Gênero numa cultura organizacional de gênero pode servir para fortalecer a identidade micropolítica das mulheres como “o outro” na academia (Morley, 2002, p. 69).

Tendo essas considerações que enquadram nossa problemática, a saber, a especificidade da Unilab enquanto uma universidade com característica multidentitária, são apresentadas diferentes propostas não só para o ensino, mas para a extensão e a pesquisa. Por meio disso, propõe propostas diversas que compõem PPC (programas políticos do curso) e ofertas das disciplinas que trazem reflexões sobre a discussão de gênero, sobretudo destacadas nas áreas das humanas. As propostas das epistemologias críticas nas Ciências Humanas da Unilab vêm sendo uma referência de uma universidade “Pluriuniversal” com contribuição apresentada que articula as temáticas da produção do conhecimento, advindas dos movimentos sociais que impactaram as relações étnico-raciais brasileiras, as quais, por muito tempo, não faziam parte da academia (Gomes, 2021).

Desse modo, muitas das temáticas de TCCs ou dos trabalhos acadêmicos tendem a apresentar uma relação com temáticas com a perspectivas dos debates que aqui são levantados, já mencionamos que a maioria dos temas centram na questão da identidade, as que hoje são norteadoras dos projetos das políticas públicas, constituindo atenção a um grupo de pessoas que, no passado, não fazia parte desta esteira social e de seus conhecimentos que também não eram tratados como científicos. Nota-se que a perspectiva discursiva de experiências de

muitos/as pesquisadores/as da Unilab constituem, nos efeitos desta representação, trazer aquilo que foi rejeitado das realidades dos países africanos, dos povos indígenas, dos quilombos, afros e etc. tal como podemos ver nos estudos de gênero, o trajeto da discussão do gênero aqui na Unilab, pelo que tivemos no resultado da pesquisa, foi dado por diferentes contextos, até na escolha política de um tipo de representação do debate de gênero, de posicionar consciente sobre o que qualquer discurso carregará em cada estudante.

Nesse sentido, escolher discutir gênero para mulheres africanas é um desafio, não só no que se refere a enfrentar a realidade social da cultura masculina, mas também em relação ao posicionamento sobre qual perspectiva feminista adotar, pois a realidade é que temos tido justificativas da que representação respeita e acolhe nossa situação enquanto africanas e guineenses. Para muitas mulheres, discutir gênero traz nelas o início das contradições, pois, antes de terem amadurecimento com debate de gênero ou feminismo, queriam contextualizar a questão feminista pela situação sócio-histórico das suas sociedades. Podemos observar esses entendimentos nos seus relatos, destacando-se aqui algumas das falas que demonstram o porquê e como as mulheres guineenses, estando na Unilab, passaram a ter interesses na discussão feminista e nas temáticas de mulheres e gênero.

Elizabente Essamai Manga, estudante de Pedagogia, expõe que:

na Guiné-Bissau não discutia questões que se aproximavam do debate de gênero, mas muitas das questões que sentia era em casa e na escola, pensava a razão do porquê? Muitas das tarefas de casa eram feitas só por nós meninas. E na escola quando íamos organizar a turma para ter chefe da sala eram só os meninos que candidatavam, para chefe de higiene era a menina, isto porque associa-se com tarefa doméstico e automaticamente era figurada a gênero feminino.

No mesmo ponto de vista, expõe Nadia Aminata Gomes Mané, licenciada em Pedagogia e mestranda no Mestrado Interdisciplinar em Humanidades:

Antes não ouvia falar da discussão de gênero, fui criada pela minha avó, na nossa casa não há divisão de tarefas de casa todos faziam, porém, minha avó sempre dizia vocês (netas meninas) têm que trabalhar mais pois um dia irão se casar, e precisam aperfeiçoar esses vossos aprendizados com os trabalhos domésticos.

Windjaba Djop, egressa do curso de Humanidades, por sua vez, relata:

eu não discutia gênero quando ainda estava em Bissau, mas de maneira informal diferente com quando vi aqui no Brasil tendo contato através da academia com carga de leitura. Eu fui uma criança muito rebelde, nasci numa família muçulmana e sou dessa religião, pertença etnia mandinga, minha avó é da etnia Bidjugos. Na casa onde cresci tem a questão do papel de gênero

muito forte em dividir o que era atividades das meninas e dos meninos, a tarefa de casa sempre era ocupada por mulheres e os meninos podiam sair para jogar brincar ou ir outro lado sem problema e não fazendo nada em casa. Isso me parecia muito injusto e sendo a rebelde da casa sempre reclamava”.

Para a estudante de antropologia Joarsen Embalo:

A questão de gênero nunca fazia parte da minha rotina e discussão, sendo homem distanciamos dela devido ao privilégio que nós é dado, eram as mulheres que são encarregadas de tarefas de casa, e essa a criação que recebi sem questionamento assim como muitos dos homens, por isso que antes não entendia nada sobre a discussão do feminismo, mas agora entendo porque tenho contanto.

Por meio desses relatos, compreendemos a necessidade que leva muitos dos estudantes sejam elas mulheres ou homens, algumas vezes, a pensar a discutir a questão de gênero, retratando a realidade guineense, como exorta uma das interlocutoras, Windjaba Djop sobre a influência dos estudos de gênero nas estudantes guineenses, ao produzirem trabalho acadêmico. A ex-estudante depõe que:

Se alguém está a escrever uma temática ou vai pesquisar um algo é algum desassossego que coloca a pessoa a pesquisar sobre, e se não existir-se essa preocupação de debate aqui na Unilab, eu acho nem você nem eu ou outra pessoa se interessaria a pesquisar gênero dentro do nosso contexto.

Se os trabalhos acadêmicos de muitos estudantes expressam os seus desassossegos, isso significa dizer que os referidos trabalhos direcionam, reportam e denunciam que, por consequência, no fundo, a intenção é olharmos essa forma de relação social. Além disso, entender os interesses dos estudos de gênero na dimensão política da sua influência permeia com resultados superados dos impactos desses debates. Muitos dos relatos dados definem o conflito, o qual estaria ligado às suas criações ou educação frente a um novo conhecimento.

O depoimento da estudante de biologia Nem Biai egressa da Unilab conta que:

Tudo que hoje me fez conhecer sobre o debate de gênero e do feminismo, foi graças aos movimentos estudantis da Unilab e de grupos das mulheres que trabalhavam com temáticas de mulheres com relação a questão de gênero. Grupos que contribuíram bastante na minha formação enquanto mulher e acadêmica, tive privilégio de passar por grupo de Rima, Sol-Afro, agora pertence coletivo para emancipação de meninas guineenses a Cemgui, por isso hoje sempre que posso tento incluir debate de gênero na minha agenda de pesquisa, discussão cria influência na construção dos trabalhos, mesmo para aqueles que não se participam nos grupos, mas são influenciados até no posicionamento. E acho que ainda vamos ver resultado desta influência com tempo.

De fato, a forma como muitas estudantes na Unilab se deparam com a necessidade de problematizar temáticas sobre mulheres define seus desempenhos com a preocupação social com os desafios que ainda nós mulheres enfrentamos. No entanto, saber que muitas dessas influências são graças aos trabalhos de outras mulheres não só dos colegas do grupo ou da comunidade, e sim também das referências das obras de mulheres não só africana ou guineenses mais de todas, que foram desenvolvidas e destaca o papel estratégico da educação nas formas de frete ao sistema organizacional da cultura patriarcal desta era moderna, portanto,

“como uma disciplina, os Estudos de Gênero permitem o acesso para os indivíduos, comunidades, experiências de vida e conhecimentos que foram tradicionalmente excluídos da academia. [...] O pessoal feminista da academia pode ser agente de conhecimento, fazendo intervenções micropolíticas, não somente na oferta de cursos e na sua organização” (Morley, 2002, p.70).

Diante desses depoimentos, podemos afirmar, assim como expõe Windjaba Djop, que o *“ato de escrever é um ato político”*, partindo pela escolha do que escrevemos e de que perspectiva argumentar a situação crítica de uma realidade, a qual, dentro da ciência, é considerada conhecimento subjetivo, é escolher enfrentar e determinar seu lugar, é reconhecer que a *“dimensão da desigualdade de gênero e social, atravessa diversas assimetrias do poder, acarretou vários modos de resistências epistemológicas, práticas e subjetivas, no sentido de tornar visível e inaceitável o que era considerado natural”* (Simpson, 2012, p. 40).

O pensamento feminista continua a ser uma revanche aos modos comportamental depositada da construção de gênero, por isso, nas falas do Jarealdino Sambé, egresso do curso da sociologia e do Mih, aponta-se que

todas as temáticas ligadas ao gênero são importantes, contudo, tomando-o sobre o contexto do seu estudo e o anglo da sua observação enquanto a contextualização, vendo para Guiné-Bissau, podemos apegar de todos os modelos considerado que ainda está na fase embrionária, para analisar a definição dos papéis sociais associada às mulheres.

Posto isto, tomamos da sua afirmação sobre *“a realidade do problema da discriminação de gênero transcende a identificação de gênero”*, de pessoa consciente que entende a questão em si, sem distinguir gênero masculino ou feminino, mas saber do seu impacto a forma como *“nossa sociedade de modo geral está formada, e como os papéis sociais são assumidos com base na diferenciação deste gênero”*. Tais reflexões se assemelham com a fala da interlocutora Sadia Carine Brandão, também egressa do curso de enfermagem, que observa a

importância do debate dos estudos de gênero para as mulheres como um meio onde, podemos estudar, participar porque é uma forma de nos ajudar e empoderar, saber do nosso poder, reconhecer o que não podemos aceitar que a sociedade normalizou só porque cresceu ouvir falar ou porque cresceu nesta cultura machista, querer conversar sobre o machismo do patriarcado e tudo, é a gente se começar a ver nas histórias de outras e várias situações em que vamos percebendo algumas dinâmicas que acontecem na sociedade e que realmente por sermos mulheres passamos elas.

Percebe-se há uma preocupação coletiva das mulheres se organizaram em grupos para dividir e compartilhar experiências de onde quer que estejam, sendo estas denota-se nos relatos narrados e das observações tidas durante o percurso da realização desta pesquisa, certamente esta mesma se constitui no destaque dos interesses também da produção científica sobre gênero e feminismo. Segundo Louro (2014) a pesquisadora feminista se encontra em um impasse, dividido a desnecessidade objetiva, em que para estes (pesquisadoras/es) o feminismo implica posicionamento comprometedor e política contra o demandado norma científica, visto que a “pesquisa feminista é, então assumidamente, uma pesquisa interessada e comprometida, ela fala de um dado lugar” (Louro, 2014, p.147).

Por esses motivos as grandes obras pesquisadas por mulheres têm sido questionadas cientificamente, contudo isso não constituiu desmotivação o percurso histórico das pesquisas sobre mulheres, feminismos e gênero, referências dos trabalhos produzidos constituem uma das bases principais em influências e mobilização de interesses em debates de gênero e do feminismo, na realidade para os relatos dados por muitas das interlocutoras da pesquisa, contam que com leituras dos trabalhos dos colegas que passaram na Unilab e escreverem seus TCCs tiveram interesses, além de obras de uma das referências que podemos destacar hoje que temos acompanhados nos números de artigos que nela vem produzindo sobre mulheres guineenses, a acadêmica Patrícia Godinho Gomes, trazendo questões que se constituem bases das situações das mulheres na Guiné-Bissau, além de outras as citadas no momento da entrevista, destaques Artemisa Odila Candé Monteiro professora na Unilab, e das, Peti Mama Gomes, Yadira Empata, Yolanda Falcão, Dala Djop e entre outras, todas hoje egressas da Unilab que de muitas produziram trabalhos com questão de gênero no contexto guineense.

Criando ruptura no seio social da comunidade acadêmica como destinadas a todos que se propõem estudar situação das mulheres guineenses, além de enfrentar desafios de ser mulher trazem, uma noção de compartilhar coragem para expor tais desafios, como podemos ver no ensaio crítico de uma das egressas Naetrem Sanca, intitulada “Eu te incomodo por ser uma feminista africana?”(2018)²¹, segundo os apontes da autora, trazia a questão que já foi destacada

²¹ Site por dentro da África. Acesso em: 15 jan. 2025.

sobre como as estudantes guineenses e africanas lidam com discursos negativos de serem feministas, críticas incontextuais dos grupos de jovens que não viam a importância desta discussão deixando todos os trajetos impactantes dos papéis de gênero nas vidas das mulheres, com fortes pontos, Sanca expõe um problema que ultrapassa o que já foi mencionada anteriormente por um dos interlocutor Jeraldino, de que a questão de gênero transcende a identificação de gênero, em um dos parágrafos do seu ensaio, ela coloca, “Já ouvi várias vezes nos corredores da universidade: *“Vais ser feminista só aqui no Brasil”*, aí eu pergunto: *Será que ser feminista na Guiné-Bissau é crime?* Se for, assim serei condenada porque não vou me calar sabendo que as minhas irmãs estão sendo violentadas”.

Trazer estes relatos que muitas mulheres que ousam afirmar ser feminista enfrentam, por outro lado, demonstra motivos de muitas pessoas que ainda não entendem e falam mal sem saber sobre o feminismo, apegam com discursos superficiais, nas redes sociais, nos meios midiáticos incontextuais para tratar o feminismo, reconhecemos que são essas as razões que colocam as lutas feministas em desafios e dificuldades, pois como são apegados estes discursos manipulados com bases nas representações religiosas para justificar um menosprezo as lutas das mulheres, tornou-se uma disputa ideológica política, pois o que marcou história agora enfrenta a distorções sociais.

Exemplo disto, foi narrada pela entrevistada Nem Biaí em dizer “ há falta no entendimento de muitas questões dos estudos de gênero na Guiné-Bissau, uma delas é o modo como são interpretados muitos conceitos, como “empoderamento” tido comparação totalmente diferente com o que o conceito coloca”. Ela é associada com as definições materialistas dizendo que as mulheres empoderada são aquelas que tem uma vida financeira e podem comprar o que quiser, tem carro, coisas do luxo e mais, essas interpretações para Biaí é muito presente na realidade guineense, a forma como muitas pessoas tem tido esses pensamentos, sem saber que muitas desses materiais as vezes vêm dos homens que bancam estas mulheres que discursam serem empoderadas.

Portanto, o modo como são distorcidos certos conhecimentos de mera importância para própria conscientização social continua colocando a necessidade das situações das mulheres guineenses, a falta de conhecimento e de uma educação de qualidade que levam essas questões da desvalorização do conhecimento aos jovens guineenses. Essa preocupação precisa ser respondida por todos os pesquisadores e trabalhada na educação como alavanca da mudança social.

Assim como propõe Joarser Embalo, estudante da Antropologia:

Na realidade guineense é necessária uma profunda discussão, com atenção de um processo da sensibilização no ensino superior, nas comunidades e mais, realização de eventos no centro da cidade e nos interiores, assim pouco a pouco vamos desconstruindo muitas situações relacionadas a gênero.

No mesmo ponto de vista, Nadia, estudante de Pedagogia e do Mih, mostra que:

Não há projeto ativo que propõe discussão de gênero pelo que acompanho, mas uma realidade que só quando tem ou acontece algo com mulheres que se debatem gênero e é uma discussão limitada a se direcionar a questionamento do acontecido. O que precisa ser feito para acabar com a desigualdade de gênero é uma formação dos professores, pois só o currículo não responderá, além disso também, é preciso levar em conta todo contexto sociocultural do país, desenvolver um ensino que valoriza a oralidade para transmissão dos saberes ensinar os meninos e meninas, homens e mulheres do mais velho a novo sem divisão de relação. Promover uma sensibilização nas zonas urbanas e rurais, conectar essas informações nas rádios e mais

Vistas essas propostas interessantes e necessárias, mostram que não podemos combater tais fatores sociais de gênero sem antes pensar na nossa educação. As realidades de muitos problemas necessitam de atitudes que comprometam com mudança. Sem a consciência da real situação que atravessa nossa sociedade, continuaremos a nos afastar das importantes maneiras de enfrentar fenômenos que assolam nosso país e nossa forma de relacionar. Sobre isso, a partir da afirmação da Naetrem Sanca (2018, p. 23), é de se saber que

o feminismo africano sempre abriu as portas para os homens, acreditando que juntos derrubaríamos esse sistema opressor, que afeta homens e mulheres. Os homens são ensinados que ‘demonstrar sentimento é coisa de mulher e que devem permanecer machos’. Eles precisam entender que ser feminista não é sinônimo de lutar contra os homens, e muito menos roubar o lugar dos homens.

Sou feminista sim, mas se isso te incomoda de alguma forma, o problema não está em mim, mas no seu medo de me ver bem ao lado de ti. Acredito que juntos mudaremos o mundo porque essa luta não é só das mulheres, mas de todas as pessoas que acreditam e que reconhecem que existe um grave problema de desigualdade de gênero que deve ser combatido.

Portanto, a reflexão que fica nesta apresentação é que hoje, no campo da pesquisa, as mulheres guineenses vêm levantando suas vozes, pontuam olhar crítico e protagonizando esse lugar com referência sobre elas mesmas ao falarem delas. No entanto, é de se considerar também que essa convicção situa politicamente o propósito desses trabalhos, que são desenvolvidos dimensionando suas contribuições academicamente e socialmente. Isso se dá contextualizando a sociedade guineense com produções, tratando das situações de mulheres em toda esfera social, por isso, hoje, encontra-se um número considerável das produções

referenciais no meio científico, falando das mulheres guineenses, fruto de um compromisso e de uma preocupação suscitadas com movimentação social delas dentro da academia.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A busca por uma produção libertadora contextualizada passa pelo processo da emancipação, mais que tudo, situa-se no reconhecimento da diversidade e diferença como fatores que impactam a realidade compartilhada com significados e sentidos vividos. A reflexão hoje a ser tomada tem a identidade como questão importante, expressa o real contexto que se encontra no mundo, muitos dos debates referenciam o novo contexto com diferentes interpretações, passando do século que consolidou a modernidade, diante de vários eventos históricos, ao mundo que vem se constituindo, a cada dia, como um processo acelerado de transformações, isto é, constituindo novos paradigmas principalmente nas ciências sociais e humanas.

A realidade social nos instiga a observá-la e analisá-la a partir dos determinantes posicionados em categorias, por meio das quais são percebidas a organização social e os seus significados nas relações sociais e nos modos de produção. Essas categorias destacam-se como gênero, raça, sexualidade, representação, identidade, diferença e etnicidade, desigualdade social e redistribuição, Estado e relações internacionais, políticas públicas, trabalho, esfera pública/privado e entre outros fatores que podemos alocar-se nas categorias de análises sociais.

Muitas dessas questões tornaram-se demanda do novo contexto, principalmente sendo necessidades no âmbito das ciências sociais e humanas, situando essas responsabilidades às academias, mas com entendimento de que o centro desses problemas está para o sistema capitalista por meio da tendência da globalização. Isso nos leva a considerar este posicionamento como algo político dos atores sociais que o escolhem para mostrar para nós sobre diferentes formas de se constituir uma ruptura social e epistemológica.

Há muito tempo, como se pode ver, o campo científico tem uma identidade universalizada, e sua localização geográfica elevada passa a ser a mesma. Com base nessa reflexão, encontramos teorias críticas que falam sobre seus próprios blocos, discutindo alteridade da tendência política da ciência, até para aqueles contextos que se situam fora do sistema. Assim, referimo-nos aos posicionamentos dos pós-estruturalistas, movimentos sufragistas (feminismo) e dos blocos marginalizados constituintes da desgraça histórica, localidades geográficas que tiveram experiências com colonização, tendo em destaque as perspectivas dos estudos de africanos e das concepções dadas por Santos (2010), como alternativa, no caso, há a perspectiva do Sul global.

As marcações das alternativas, enquanto novo paradigma, consistem como ruptura do pensamento hegemônico, partindo desse ponto, centramos atenção nos estudos de gênero que,

por outro lado, destacam-se à frente na evolução no confronto com o pensamento Ocidental tido homogeneizado. Nessa linha de pensamento é que o nosso trabalho construiu o seu perfil colocando-se enquanto fundamento da teoria crítica, trazendo as abordagens sob representação as diferentes formas de percepção da realidade social e evidenciando os aspectos coletivos como pessoais (Touraine, 2007).

O debate não era mais só sobre as formas de relações e de produção, pois se entende que, a depender de onde cada uma venha, elas são atravessadas com um tipo diferencial da organização do modo de ser, de se comportar, ver o mundo e se relacionar. Esse aspecto particular é compreendido como processo formal de cada sujeito, a sociologia explica que o indivíduo exerce um perfil sob qual foi introduzida a ela as formas de ver o mundo do seu meio, de modo que torna num sujeito formado a partir das regras que nestas realidades são determinados, símbolos e significados são dados e mais, ao ponto de que não aparece sua individualidade.

Diante desse entendimento, enfatizar os sentidos que reconhecem esses fatores possibilita ver a constituição de paradigmas, mais ainda no feminismo, problematizando o paradigma de gênero a partir das dimensões culturais, como também lançando o olhar para composição das múltiplas construções culturais, assim conceituada como multiculturalismo e esta procura dar a representação as diferentes formas existentes das identidades posicionada num sujeito com recontro temporal-histórico, cultural, social e mais. É nisso que se justificam as múltiplas perspectivas do feminismo, que são conceituadas, por vezes, como feminismos plurais. Configura a ideia de representação do Outro passando a ser sujeito histórico social dentro dos constituídos sobre ela.

Para essas considerações, este estudo permitiu uma resposta ainda não acabada sobre aquilo que fundamentamos ser nossa hipótese, pois se compreende que foi a partir da perspectiva de contextualização que, em diferentes contextos, se discute gênero e os estudos repercutem de maneira diferente em cada sociedade, almejando-se, com isso, transformações. Nas universidades, essas discussões estão mais ativas, e são motivadas, com referenciais teóricos, as abordagens de posturas político-críticas com as naturalizações dos fenômenos centradas no campo dos estudos de gênero.

Tal fato demonstra o enquadramento da realidade da Unilab enquanto uma universidade com uma particularidade instituída em sua diversidade com relação às políticas educacionais que nela são constituídas em PPC dos cursos ou na própria estruturação dos projetos. A verdade é que devido a essa peculiaridade, cuja atenção atravessa barreiras de identidade, gênero, raça etc., que se permite que a constituída pertença e a preocupação com a produção de um conjunto

epistemologia questione a hegemonia e enquadre a importância de levar em consideração o lugar que estamos falando e respondendo.

Assim, por todo exposto aqui neste trabalho, demonstra-se a relevância de muitas discentes africanas, em particular as guineenses, as quais se propõem produzir discussão de gênero em suas realidades, levando em consideração todos os aspectos históricos e sociocultural que nos atravessam. Nessa esteira, o presente trabalho, dessa forma, se enquadra como um conjunto de busca por afirmação identitária e de preocupação com fenômenos, como desigualdade, feminicídio, estupros etc., fatores que afetam nossa sociedade.

Enfim, a relação de gênero como construção social relega de nós interesses em interpretá-la como fenômeno social. Sobre isso, para a sociedade guineense, é necessário ainda mais um olhar sobre ela, produzindo o respeito, criando projetos de intervenções e sensibilizações. Essas são estratégias de alcance para aqueles que estão na academia buscarem intervir politicamente sobre o que carregam os outros setores sociais da nossa realidade. É com essa estratégia que podemos imaginar a existência da equidade de gênero em todas as esferas públicas, aumentando as percentagens das mulheres na educação sem a dificuldade para acessá-la, ampliando a educação sexual, bem como dando melhores condições nos hospitais para que estas possam dar à luz a crianças mais saudáveis e etc.

REFERÊNCIA

- ADESINA, Jimi. **Práticas da Sociologia Africana: Lições de endogeneidade e gênero na academia.** Trad. de João Paulo Borges Coelho e Teresa Cruz e Silva. Dakar: Condesia, 2012.
- ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Tithi; FRAZER, Nancy. **Feminismo 99%: um manifesto.** Trad. de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Biotempo, 2019.
- ASSANTE, Molefi Kete. Afroncentridade: Notas sobre posição disciplinar. In: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **“Afroncentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora”** São Paulo: ed. Sankofa: Matrizes Africanas da Cultura Brasileira, 2009.
- BÂ, Hampaté. Tradição Viva. In.: KI-ZERBO, Joseph. (org.). **História Geral da África, I Metodologia Pré-história da África.** 2. ed. Brasília, DF: UNESCO, 2010.
- BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento.** Trad. de Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Ed. Contraponto, 1996.
- BAIROS, Luiza. Novos feminismos revisitados. **Revista Estudos Feminista**, Rio de Janeiro, v. 3 n. 2, 1995.
- BALDÉ, Mamadú. **Bissau - a cidade, o comércio e a cultura: as Mulheres Bideras no contexto social guineense.** Monografia (Graduação em Letras) – Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2019.
- BALLESTRIN, Luciana. Feminismo de(s)colonial como Feminismo Subalterno Latino-Americano. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 28, n. 3, e75304, 2020.
- BAMISILE, Sunday Adetunji. A Procura de uma ideologia afro-cêntrica: do feminismo ao afro-feminismo. **Revista VIA ATLÂNTICA**, São Paulo, n. 24, p. 257- 279, dez. 2013.
- BARROS, José D’Assunção. Sobre o uso de conceitos nas ciências sociais humanas e sociais-uma contribuição ao ensino de Metodologia. **Revista Eletrônica de Iniciação Científicas Tecnologia e Artista**. [S. l.], v. 1, n. 1. ago. 2011. Acesso em 14/06/2024.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Trad. de Plínio Denezien. Rio de Janeiro: ed. Zahar, 2001.
- BEAUVOIR Simone de. **O Segundo Sexo: A experiência vivida.** Trad. de Sérgio Milliet. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BENTO, Cida. **Pacto de Branquitude.** 1 ed. Companhia das Letras, São Paulo, 2022.
- BIAGUE, Goia Alfredo. Da Invisibilidade à Representatividade: breve discussão sobre a mulher na esfera pública de Guiné-Bissau. In.: JORNADA DE POLÍTICAS PÚBLICAS, São Luís. **Anais [...]**. São Luís: Universidade Federal do Maranhão, 2019.

BIROLI, Flávia. Autonomia, opressão e a identidade: a resignificação da experiência na teoria política feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 424 jan./abr. 2013. Acesso em 23/03/2024.

BIROLI, Flávia. Teorias feministas da política, empiria e normatividade. **Lua Nova**, São Paulo, v. 102, p. 173-210, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-173210/102>, acesso em: 20 jan. 2025.

BIZARRIA, Fabiana Pinto de Almeida; TASSIGNY, Mônica Mota; BARBOSA, Flávia Lorenne Sampaio; FREIRE, Jacqueline Cunha da Serra. Inovação em gestão universitária no campo decolonial: estudo do suporte normativo de uma universidade de integração internacional. **Revista Organizações & Sociedade**, [S. l.], v. 2, 2020. Acesso em 20/01/2025.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC em tese**. Florianópolis, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005. Acesso em 10/4/2024.

BORGES, Manuela. O Conhecimento Etnológico da Guiné-Bissau. Uma perspectiva de gênero. In: RODRIGUES, José Damião, RODRIGUES Casimiro (org). **Representações de África e dos Africanos na História e Cultura Séculos XV a XXI**. Ponta Delgado: Ed. Centro dos Estudos Além-Mar, 2011.

BOURDIEU, Pierre. **Dominação Masculina**. Tradução, Maria Helena Kuhner, 11^a, r Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. de Fernando Tomaz. 16. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade e diferenciação. **Cadernos Pagu**. [S. l.], n. 26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

BUTLER, Judit. **Desfazendo gênero**. Trad. de Carla Rodrigues. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 2022.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. 18. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

Cá, Lourenço Ocuni. A educação durante a colonização portuguesa na Guiné-Bissau (1471-1973). **Educação Temática Digital**, [S. l.], v. 1, p. 51-69, 2000.

CANDÉ, Artemisa Odila Monteiro. “**Guiné-Bissau: da luta armada à construção do Estado Nacional - conexões entre o discurso de unidade nacional e diversidade étnica (1959-1994)**”. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais UFBA, Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais de Doutorado, Salvador 2013.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o Feminismo: A Situação da Mulher Negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. **NEABI**, [NEABI – Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena](#), 2020, acesso em 24/06/2024.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. **Revista Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1, jan./ abr. 2016.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento Feminista Negra: Conhecimento, Consciência e a Política de Empoderamento**. Tradução, Jamille Pinheiro Dias, Biotempo, 2019.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. Trad. de Bianca Santana. **Parágrafo**, [S. l.], v. 5, n.1, jan/jun. 2017. Acesso em 23/04/2024.

COSTA, Claudia de Lima. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. **Cadernos Pagu**. [S. l.], v. 19, p. 59-90, 2002. Acesso em 14/10/2023.

CUNHA, Tereza. As Mulheres Africanas no âmago do seu Continente Para além da subjugação e da raiva. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – LUANDA, 9., 2006, Luanda. **Anais [...]**. Luanda: s. n., 2006.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Biotempo, 2016.

DE BARROS, Miguel, SEMEDO, Odete Costa. **Manual de capacitação das mulheres em matéria de participação política com base no gênero**. Guiné Bissau: Gabinete Integrado das Nações Unidas para a Consolidação da Paz na Guiné Bissau, 2012.

DE JESUS, Jaqueline Gomes. Feminismo e Identidade de gênero: elementos para a construção da teoria transfeminista. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO. 10., 2013, Florianópolis. **Anais [...]**, Florianópolis, s. n., 2013.

DELL'AGLIO, Daniela Dalbosco. **Marcha das vadias: entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos**. 2016. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

DELL'AGLIO, Daniela Dalbosco; MACHADO, Paula Sandrine. Trajetórias e experiências: o sujeito político feminista sob a perspectiva interseccional. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n. 2, e48556, 2019.

DIOP, Chekh Anta. **Unidade cultural da África negra: esferas do patriarcado e do matriarcado na Antiguidade Clássica**. Trad. Silvia Cunha Neto. Ed. Mulemba, [S. l.], 2014. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20500/rce.v16i37.4505>, acesso 18/01/2025.

DJOP, Dala. **Desigualdade de Gênero na Guiné-Bissau: um estudo sobre a implementação da Lei de paridade e o desafio da participação das mulheres guineenses na esfera pública**. 2021. 33 f. projeto de pesquisa (Graduação em Humanidades) – Graduação em Humanidades, Instituto de Humanidades, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2021.

DO IMPÉRIO, Daniele Almeida; DE ALMEIDA, Jéssica Marques; FUZARO, Pollyanna da Silva; NEUMANN, Helena Rodi. A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: lutas e

conquistas. **III Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (III EIGEDIN)**, Navirai MS, 2019. Acesso em 27/05/2024.

DOVE, Nah. Mulherisma africana: uma Teoria Afrocêntrica. Trad. de Wellington Agudá, **Jornal de Estudos Negros**, [S. l.], v. 28, n. 5, p. 515-539, maio 1998.

EBUNOLUWA, Sotunsa Mobolanle. Feminismo: a busca por uma variante africana. Trad. de Luana Cristina Muñoz Roriz. **The Journal of Pan African Studies**, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 227-234, 2009.

FERREIRA Paula Camila Veiga; Roberto NOGUEIRA, Henrique Pôrto. “Teoria Política Feminista Sul-Global: Perspectivas do Feminismo Transnacional para uma Transposição Epistemológica Rumo à Alteridade e à Igualdade Substancial **Revista de Gênero, Sexualidade e Direito**, Maranhã, v. 3, n. 22, jul/dez. 2017. Acessado em 18/05/2024.

FOUCAULT, Michel **Em defesa da sociedade**. Curso no collège de France (1975-1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Trad. de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Porto Alegre: Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Trad. de Roberto Machado. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

FREIRE, Paulo. “Educação como prática de liberdade”. 14. ed. ver atual, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Trad. de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 12. ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1979.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Revista do centro de educação e letras** [S. l.], v. 10, n. 1, p. 41-62, 2008.

FUZARO, Pollyanna; RODI NEUMANN, Helena. A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO: LUTAS E CONQUISTAS. **Encontro Internacional de Gestão, Desenvolvimento e Inovação (EIGEDIN)**, v. 3, n. 1, 12 out. 2019.

GARAFÃO, Yolanda Vitor Monteiro; SUBHUANA, Carlos. Casamento Tradicional na Guiné-Bissau: K'mari na etnia pepel. **Revista África Africanidades**, [S. l.], ano XI, abr. 2018.

GERHADT, Taiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa**. 1. ed. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da Sociedade**. Trad. de Álvaro Cabral. 3. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

GOMES, Arilson dos Santos. A Unilab e as ações de promoção da igualdade étnico-racial (2010-2020). **Revista Contemporânea de Educação**, [S. l.], v. 16, n. 37, set/dez. 2021.

GOMES, Patricia Alexandra Godinho. As mulheres do sector informal. Experiências da Guiné-Bissau. **Jornal Kansaré**, [S. l.], v. 1, fev. 2006. Acesso em 13/06/2024.

GOMES, Patrícia Alexandra Godinho. Gênero e cidadania na Guiné-Bissau: uma evolução histórica. In: MULEKA, Mwewa; FERNANDES, Gleiciani; GOMES, Patrícia Godinho; RODRIGUES, Tony. (org.). **Sociedades desiguais: gênero cidadania e identidades**. São Leopoldo: Nova Harmonia, 2009. Acesso em 13/06/2024.

GOMES, Patricia Alexandra Godinho. O estado da arte dos estudos de gênero na Guiné-Bissau: uma abordagem preliminar. **Outros Tempos**, [S. l.], v. 12, n. 19, 2015 p. 168-189. Acesso em 13/06/2024.

GOMES, Patricia Alexandra Godinho. Outras Vozes: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade**, [S. l.], ano 1, n. 1, jan./jun. 2016. Acesso em 13/06/2024.

GOMES, Peti Mama. **Mulheres em Associação na Guiné-Bissau: gênero e poder em Bobock e Bontche**. Dissertação - Curso de Mestrado Acadêmico Em Antropologia Ufc/unilab, Redenção, 2019.

GOMES, Peti Mama; MONTEIRO, Artemisa Odila Candé. Os desafios da Lei de paridade na sua dimensão social e política: o caso das mulheres na Guiné-Bissau. **Cadernos de África Contemporânea**, [S. l.], v. 3. n. 6, 2020. Acesso em 17/08/2024.

GONZALES, Lélia. RACISMO E SEXISMO NA CULTURA BRASILEIRA. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244. Acesso em 24/06/2024.

GONZALES, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. **Revista Ciências Sociais Hoje**, Anpocs, p. 223-244, 1984. Acesso em 20/07/2024.

HALL, Stuart. **Identidade Cultural na Pós-Modernidade**. Trad. de Tomaz Tadeu Silva e Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Trad. Mariza Corrêa, **Cadernos de pagu** 1995, pp.07-41. Acessado em 17 de 09 de 2024.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. **Revista Estudos Feministas**, [S. l.], v.1, n. 1, 1993. Acesso em 16/09/2023.

HIRATA, Helena Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social, revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 26, n. 1. jun. 2014. Acesso em 20/09/2023.

HOOKS, bell. Ensinando a Transgredir Educação como Prática de Liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla, 1ª edição WMF Martins fontes Ltda 2013, São Paulo-Brasil.

HOOKS, bell. **O Feminismo é para todo mundo, política arrebatadoras**. Trad. de Bhuvli Libiano. 25. ed. , Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2024.

Instituto Nacional de Estatística. **Estatística de gênero: mulheres e homens na Guiné-Bissau**. Dakar: UEMOA, 2022.

JAPISSAU, Hailton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: IAMO Editora LTDA, 1976.

KAPHAGAWANI, Didier N; MALHERBE, Jeanette G. African epistemology. *In*: COETZEE, Peter H.; ROUX, Abraham P. J. (org). **The African Philosophy Reader**. Trad. de Marcos Rodrigues. New York: Routledge, 2002, p. 219-229. Acesso em 30/09/2023.

LACLAU, Ernesto. “**Emancipação e Diferença**”. Coordenação da tradução, Alice Casimiro Lopes e Elizabeth Macedo. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

LARANJEIRO, Catarina. Arma diplomática e ficção: as mulheres nos filmes da Luta de Libertação da Guiné-Bissau. **Revista de comunicação e linguagens**, Lisboa, v. 1, 2021. Acesso em 05/03/2024.

LORDE, Audre. **Irmã Outsider**. Trad. Stephanie Borges. 1. ed. Belo Horizonte, Autêntica Editora 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

M'BEMBE, Achille. As formas africanas de autoinscrição. **Revista Estudos Afro-Asiáticos**, [S. l], ano 23, n. 1, p. 171-209, 2001. Acesso em 12/07/2024.

MACEDO, Roberto Sidnei; GALEFFI, Dante; PIMENTEL, Álamo. Um rigor *outro*: sobre a questão da qualidade na pesquisa qualitativa. **Educação e Ciências Antropossociais**. Salvador: EDUFBA, 2009.

MAHONTY, Talpade Chandra. **Sob olhos ocidentais: pequena biblioteca de ensaios perspectiva feminista**. Trad. de Ana Bernstein. Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020.

MAMA, Anima. Será ético estudar África? Considerações preliminares sobre pesquisa acadêmica e liberdade. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (org.) **Epistemologia do Sul**. Portugal: Almeida, 2010.

MARIANO, Silvana Aparecida. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 3, p. 320, set./dez. 2005.

MARTINS, Caterina. Nós e as Mulheres dos Outros. Feminismos entre o Norte e a África. *In*: RIBEIRO, António Sousa; RIBEIRO, Margarida Calafate (org.) **Geometrias da memória: configurações pós-coloniais**. Porto: Edições Afrontamento, 2016.

MAZAMA, Ama. A afrocentricidade como um novo paradigma *In*: NASCIMENTO, Elisa Larkin (org.) **Afroncentricidade: uma abordagem epistemológica inovadora**. São Paulo: ed. Sankofa - Matrizes Africanas da Cultura Brasileira, 2009.

MBUNDÉ, Daiana Fernando. **Emancipação feminina na Guiné-Bissau na área política e social**. Redenção: UNILAB, 2016.

MENDES, Hipólito. **Mindjeris di Guiné-Bissau tené balur**. 2016. Monografia (Graduação em Letras) - Instituto de Humanidades e Letras, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco de Conde, 2016.

MIGUEL, Luis Felipe; Biroli, Flávia. **Feminismo e Política: uma introdução**. 1. ed. São Paulo, Biotempo, 2014.

MOREIRA, Joacine Katar. **A Cultura di Matchundadi na Guiné-Bissau: gênero, violências e instabilidade política**. 2017. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Lisboa, Escola de Sociologia e Políticas Públicas, Lisboa, 2017.

MORLEY, Louise. A micropolítica dos estudos de gênero: feminismo e mudança organizacional no mundo acadêmico. **Revista emancipação**, v. 2, n. 1 2002.

MUDIMBE, V.Y. **A invenção África: gnose, filosofia e a ordem do conhecimento**. Trad. Fábio Ribeiro, Petrópolis: Editora Vozes, 2019.

NANCY, Fraser, Do neoliberalismo progressista a Trump – e além Texto originalmente publicado na **American Affairs**, v. 1, n. 4, p. 46-64, 2017. Trad. de Paulo S. C. Neves. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2018v17n40p43/>. Acesso em: 18 jan. 2025.

NANQUE, Adelino. Mulheres Katandera da Guiné Bissau: Um Estudo Sobre o Protagonismo Sociopolítico e a Espiritualidade. **Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira**, São Francisco de Conde 2021.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLE, Sílvia Helena. Metodologias Feministas e Estudos de Gênero: Articulando Pesquisa, Clínica e Política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set./dez. 2006.

NASCIMENTO, Priscila da Silva; MARTINS, Adan Richard Moreira. A Luta das Mulheres no México e a Perspectiva de um Feminismo Indígena: O Caso das Mulheres Indígenas Zapatistas. **Revista Ártemis**, v. XIX; jan-julho 2015, pp. 64-72.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero**. Trad. de Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Trad. de Juliana Araújo Lopes. **CODESRIA**, Dakar, v. 1, 2004.

PINHO, Thiago de Araujo. **Rumo a uma Teoria Social Alternativa (T.S.A): o impacto do vitalismo nas ciências humanas e sociais**. 2021. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de Bahia, Salvador, 2021.

PINO, Bruno Ayllón. Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul (CSS) “**Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento**”, In: SOUZA, André de Mello. (org.) Brasília Ipea, 2014.

PINTO, Alejandra Aguilar. Reinventando o Feminismo: as mulheres indígenas e suas demandas de gênero. **Fazendo Gênero Diásporas, Diversidades, Deslocamentos**, 23 a 26 de agosto de 2010.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: história do conceito *In*: ALMEIDA, H. B.; SZWAKO, J. E. (org.). **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009. p. 118-146.
 POPPER, Karl. **A lógica da pesquisa científica**. Trad. de Leonidas Hegenberg e Octanny Silveiro da Mota, Ed. Cultrix, São Paulo, 2007.

RAGO, Margareth. Epistemologia feminista, Gênero e História. *In* MASCULINO, FEMININO, PLURAL, Florianópolis: **Ed. Mulheres**, 1998, acessado dia 12/6/2024.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo feminismo negro?** 1. ed. São Paulo: Companhia das letras 2018.

ROSA, Waldemir. Observando uma Masculinidade Subalterna: homens negros em uma “democracia racial”. *In* **13º Mundo das Mulheres & Fazendo Gênero 11**, 2017, disponível em: https://wwc2017.eventos.dype.com.br/fg7/artigos/W/Waldemir_Rosa_18.pdf. Acesso 18/08/2024.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Poder do macho**. São Paulo: Editora Moderna LTD, 1987. (Coleção polêmica).

SANTOS, Fabiane Vinente dos. Mulheres Indígenas, Movimento Social e Feminismo na Amazônia: Empreendendo Aproximações e Distanciamentos Necessários. **Revista EDUC Amazônia - Educação Sociedade e Meio Ambiente, Humaitá**, ano 5, v. VIII, p. 94-104, jan-jun, 2012.

SANTOS, Kátia Silva “Políticas Educacionais no Brasil: Tecendo Fios” **Universidade Federal do Rio Grande do Sul**, 2018, acesso 13/01/2025.

SCOTT JOAN W. EXPERIÊNCIA. Trad. de Ana Cecília Adoli Lima, Falas de Gênero Organização de Alcione Leite da Silva, Mara Coelho de Souza Lago e Tânia Regina Oliveira Ramos, **Editora Mulheres**, Santa Catarina, 1999 pp. 21-55.

SCOTT, Joan. **GÊNERO: UMA CATEGORIA ÚTIL DE ANÁLISE HISTÓRICA** publicado em Educação & Realidade, v.1S, n.2, jul./dez. 1990, tradu. da versão em francês 1995.

SIMPSON, Jeniffer. Resistência epistemológicas feministas: subjetivações emergentes como estéticas do existir. **E-cadernos CES Opens Edition Journals**, 2012 URL: <http://journals.openedition.org/eces/1516>.

SUCUMA, Arnaldo. **O ensino Superior na Guiné-Bissau: elementos estruturais, conjunturais e suas implicações no desenvolvimento das universidades guineenses**. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, Recife, 2017.

TEDESCHI, Losandro Antonio. Os lugares da História Oral e da Memória nos Estudos de Gênero, **OP SIS, Catalão**, v. 15, n. 2, p. 330-343, 2015.

TILLY, Louise A. GÊNERO, HISTÓRIA DAS MULHERES E HISTÓRIA SOCIAL Trad. de Ricardo Augusto Vieira, **Cadernos Pagu** (3) 1994: pp. 29-62.

TONET, Ivo. Interdisciplinaridade, formação humana e emancipação humana. Revista **Serviço, social & sociedade**. São Paulo, n. 116, p. 725-742, out/dez 2013.

TOURAINÉ, Alian. **Um Novo Paradigma: Para Compreender o Mundo de Hoje**. Trad. de Gentil Avelino Tilton, 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.

WEENS, Hudson Cleonora. Mulherismo africano e a necessidade crítica do pensamento pela a teoria africana. **The Journal ocidental dos Estudos Negros** 21, 2 (verão 1997): 79:84.

WIESER, Doris. Redes de mulheres em famílias poligâmicas africanas entre submissão e subversão. *In*: ALMEIDA, Dimitri; ANASTÁCIO, Vanda; PÉREZ, María Dolores Martos (org.). **Mulheres em Rede**. 13. ed. Lisboa: Ed. LIT Ibéricas, 2016.

WOODWARD, Kathryn. **Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual**. [S. l.]: Sage Publications Ltd, 1997.

APÊNDICE A – PARTICIPANTES DA PESQUISA COM SUAS PERMISSÕES PARA IDENTIFICAÇÃO, ENTREVISTADAS NOS HORÁRIOS DIFERENTES E EM FORMATOS ONLINE E PRESENCIAL

Entrevistadas/os

Elizabete Assamai Manga – Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade e licenciando em Pedagogia pela Unilab da entrada 2020. 1.

Joaser Embalo – Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade, graduando em Antropologia pela Unilab da entrada 2020.1.

Aminata Nadia Gomes – Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade, Licenciada em Pedagogia e mestranda em mestrado Interdisciplinar em Humanidade pela Unilab, da entrada 2018.2.

Gracete Gomes Caomique – Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade, licencianda em Sociologia da entrada 2021.1

Nem Biai – licenciada em Biologia pela Unilab e mestra egressa da Unilab da entrada 2014.2.

Jeraldino Sambé – Bacharelado Interdisciplinar em Humanidade, licenciado em Sociologia e mestre em interdisciplinaridade em Humanidades pela Unilab da entrada 2015.1.

Dala Windjaba Djop – Bacharelado Interdisciplinaridade em Humanidades pela Unilab ingressa, da entrada 2014.1

Sadia Carine Cardoso Pedrinho Brandão – Graduada em enfermagem, mestra egressa da Unilab da entrada 2014.1.